



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LÍNGUA E CULTURA**

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 CEP: 40170-290 - Campus Universitário – Ondina, Salvador-BA
Telefone: (71) 3283-6256 E-mail: pgletba@ufba.br <http://www.ppgll.ufba.br>

GEISA FRÓES DE FREITAS

A CONSTITUIÇÃO DOS *ETHÉ* NO DISCURSO POLÍTICO

**UM ESTUDO DOS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

**SALVADOR
2012**

GEISA FRÓES DE FREITAS

A CONSTITUIÇÃO DOS *ETHÉ* NO DISCURSO POLÍTICO
UM ESTUDO DOS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Lícia Maria Bahia Heine

SALVADOR
2012

GEISA FRÓES DE FREITAS

A CONSTITUIÇÃO DOS *ETHÉ* NO DISCURSO POLÍTICO

**UM ESTUDO DOS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Dissertação aprovada, com indicação para publicação, em 26 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lícia Maria Bahia Heine (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Iraneide Santos Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Girlene Lima Portela (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Feira Santana

*À minha mãe e ao meu pai,
meus primeiros mestres da linguagem.*

AGRADECIMENTOS

O mérito desta dissertação se estende tanto às motivações dadas por amigos queridos, como pelas valorosas contribuições que recebi de pessoas especiais, ambos colocados por Deus em meu caminho. Assim, eu agradeço:

a Deus, minha fonte de inspiração e fé, obrigada por todas as oportunidades e todos os desafios colocados em minha vida;

à minha família, que mesmo distante, dedica suas orações cotidianas a favor dos meus projetos de vida;

à minha orientadora Profa. Dra. Lícia Heine, que acolheu meu projeto de pesquisa e contribuiu gentilmente com seus importantes ensinamentos para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pela paciência e compreensão!;

ao meu amigo-irmão, Jocenilson Ribeiro, a quem faço um agradecimento especial, por sua gentil e gratuita contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, através de esclarecimentos, direcionamento de estudo, sugestões de referências, revisão de texto, “puxões de orelha”, enfim, por tudo que você representa em minha história;

ao querido professor Iderval Miranda, por ter me introduzido nos estudos do discurso e por ter sido um grande incentivador na minha graduação e especialização;

ao meu querido companheiro, Lahiri Trajano, pelo afetuoso e constante apoio durante esse percurso;

à Layanna Araújo, minha *hermana* de fé, obrigada pela força e pelo acolhimento, agradeço também pelo empenho em contribuir na tradução do resumo;

à Palmira Heine, pelas significativas observações e sugestões neste trabalho;

à Márcia Maia, colega de longa data da UEFS, e agora na UFBA, uma amiga que compartilhou comigo saberes e dividiu momentos de ansiedade;

ao NUPED, pelos cursos ofertados, que contribuíram para a ampliação dos conhecimentos em Análise do Discurso;

ao PPGLC, pelo apoio e atenção dispensadas aos alunos;

à CAPES, pelo financiamento a esta pesquisa;

aos meus amigos que acompanharam de perto toda essa trajetória e que, com suas energias, melhoraram meu astral e minha fé. Obrigada pela força, alegria e amizade!

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

*O sujeito que fala não escapa à questão do ethos, a
fortiori o sujeito político.*

Patrick Charaudeau (2008)

RESUMO

Com a pesquisa, que deu origem a esta dissertação, buscou-se analisar a constituição dos *ethé* nos discursos políticos de posse proferidos pelos ex-presidentes da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidades de posse das eleições em 1995 e 2003, respectivamente, para assim avaliar o confronto de duas formações discursivas sobre o discurso social-democrata e popular-corporativista. Objetivou-se, também, perceber as novas formas de constituição e circulação dos discursos políticos contemporâneos influenciados pelo surgimento de uma nova tecnologia, através da qual se constituem e se põem em circulação os discursos: as mídias. Assim, de um lado, a pesquisa teve como suporte teórico as discussões desenvolvidas por Maingueneau (1997, 2008, 2010), retomando o seu esquema para análise dos processos de constituição do *ethos* na cena enunciativa, que envolve os referidos discursos, e Charaudeau (2008) para compreender a construção do *ethos* como estratégia do discurso político. Por outro lado, adotam-se os aportes apresentados por Courtine (2009) e Piovezani (2009) para explicarem as metamorfoses sofridas no discurso político contemporâneo e refletir como essas mudanças promovem e configuram transformações históricas e técnicas, de modo que nele se articulam novos valores e sensibilidades sob o prisma da Análise do Discurso de linha francesa. Além dos trabalhos destes autores, valeu-se de estudos e reflexões traçadas por alguns pesquisadores brasileiros estrangeiros que, cada um a sua maneira, contribuíram para a constituição das discussões em torno do presente trabalho, entre os quais destacam-se M. Pêcheux, Eni Orlandi, Vanice Sargentini, Maria do Rosário Gregolin, Helena Nagamine Brandão. Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, como procedimento metodológico, foi adotado o estudo bibliográfico para descrição, análise e interpretação de dados. Para tanto, foram utilizados, como suportes de leitura e organização dos dados, além dos discursos de posse, documentos oficiais dos partidos PSDB e PT, vídeos em movimentos consultados no Youtube, textos jornalísticos e publicitários verbais e não verbais em movimento. Na análise, foi possível observar a constituição do *ethos* no discurso político, tendo como base, em especial os estereótipos sociais que contribuem para a construção da imagem do sujeito político. Essa construção ocorre de maneira interativa, uma vez que envolve enunciadores e co-enunciadores. Ademais, foi possível analisar a estreita ligação entre o *ethos* e as formações discursivas que constituem o sujeito, o que resulta em discursos atravessados por memórias que retomam o já-dito. Quanto ao discurso político, verificou-se uma mutação dos modos de comunicação política.

Palavras-chave: Discurso político; Discurso de posse; *Ethos*; Formação discursiva.

ABSTRACT

In the research, which originated this dissertation, sought to analyze the *ethé* constitution in the political discourses of possession given by Republic of Brazil's ex-presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, in the election inauguration ceremonies in 1995 and 2003, respectively, in order to evaluate the confrontation of the two discursive formations about the social-democratic and popular-corporativist discourse. The objective was to notice the new ways of constitution and circulation of contemporary political discourses influenced by the emergence of a new technology, through which constitute and put into circulation discourses: media. In this way, the research will have as theoretical support the discussions developed by Maingueneau (1997, 2008, 2010), in one hand, resuming his scheme for constitution process' analysis of *ethos* in the enunciation scene which involve the discourses referred and Charaudeau (2008) to understand the *ethos*'s construction as a political discourse strategy and, in the other hand, the contributions presented by Courtine (2009) and Piovezani (2009), to explain the metamorphosis suffered in the contemporary political discourse and reflect how these changes promote and shape historical and technical transformations, so that it is articulated new values and sensibilities from the perspective of the French discourse analyses. Beside the research of these researchers, relied on studies and reflections from some foreign Brazilian researchers that, each one in his/her way, contribute to the constitution of the discussions about this present work, in that it can be jut out M. Pêcheux, Eni Orlandi, Vanice Sargentini, Maria do Rosário Gregolin, Helena, Nagamine Brandão. Since this is a qualitative research, methodological procedure was adopted for the bibliographic description, analysis and interpretation of data. For this purpose, it was used as supports reading and data organization, beside the inauguration speeches, official documents of PSDB and PT, videos from *youtube*, journalistic and verbal and non-verbal publicity texts which are mixed. In the analyses, it was possible to observe the *ethos*'s constitution in the political speech, which was based on, in especial the social stereotypes which contribute to the construction of the political subject image. This construction occurs in an interactive way, once it involves pronouncers and co-pronouncers. Beside that, it was possible to analyze the link between *ethos* and the discursive formations which constitute the subject, which results in a discourse crossed by memories which incorporate the already-said. As to the political discourse, it was verified a mutation of the modes of political communication.

Keywords: Political discourse; inauguration discourse; *ethos*; discursive formation.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

ADF – Análise do Discurso Francesa

CONCLAT – Conferência das Classes Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

FHC – Fernando Henrique Cardoso

JK – Juscelino Kubitschek

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido de Reconstrução Nacional

PP – Partido Progressista

PPR – Partido Progressista Renovador

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SD – Sequência Discursiva

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O ethos em Maingueneau.....	43
Figura 2: Ethos e discurso político	48
Figura 3: O ethos em Maingueneau (2008).....	73
Figura 4: <i>Ethos</i> e discurso político	74
Figura 5: Logomarca do Partido da Social Democracia Brasileira	82
Figura 6: FD do PSDB	83
Figura 7: Foto de FHC em posse	84
Figura 8: Os ethé de FHC	90
Figura 9: Capa Revista Veja - Lula	94
Figura 10: Logomarca do Partido dos Trabalhadores	95
Figura 11: FD do PT.....	95
Figura 12: Lula em cerimônia de posse.....	97
Figura 13: A cerimônia de posse de Lula no Planalto.....	98
Figura 14: Os Ethé de Lula.....	107
Figura 15: Social-democracia versus Popular-corporativista.....	107
Figura 16: - Confronto de FD.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA	16
1.1 AS ESPECIFICIDADES DA ANÁLISE DO DISCURSO	21
1.2 INCURSÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL	30
CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE O <i>ETHOS</i>	34
2.1 O <i>ETHOS</i> : DA RETÓRICA À ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA	34
2.2 MAINGUENEAU: O <i>ETHOS</i> E A CENA ENUNCIATIVA	41
2.3 CHARAUDEAU: O <i>ETHOS</i> COMO ESTRATÉGIA DO DISCURSO POLÍTICO.....	46
2.4 O <i>ETHOS</i> E O DISCURSO POLÍTICO	49
2.5 O APOIO DAS MÍDIAS NA CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> NO DISCURSO POLÍTICO	51
CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO	55
3.1 O DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO E A ANÁLISE DO DISCURSO ...	58
3.1.1 O advento do discurso político brasileiro.....	63
3.2 O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UM GÊNERO DISCURSIVO.....	64
3.2.1 Os gêneros discursivos em Maingueneau	67
CAPÍTULO IV: ASPECTOS METODOLÓGICOS	70
4.1 A CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	71
4.2 O TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i>	72
4.3 AS TÉCNICAS DE ANÁLISE	73
CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS DISCURSOS: A CONSTITUIÇÃO DOS <i>ETHÉ</i> NOS DISCURSOS DE POSSE DE FHC E LULA	76
5.1 DO JÚBILO AO DESABAFO: BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS DISCURSOS DE POSSE	76
5.2 O DISCURSO DE POSSE DE FHC – ELEIÇÃO DE 1995: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO.	78
5.3 O <i>ETHOS</i> NO DISCURSO DE POSSE DE FHC	84
5.4 O DISCURSO DE POSSE DE LULA – ELEIÇÃO DE 2003: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO	91
5.5 O <i>ETHOS</i> NO DISCURSO DE POSSE DE LULA	97
5.6 O <i>ETHOS</i> E O CONFRONTO DE DUAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS: SOCIAL-DEMOCRACIA X POPULAR-CORPORATIVISTA.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

A presente dissertação buscou analisar a constituição dos *ethé* nos discursos políticos, proferidos pelos ex-presidentes FHC e Lula, em solenidades de posse das eleições em 1995 e 2003, respectivamente. Tem como objetivo principal confrontar as duas formações discursivas a eles correspondentes, sobre o discurso social democrata e o popular corporativista. Objetivou-se também perceber as novas formas de constituição e circulação dos discursos políticos contemporâneos.

Esta pesquisa situa-se no campo teórico da Análise do Discurso de Linha Francesa ADF, tendo como base as reflexões teóricas desenvolvidas por Maingueneau (1997, 2008, 2010) para explicar a noção e a constituição de *ethos* e por Charaudeau (2008) para compreender as estratégias do discurso político a partir desse conceito.

Vale destacar que, apesar de o *ethos* ser uma terminologia gestada pelos estudos da Retórica, a Análise de Discurso de Linha Francesa (ADF) adota o termo a partir da obra de Dominique Maingueneau, que o reconceitua, ampliando-o para a esfera discursiva. Assim, o *ethos* passa a ser entendido como *a imagem que o enunciador¹ cria no momento da enunciação*, na instância do discurso, e que pode ser compreendido tanto em textos orais quanto em escritos.

Dessa forma, com a finalidade de compreender como se dá a formação do *ethos* nos discursos políticos de posse de FHC e Lula, toma-se como base o esquema desenvolvido por Maingueneau (2008), no qual subdivide o *ethos* efetivo em *ethos* pré-discursivo e discursivo, sendo este último compreendido como dito e mostrado. Ademais, o autor evidencia o aspecto interativo do *ethos* e relaciona-o com os estereótipos gestados socialmente.

Charaudeau (2008) também contribui com seus estudos sobre o *ethos*, considerando-o como estratégia do discurso político. Para ele, o desenvolvimento das figuras identitárias do discurso político reagrupa-se em duas categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. O *ethos* de credibilidade diz respeito à imagem fabricada pelo sujeito político correspondente àquele digno de crédito. Esse conceito é fundamental, uma vez que a própria natureza do discurso político é persuasiva, pois visa a conquistar, seduzir o eleitor. O

¹ Esse termo tem uma noção central para a linguística e para a análise do discurso. Maingueneau (2008), por sua vez, utiliza essa noção com valor de frase inscrita num contexto particular. Enunciador, na sua perspectiva, seria aquela a quem se outorga, no discurso, uma posição institucional que marca sua relação com o saber. O co-enunciador, portanto, seria aquele a quem o enunciador dirige o seu discurso, que não é entendido como uma figura dotada de passividade, mas que exerce um papel ativo no processo discursivo.

ethos de identificação tem relação com a adesão dos co-enunciadores a determinado discurso, a determinada imagem que o sujeito político constrói de si.

Ademais, tomam-se Courtine (2009) e Piovezani (2009) para explicar o discurso político atual como totalidade sincrética e, por conseguinte, os novos modos de circulação histórico-social dos discursos que conduzem à emergência de outros modos de pensar e sentir, implicando em novas cenas enunciativas, novos materiais de transmissão, novas dinâmicas e formulações semióticas.

Essa perspectiva de análise distancia-se da tradição que sempre foi a de examinar o discurso político como se fosse resultante de um dispositivo construído com a linguagem verbal sem levar em conta as demais linguagens que o constituem e o materializam. Para isso, propõe-se aqui refletir sobre o discurso político, mais especificamente o discurso de posse, considerando-o como um gênero discursivo. As primeiras pesquisas em Análise do Discurso foram iniciadas na França a partir de *corpora* de discursos políticos, mais precisamente – o discurso comunista, proferidos em diferentes conjunturas da história da formação social francesa. Assim, seu objeto era considerado homogêneo e estável.

Paulatinamente, com os avanços dos estudos linguísticos/discursivos, os estudos e análises realizadas sobre o discurso político combinam vários métodos: análise enunciativa, análise argumentativa, análise lexicométrica, estilístico, semiológica, entre outros, associadas às novas formas de produção, novos modos de formulação e circulação histórico-social dos discursos a partir das mídias.

De acordo com os últimos textos de Pêcheux (2002), publicado num terceiro momento, já na década de 1980², tais mudanças no tratamento do discurso político são frutos de um campo discursivo que já se encontrava amplamente midiaticizado, e as eleições se assemelhavam às manifestações esportivas transmitidas pelas mídias. Assim, com as modificações do objeto de análise, impuseram-se as transformações teóricas: era chegado o tempo da heterogeneidade, da busca de novos caminhos, da emergência das noções de memória discursiva, de acontecimento discursivo, de cenas enunciativas etc.

Ao analisar os discursos políticos atuais, percebe-se que os enunciadores políticos, ao discursarem, procuram vestir-se de variados *ethé* que correspondem aos estereótipos que estão ligados aos mundos éticos. A tentativa de construção dos *ethé* relaciona-se com a própria

² PÊCHEUX, M. (1983) **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pucinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

essência do discurso político, que é um “jogo de máscaras”³, da sedução, da busca pela adesão de seus co-enunciadores.

Para compreender a constituição do *ethos* nos discursos políticos para o desenvolvimento da pesquisa que originou esta dissertação, foram escolhidos os discursos de posse de eleição de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (doravante, respectivamente, FHC e Lula), levando em conta as seguintes hipóteses:

- os enunciadores procuram construir, em seus discursos, variados *ethé* para conquistar a adesão dos co-enunciadores, ativando os estereótipos gestados socialmente e que fazem parte do repertório cultural dos co-enunciadores, os quais podem ou não aderir à dada imagem;
- o discurso de posse, embora apresente uma mesma arquitetura discursiva, é possível encontrar variadas contituições de *ethos*, visto que este está vinculado às Formações Discursivas e às Formações Ideológicas, às quais o discurso do enunciator está filiado;
- o discurso político pode ser considerado um “jogo de máscaras” (CHARAUDEAU, 2008), já que o *ethos* do enunciator não corresponde necessariamente à imagem real do sujeito empírico responsável pelo enunciado. Assim, um político desonesto poderá criar uma imagem de homem honesto, de homem idôneo etc.
- o discurso político instaura uma troca simbólica entre dois sujeitos coletivos (o enunciator e o co-enunciator). Seria um domínio discursivo de um “nós” face ao necessário apagamento de um “eu” privado, assim o sujeito político, poderia mesmo numa referência de primeira pessoa do singular, legitimar sua fala por meio de um “nós”.

Esta pesquisa se justifica, sobretudo, pela contribuição dada aos estudos do discurso, pois, embora o *corpus* político já tenha sido bastante analisado em pesquisas anteriores, percebe-se que, no Brasil, a maioria desses estudos esteve relacionada à ditadura militar e ao processo de redemocratização, e ainda, restringia-se a uma análise do processo argumentativo. Além disso, acredita-se que tal pesquisa é relevante pela contribuição que pode ser dada à

³ Em seu prólogo do livro *Discurso Político*, Charaudeau (2008) afirma que o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras, já que para ele toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz.

memória política do país, por serem considerados, FHC e Lula, dois nomes de grande destaque no cenário da política nacional contemporânea, que não apenas marcaram o cenário da política brasileira, mas deixaram ainda suas marcas na forma de fazer política no mundo.

A presente dissertação tem como objetivos específicos:

- a) analisar, a partir do esquema fornecido por Maingueneau (2008), o modo como se constitui o *ethos* nos discursos políticos de posse;
- b) analisar como se sustentam teoricamente as questões relacionadas ao *ethos* nos estudos atuais do discurso de linha francesa, a partir das reflexões apresentadas por D. Maingueneau e P. Charaudeau;
- c) compreender como se constroem o *ethos* nos discursos de posse de FHC e Lula;
- d) refletir sobre as novas perspectivas teóricas e metodológicas para a análise do discurso político contemporâneo;
- e) avaliar, a partir do confronto de duas formações discursivas – sobre o discurso do preparo social-democrata e popular-corporativista – como se constituem os *ethé* nos discursos políticos de posse de FHC e Lula, em suas eleições, mediante os conceitos propostos no interior dos estudos da ADF.

Como procedimento metodológico, foram feitas basicamente leituras dos dois discursos políticos de posse selecionados: o primeiro proferido em 1º de janeiro de 1995, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; e o segundo em 1º de janeiro de 2003, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas solenidades de posse para presidência da república. Para as análises, colocam-se estes discursos de solenidades em confronto com as referências teóricas indicadas a fim de compreender a constituição dos *ethé* nesses discursos, como também estabelecer as relações de pertinência entre os argumentos constitutivos dos discursos, os recursos linguísticos utilizados e as implicações sócio-históricas e ideológicas que perpassam as produções discursivas em questão.

Buscou-se então fazer leituras de caráter histórico em livros, jornais e revistas virtuais, *blogs*, complementadas pela audiência de vídeos no Youtube, que apresentaram o cenário das campanhas eleitorais, das eleições propriamente ditas, o que significaram e o que representaram aqueles momentos da história política nacional.

Como organização teórico-metodológica, a disposição dos capítulos obedece a uma ordem motivada pela melhor apreciação dos elementos trabalhados. Nesse sentido, segue a

apresentação resumida dos capítulos que busca mostrar uma visão panorâmica dos conteúdos, salientando os pontos principais que os constituem.

Assim, o corpo da dissertação é composto por esta introdução precedendo os cinco capítulos, a saber: i) **Considerações sobre a Análise do Discurso de Linha Francesa**; ii) **Considerações sobre o *ethos***; iii) **Considerações sobre o discurso político**; iv) **Aspectos metodológicos** e v) **Análise dos discursos: a constituição dos *ethé* nos discursos de posse de FHC e Lula**. Por fim, as **considerações finais**.

No **capítulo 1**, pretendeu-se apresentar incursões sobre a Análise do Discurso francesa e brasileira e procurou-se apresentar também discussões, de maneira geral, sobre alguns conceitos básicos da Análise do Discurso. Vale ressaltar que a pesquisa ora apresentada não pretende ser um estudo que se debruce sobre tais categorias discursivas, posto que o objeto de análise desta pesquisa é o *ethos*. Entretanto, fez-se necessário discutir alguns conceitos atrelados à noção de formação discursiva e à formação ideológica, utilizados na análise de dados.

O **capítulo 2** trata da noção de *ethos*. Para isso, retoma-se o conceito de *ethos* na Retórica Clássica com Aristóteles para compreender as mudanças dessa noção discursiva, revisada e ampliada por Maingueneau dentro do quadro teórico da Análise do Discurso. O **capítulo 3** trata da natureza do discurso político e sua caracterização, fazendo um percurso histórico dentro dos estudos discursivos para compreender as profundas mudanças ocorridas na enunciação. O **capítulo 4** é dedicado aos aspectos metodológicos como forma de esclarecer as técnicas de análise e seleção do *corpus*, bem como os passos metodológicos usados para realizá-la. O **capítulo 5** traz a análise dos dados, aplicando-se o esquema de Maingueneau (2008) aos discursos de posse selecionados.

Por fim, apresentam-se as considerações finais a respeito do desenvolvimento da pesquisa, apresentando os resultados obtidos através da análise de dados, sem pretender esgotar o estudo ora realizado.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA

Inicialmente, os estudos dedicados à linguagem ocuparam-se em buscar uma linguística imanente, limitada ao estudo interno da língua, na qual tinha como principal referência os postulados do mestre genebrino Ferdinand Saussure. Dessa forma, o estruturalismo saussuriano, ao tomar a língua como seu objeto de estudo, ocupava-se em estudá-la inserta em um sistema fechado em si, considerando-a como social, homogêna, abstrata e, portanto, alavancando um lugar privilegiado nos estudos da linguagem.

Assim sendo, a linguística formal se estabelece com o estatuto de ciência por se ocupar com o estudo sistemático da língua, ao observar sua estrutura interna, tendo em vista uma série de regularidades, recusando-se a tomar o texto, o discurso, o sujeito, como unidade de análise. Esse postulado foi, por algumas décadas, reproduzido, revisitado por muitos pesquisadores estruturalistas/gerativistas quando não se estende aos dias atuais alguns reflexos destas concepções de língua e linguagem.

No século XX, as pesquisas linguísticas, na tradição, vêm sendo representadas por meio de dois grandes paradigmas: o paradigma formal e o paradigma funcional da linguagem. No entanto, questiona-se o lugar da Análise do Discurso de linha francesa, pois essa vertente não se encaixaria em nenhum desses paradigmas; mas estaria portanto num terceiro, o paradigma ideológico-discursivo do qual destaca Heine (2011).

Com o surgimento da dicotomia formalismo/funcionalismo, ficava cada vez mais evidente que uma linguística imanente – limitada à questão da significação como um problema de relações internas ao sistema – não poderia dar conta de responder aos questionamentos em torno dos estudos linguísticos. Nesse sentido, os pressupostos teóricos saussureanos impediam que os estudos linguísticos extrapolassem os limites da frase, de modo a abordar pesquisas referentes ao sujeito, ao referente, à história, dentre outros.

Conforme Heine (2011, p. 24), o paradigma formal concebe a língua como “um conjunto de sentenças estudado num sistema linguístico eminentemente abstrato”, considerando-a como um fenômeno mental, dedicando-se apenas ao estudo da forma linguística. Logo, esse sistema enfatiza, sobretudo, as propriedades internas da língua sem referência à função social.

Já o paradigma funcional considera a linguagem como instrumento de interação social, cujo objetivo é estabelecer relações comunicativas entre os interlocutores do discurso. Assim,

ao considerar a língua como instrumento de comunicação, atentava-se para o uso linguístico no processo comunicativo.

Dessa forma, percebe-se que há um deslocamento da função para o funcionamento, da concepção do fenômeno linguístico abstrado, homogêneo, a de um signo social, dinâmico, heterogêneo, como quando afirma Brandão (2004, p.9), ao refletir sobre o desenvolvimento dos estudos linguísticos: “É necessário que traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia”.

Assim Brandão (2004, p. 9) retoma Bakhtin para explicar que *a palavra é o signo ideológico por excelência*, pois, produto da interação social, *ela se caracteriza pela plurivalência. [...] Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes* (BAKHTIN, 1929 apud BRANDÃO, 2004, p. 9).

Por outro lado, só no início do século XX, por volta da década de 20, os formalistas russos efetivamente trouxeram grande contribuição para os estudos da linguagem por superar os limites da frase, tratando do estudo do texto, embora ainda considerassem a imanência do sistema linguístico. Eles superaram a abordagem formalista que dominava os estudos da língua, propondo um estudo a partir do texto, com foco nas suas relações transfrásticas. Contudo, verifica-se que, apesar de demonstrarem grande contribuição nos estudos linguísticos, o estudo do texto não levava em consideração o contexto imediato, isto é, o sentido estrito, o aqui e o agora do dizer, nem estabelecia relações com o contexto sócio-histórico em que era produzido, o sentido *lato*.

Dessa maneira, no decorrer deste mesmo século, surgiram novas concepções com relação à língua. A Pragmática, por exemplo, corrente filosófica que foi aplicada aos estudos linguísticos, procurava considerar a língua em suas reais situações de uso, como ação concreta sobre o real, e não apenas como uma representação da realidade. Inicialmente, surgiram alguns estudos centrados, por exemplo, na teoria dos atos de fala, da qual Austin (1962) era um dos principais mentores, concebendo a língua como atividade construída pelos interlocutores. A Pragmática também possibilitou que Benveniste (1974) iniciasse os estudos enunciativos, a partir dos quais ele procurou apresentar o papel do sujeito falante no processo da enunciação, e sua inscrição nos enunciados por ele emitidos.

Como se vê, os estudos da pragmática ortodoxa consideravam o sujeito na sua perspectiva individual e subjetiva, como se ele fosse totalmente consciente e intencional no uso da língua.

A análise do Discurso, por sua vez, surge no final dos anos 1960, a partir de inquirições relacionadas à linguística formal, pautada numa perspectiva marxista. Nesse sentido, o emergente campo de estudo à época concebia o sujeito, diferentemente dos estudos enunciativos e pragmáticos, não mais como um indivíduo intencional, responsável pelo seu dizer, mas como um sujeito marcado pela história e pelo inconsciente. Assim, dentre as teorias que surgem e que vão de encontro à rigidez formalista, destaca-se a Análise de Discurso de Linha Francesa. Para ADF, a língua não é transparente, isto é, ela possui múltiplos sentidos, portanto, a língua precisa de aspectos sociais, ideológicos, históricos para produzir sentidos. Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 61) acrescenta que “é preciso que a língua se inscreva na história para significar”.

Inaugurada por M. Pêcheux⁴ e seu grupo, interessados nos estudos linguísticos, indicaram o discurso político como o primeiro objeto da recente disciplina, a ADF. A esse respeito, a chamada “escola francesa de análise de discurso” filia-se a uma tradição europeia, na qual debruçava-se nos estudos sobre o discurso e a história. Ainda nos anos de 1960, os intelectuais franceses refletiam em torno de um objeto escrito, a partir da articulação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Nesse sentido, a Análise do Discurso é pautada na interdisciplinaridade, princípio básico de sua constituição e desenvolvimento enquanto campo epistemológico.

Como se nota, a gênese dessa disciplina é bastante fecunda e interdisciplinar, pois ela tem como base, não só os estudos linguísticos, mas os históricos e os psicanalíticos. Da linguística funcional, a AD herdou a concepção de que não há uma relação biunívoca entre a linguagem e o mundo, isto é, não há uma relação direta entre o signo e o mundo. Essa ideia é fundamental para compreensão dos pressupostos da ADF, posto que esta considera que a língua não é transparente, mas possui múltiplos sentidos numa mesma formulação de enunciado; a língua é polissêmica, e os sentidos nela postos não podem ser deslocados do momento histórico em que são produzidos. Do Marxismo e sua teoria do materialismo histórico aplicou o conceito de sujeito histórico, sem autonomia, mas um sujeito que está preso a uma determinada classe social e que compartilha de um determinado sistema ideológico. Da Psicanálise, por sua vez, buscou a concepção de sujeito afetado pelo inconsciente, clivado e dividido pelo consciente e inconsciente, já que para Lacan, o discurso do “eu” não pode ser desvinculado do discurso do “Outro”.

⁴ O marco inicial foi a publicação de sua obra intitulada *Análise Automática do Discurso* (AAD) em 1969.

Como se verifica, o quadro em que se inscreve a Análise do Discurso articula o linguístico-social-histórico; dessa forma, o termo discurso mostrou-se bastante polissêmico, e assim, seu campo se estende a outras áreas do conhecimento. No entanto, nota-se uma preocupação em estabelecer critérios mais específicos para delimitar seu campo de atuação. Assim, inicialmente as análises estavam mais ligadas aos *corpora* escritos – textos impressos – especialmente os discursos políticos de esquerda.

Pêcheux (2007) destaca que a Análise de Discurso vem buscando cada vez mais se distanciar das evidências da proposição da frase e da estabilidade parafrástica, ampliando suas análises nas relações de significação apresentada através das materialidades do enunciado em que a língua se circunscreve.

De acordo com a tendência europeia, o discurso parte de uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, e que conforme Orlandi (2007), coloca a exterioridade como marca fundamental. Por sua vez, a AD ao aliar o linguístico ao sócio-histórico, dois conceitos tornam-se basilares e fundamentais: o de ideologia e o de discurso. Assim, esses conceitos influenciaram a formação da corrente francesa: o de ideologia, atrelado às ideias de Althusser, e o de discurso, aos estudos de Foucault.

A partir dessas influências, Michel Pêcheux, considerado o fundador e principal teórico da AD, em viés linguístico-discursivo, desenvolve os conceitos de “formação discursiva” e de “formação ideológica”, a partir de leituras feitas de M. Foucault e L. Althusser, apropriando-se de suas categorias de análise para desenvolver suas reflexões mais especificadamente em Análise do Discurso. Vale destacar aqui que tais deslocamentos não significam uma mera aplicação conceitual destes autores, mas releituras e tentativas de trabalhar com o objeto *discurso*.

A Análise do Discurso, como todo projeto, passa por algumas fases e mutações, percorrendo três etapas durante o desenvolvimento de seus estudos teóricos. O primeiro momento AD-1, surge ainda fortemente influenciado pelo estruturalismo, com a noção de “máquina discursiva” fechada em si mesma; o sujeito não tem autonomia, pois está preso a dadas condições históricas que regulam seu discurso; nessa concepção, tem-se a noção de *assujeitamento do sujeito*.

No segundo momento, a AD-2, influenciada pelos estudos de Benveniste, sobretudo ao que diz respeito a *subjetividade na linguagem*, é marcada pelo “questionamento do estatuto do sujeito do e no discurso”. Surge a noção de *formação discursiva (FD)*, não mais concebida como espaço fechado, mas compreendida como espaço flexível em que se estabelecem relações com outras formações discursivas.

No terceiro momento, a AD-3, por sua vez, leva em consideração a influência do “Outro” e de demais formações discursivas que atravessam uma determinada FD, mas que preserva sua identidade. Nesta fase, defende-se a ideia de *primazia do interdiscurso* sobre o discurso, posto que todo discurso é gestado a partir da relação com a memória discursiva. Nesse sentido, o sujeito é considerado afetado pela influência do “Outro”, isto é, ele está dividido entre o consciente e o inconsciente, desta forma, um sujeito descentrado.

Na trajetória percorrida dos estudos do discurso, foi elaborada a noção de *formação discursiva*, termo emprestado dos estudos foucaultianos, como disse (dito) antes e ressalvadas as especificidades, e que recebeu um emprego diferente nos estudos de Pêcheux. Para isso, ele trabalhou o conceito de FD associando-o, principalmente, ao conceito de *formação ideológica*.⁵

Dessa situação, Pêcheux (1997) afirma: “[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito*”.

Assim, Pêcheux expõe seu conceito de FD:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito" (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

A partir dessa noção pecheutiana de FD, percebe-se que a ideologia é materializada por meio dos discursos e articulada por sujeitos em relação com o outro na esfera da história.

Toda essa mudança desencadeou um novo método de abordagem dos estudos linguísticos. A Análise do Discurso se apresenta, portanto, como ponto de articulação entre as instâncias ideológicas e a materialidade linguística, entre os fenômenos da língua e sua exterioridade. Assim, ela se inscreve num quadro que articula o linguístico e o social. Para que a Análise do Discurso alie o linguístico ao sócio-histórico num mesmo quadro teórico, dois conceitos são fundamentais: o de ideologia e o de discurso.

⁵ Discutir o conceito de *formação discursiva* requer, primeiramente, o reconhecimento de que se fala de um espaço cuja origem é creditada a dois teóricos. De acordo com R. Baronas, "[...] tal conceito tem pelo menos uma paternidade partilhada [...]" (2004, p. 47). Os teóricos dos quais se fala são Michel Pêcheux e Michel Foucault; dois nomes que contribuíram decisivamente para os estudos sobre o discurso, sendo atribuído ao primeiro o mérito de iniciar a Escola Francesa de Análise do Discurso. Há alguns estudos nesta perspectiva como, por exemplo, aqueles desenvolvidos por Baronas. Vale ressaltar que não é objetivo desta dissertação discutir as questões desse conflito de “paternidade” teórica. Cf. BARONAS, R. L. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault**: uma estranha paternidade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

Dessa forma, algumas reflexões em torno do objeto da Análise do Discurso – o discurso – tornam-se inevitáveis para sua compreensão. Maingueneau (2008) explica que a noção de discurso foi empregada com acepções muito diferentes, desde as mais restritivas até as mais abrangentes. E que ainda é visto por alguns analistas como pura e simples “análise de texto”. No entanto, segundo a perspectiva da escola francesa, o discurso é entendido como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como espaço de regularidades enunciativas”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 15)

Brandão (2004) destaca que o discurso constitui-se na articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte do pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Por sua vez, a questão da ideologia, para a Análise do Discurso, é proposta a partir do viés discursivo. Assim, pode-se dizer que a ideologia é condição *sine qua non* para a constituição do sujeito e dos sentidos. Conforme Orlandi (2007, p. 46), “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. [...] Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”.

Assim, no terreno da Análise do Discurso, a ideologia não é proposta como uma visão de mundo, um conjunto de ideias ou como uma ocultação da realidade; ela é o elemento essencial para que a língua faça sentido, já que o indivíduo, ao ser interpelado pela ideologia, através dela, significa o discurso. De acordo com Brandão (2003, p. 6), “para Pêcheux a análise do discurso é pensada como uma ruptura epistemológica em relação ao que se fazia nas ciências humanas, articulando a questão do discurso com as do sujeito e da ideologia”.

1.1 AS ESPECIFICIDADES DA ANÁLISE DO DISCURSO

A compreensão de algumas noções como *condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, memória, interdiscurso, sujeito*, entre outras, que fazem parte do rol dos conceitos básicos da Análise do Discurso, torna-se fulcral para o entendimento dessa disciplina e, conseqüentemente, dessa pesquisa.

Conforme o próprio nome dado à disciplina, a Análise do Discurso tem como objeto de estudo, obviamente, o discurso, que, etimologicamente, representa a palavra em movimento, isto é, a linguagem em funcionamento para a produção de sentidos. Assim sendo, a língua não é apenas compreendida como estrutura mas, sobretudo, como acontecimento. O discurso foi, portanto, concebido na perspectiva pechatiana como o lugar teórico em que se encontram as questões sobre a língua, o sujeito e a história (MALDIDIER, 2003). Desse modo, fazer análise do discurso significa construir sentido através do discurso, levando em consideração as condições de produção em que é produzido.

Embora o discurso necessite do linguístico para se materializar, de acordo com Fernandes (2008, p. 13), a noção de discurso implica uma exterioridade da língua, isto é, está atrelada ao social, por isso não pode ser mais analisada simplesmente sob seu aspecto linguístico. Logo, ao falar em discurso, deve-se levar em consideração os elementos fundados no social, ideológico e histórico.

Por isso, ao fazer referência às práticas discursivas, consideram-se também as práticas sociais, posto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção. Além disso, “a inter-relação do discurso com as suas condições de produção envolve tudo o que está no campo da enunciação, isto é, o contexto histórico social inerente à produção de sentidos” (FERNANDES, 2008, p. 47).

Assim, o analista de discursos, ao analisar a língua em funcionamento, procura, sobretudo, estudar as condições de produção do discurso. Para tanto, ele busca compreender o contexto imediato com o qual a produção discursiva se relaciona, bem como, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico, a ideologia e a memória.

De acordo com Orlandi (2005, p. 30), as condições de produção do discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Toda memória faz parte da produção do discurso”. Ademais Pêcheux acrescenta que todo discurso é sempre fruto de determinadas condições de produção, tal como se observa no trecho em destaque:

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. (PÊCHEUX, 1997, p 77).

Assim, para Pêcheux (1997), as condições de produção do discurso estão intimamente ligadas ao lugar que determinado sujeito ocupa na sociedade; lugar este inscrito no campo das

representações simbólicas. Nesse sentido, o lugar, representado por um político de oposição ou de governo, será parte constituinte das condições de produção do discurso.

Dessa maneira, na leitura de Fernandes (2008, p. 21), as condições de produção de um discurso estão de acordo com os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem um discurso ou que, de certa maneira possibilitam ou determinam a produção de um discurso. Consoante Brandão (2004, p. 105), “as condições de produção constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”.

As condições de produção do discurso mantém uma ligação intrínseca com elementos que as constituem, como a memória, o interdiscurso, a ideologia⁶ e, enfim, ao contexto imediado.

A memória, por sua vez, apresenta uma relação intrínseca ao discurso. Conforme Orlandi (2008, p. 31), ela também pode ser entendida como interdiscurso. Ou seja, aquilo que foi dito, que fala antes, sentidos já ditos em algum lugar, em outros momentos, que também podem ser concebidas como memória discursiva. Assim, Orlandi (2007) não faz distinção dos termos memória e interdiscurso.

De acordo com Courtine:

A noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...], estão na origem de um certo número de atos novos, e falas que as retomam, as transformam, são ditas, permanecem ditas e restam ainda dizer. (COURTINE, ([1981], 2009, p. 52).

Vale ressaltar que essa noção de memória discursiva⁷ determinada por Courtine (1981) não pode ser confundida a lembranças que temos do passado, a recordações de um indivíduo que tem do que já passou. Nas palavras de Pêcheux (1999, p. 11), “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social. Assim, os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos.

Pêcheux (2007), em seus estudos sobre o papel da memória, destaca:

⁶ O emprego da noção de ideologia não está atrelado ao sentido estritamente marxista, mas enquanto relação entre sujeito, língua e história para que haja sentido.

⁷ A noção de memória discursiva é trazida para a AD por Courtine (1981) que a trata não dentro de uma concepção individual de um inconsciente coletivo, mas como memória social inscrita no seio das práticas discursivas.

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÉCHEUX, 2007, p. 52).

Outro elemento constitutivo das condições de produção do discurso é o interdiscurso. Acredita-se que toda formação discursiva contém, no seu interior, a presença de diferentes discursos, denominados pela AD de interdiscurso. Nesse sentido, muitos discursos são o entrelaçamento de outros discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. Foucault (1995) acrescenta que todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos. Nesse contexto, verifica-se que a memória diz respeito a acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

Como se sabe, a interdiscursividade se constrói no entrelaçamento de diferentes discursos. Para Maingueneau (2008), a interdiscursividade é a relação de um discurso com os outros. Ele acredita que o interdiscurso tenha um lugar privilegiado no estudo do discurso, por ser a interdiscursividade constitutiva de todo discurso, isto é, todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos. O interdiscurso, portanto, tem como premissa a presença de outros discursos, advindos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrecruzados no interior de uma formação discursiva. É nesse sentido que se percebe que a noção de FD implica, portanto, sua relação com o interdiscurso.

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos preconstruídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (BRANDÃO, 2004, p. 91).

O interdiscurso permite a possibilidade de relacionar o discurso a toda uma filiação de dizeres, a uma memória que é acionada todas as vezes que se produz o discurso. Por isso, faz crer que todo discurso relaciona-se com um discurso prévio; assim não se pode identificar a origem de um dado discurso, visto que este sempre é produzido em relação a outros discursos já esquecidos. Nessa perspectiva, através do interdiscurso, o sujeito faz das palavras já ditas as suas próprias palavras, pois o discurso não se origina no sujeito, e as palavras não são dele, mas elaboradas no âmbito do já dito.

Desse modo, dentro da própria formação discursiva, desdobram-se os outros discursos já ditos e esquecidos pelos sujeitos. Os discursos pré-existentes são “esquecidos” pelo interlocutor e só vêm à tona no momento do evento discursivo, estabelecendo relações com o que está sendo dito.

Nessa perspectiva, no caso particular dos discursos políticos, como os discursos eleitorais e de posse, por exemplo, muitas vezes, esses discursos que já foram ditos por algum político, em algum lugar, em outros momentos, têm um efeito sobre o discurso que se constrói ali; assim, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 31).

Considera-se, portanto, que, para a AD, o dizer não é prioridade particular de um sujeito, as palavras não são exclusividade de determinado sujeito, elas se significam pela história e pela língua. Por isso, existe uma necessidade de se compreender que há um já-dito capaz de sustentar o dizer e que é fundamental na compreensão o funcionamento do discurso e a sua relação com os sujeitos e a ideologia.

Outra noção postulada pela AD, que é compreendida simultaneamente à noção de interdiscurso, é a de formação discursiva⁸. Conforme Mussalim (2001, p. 19), a FD pode ser definida como “aquela que determina o que pode e o que deve ser dito a partir de determinado lugar social”. Ainda para Mussalim (2006, p. 125), o conceito de FD é desenvolvido para “designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Nesse sentido é que podemos dizer que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica” (MUSSALIM; BENTES, 2006, p. 125).

Assim, no discurso político de posse⁹, circulam diversas formações discursivas, dentre as quais, se pode destacar, a título de explicação, o *ethos* do “político populista”, do “político paternalista”. Tais formações discursivas constituem o *ethos* de um político que se utiliza da imagem de “bom pai” para o povo etc. Nesse contexto, sabe-se o que pode ou não ser dito dentro dessas formações discursivas do “ser um político populista”, ou do “ser um político paternalista”.

⁸ Esse conceito foi introduzido por Foucault (1971) quando considera que as formações discursivas poderiam ser encaradas como a relação entre os enunciados. Por exemplo, os enunciados sobre a política originariam a formação discursiva das ciências políticas e assim por diante.

⁹ É importante destacar as diferenças entre discurso de posse, discurso político e discurso enquanto conceito teórico. O discurso de posse é considerado como um gênero discursivo, que possui uma finalidade específica para atender uma demanda sociocultural. O discurso político, por sua vez, é um lugar de enunciação do sujeito político, é o lugar onde ele assume sua posição de sujeito político e busca através do seu discurso, seduzir, conquistar a adesão dos eleitores. Já o conceito teórico de discurso é compreendido como “lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia, o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua” (ORLANDI, 1987, p. 86). Para M. Pêcheux, discurso é efeito de sentidos estabelecidos sócio-historicamente entre interlocutores.

Outrossim, Orlandi (2007, p. 43) define a FD como aquilo que, numa formação ideológica dada, – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Daí decorre a compreensão de que as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, por sua vez, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

Ademais, como já dito anteriormente, o sentido não existe em si mesmo nem é pré-existente às palavras, mas é uma construção histórica, que se efetiva na tomada da palavra e posta em funcionamento entre interlocutores. O sentido não está na essência das palavras, mas na discursividade, ou seja, no modo como, no discurso, a ideologia produz efeitos de sentido, materializando-se nele. Enfim, o sentido filia-se a uma gama de concepções marcadas pela ideologia.

A ideologia, por sua vez, é condição para constituição do sujeito e dos sentidos. Assim, a ideologia é compreendida na esfera da AD como um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que haja sentido.

Segundo Fernandes (2008, p. 47), “Os aspectos ideológicos e políticos, no discurso, apresentam-se semanticamente relevantes, pois refletem, na interação entre sujeitos, o lugar histórico-social de onde o discurso é produzido”.

Essa concepção de ideologia distancia-se daquela concebida pelos gregos como um conjunto de ideias; visão de mundo, bem como daquela estabelecida por Marx (1982) como forma de ocultar a real exploração de classes. A ideologia, para os estudos discursivos, é um elemento necessário para que a língua faça sentido.

Segundo Brandão (2004, p. 47), constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que:

O discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.

Considerando essa assertiva, a formação discursiva não pode ser concebida como fechada em si mesma, uma vez que ela estabelece relação com outras FD, e são marcadas e atravessadas por elas.

As formações discursivas estão inscritas dentro das formações ideológicas que se relacionam com a posição de classe ocupada por dado sujeito na sociedade, isto é, marcada pela posição ideológica que o enunciador ocupa socialmente.

Por outro lado, o sujeito para a AD é um conceito que sofreu muitas transformações desde a sua apropriação. Assim, de acordo com Silveira (2004), as questões referentes à constituição do sujeito se dão a partir do momento que a língua é vista como heterogênea. Segundo o autor:

Nos parece que o grande avanço teórico-metodológico, para se pensar nas questões relativas à constituição do sujeito, se dá no momento em que a língua passa a ser aceita como heterogênea, pois embora as correntes lingüísticas se detenham na análise da frase ou do texto como uma extensão da frase, abre-se a possibilidade de mudança de perspectiva na qual o sentido se constitui na relação entre o histórico e o social em que há espaço para se discutir as questões referentes ao sujeito (SILVEIRA, 2004, p. 69).

Para melhor abordar a questão do sujeito na análise do discurso, é válido observar as fases e suas diferenciações na concepção de sujeito até os estudos mais atuais.

A concepção de sujeito foi sendo modificada de acordo com as três fases distintas da AD. Conforme Mussalim (2006, p. 133), na primeira fase da AD, “o sujeito não poderia ser concebido como um indivíduo que fala como fonte do próprio discurso”. De acordo com Pêcheux ([1983]1990), era considerado como assujeitado à maquinária discursiva, isto é, quem de fato fala é uma instituição, uma ideologia.

Na segunda fase, a noção de sujeito é alterada de acordo com a noção de formação discursiva de Foucault ([1969]1971), a qual era concebida como uma dispersão; portanto, o sujeito também o é. Ele passa a desempenhar diferentes papéis de acordo com as várias posições que ele ocupa no espaço interdiscursivo. Apesar disso, ele não é considerado um sujeito autônomo, pois sofre coerções da formação discursiva do interior do qual ele enuncia, posto que esta é regulada por uma formação ideológica. Assim, ainda de acordo com Mussalim (2006, p. 133), “o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali”.

Na sua terceira fase, a noção de sujeito sofre um deslocamento que instaura uma nova vertente da análise do discurso. O sujeito é definido não mais por uma ótica estruturalista, sobretudo depois das leituras foucaultianas via da ADF. Dessa maneira, essa noção de sujeito é compatível com uma concepção de discurso marcado pela heterogeneidade. Assim, com o primado do interdiscurso, “o sujeito é essencialmente heterogêneo, clivado e dividido” (MUSSALIM, 2006, p. 134). Considera-se, portanto, um sujeito clivado entre o consciente e o inconsciente. É também considerado um sujeito descentrado, que se define na relação entre o “eu” e o “Outro”.

A Análise do Discurso já não admite o sujeito psicológico, o indivíduo centrado em si mesmo, mas concebe que o sujeito se constitui na relação dinâmica com o outro, através da alteridade. Dessa forma, constitui-se a heterogeneidade discursiva, na qual há sempre a presença do outro que atravessa e direciona o discurso do “eu”. Portanto, para AD, não existe discurso sem a presença do “outro”.

Para a Análise do Discurso atual, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, porque é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, porque seu dizer é marcado historicamente, ele não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo empírico quem diz, mas aquele interpelado pelas formações discursivas e ideológicas. Portanto, “o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2007, p. 19-20).

Ao compreender a noção de sujeito constitutiva da AD, implica em conceber um sujeito como dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia. Sua constituição está atrelada à constituição do sentido no discurso.

Com base nessa reflexão, Pêcheux (1993) se propõe a pensar o sujeito a partir de uma teoria não subjetiva da subjetividade¹⁰, desse modo:

o sujeito acredita na evidência e na unidade do seu dizer porque não se dá conta de sua condição de "assujeitado" à ideologia e afetado pelo "inconsciente", uma vez que o sujeito, como origem do sentido, é uma ilusão. Trata-se de uma ilusão necessária e inconsciente: primeiro, o sujeito tem a ilusão de ser a origem e a fonte do seu dizer, o que configura o esquecimento nº 1: o sujeito esquece de que todo e qualquer discurso é sustentado pelo já-dito; segundo, o sujeito tem a ilusão de que sabe exatamente o que diz, esquecimento nº 2: o sujeito esquece a dispersão e a multiplicidade de sujeitos que o caracterizam. O sujeito, então, constitui-se sobre uma base imaginária que lhe autoriza um dizer e lhe desautoriza outros dizeres (PÊCHEUX, 1993 apud SILVEIRA, 2004, p. 71-72).

Ainda segundo o autor, a fundação da AD é marcada por um “sujeito que deixa de ser o centro e a origem do seu dizer, passando a uma categoria que funciona como efeito produzido pela ideologia no discurso” (SILVEIRA, 2004, p. 71). Logo, o discurso é tomado como produção de um sujeito dotado de inconsciente e determinado pela exterioridade; em função disso, considera-se a linguagem em sua materialidade.

Essa noção de sujeito é a fundadora no interior do quadro epistemológico da AD, sendo também mobilizada nas pesquisas atuais, mas acrescenta-se a ela, um outro aspecto

¹⁰ Em contraponto com a teoria da subjetividade, proposta por Emile Benveniste.

desse sujeito: uma face contraditória, que revela o "sujeito moderno-capitalista"¹¹. Assim, esse sujeito que, “por um lado, não é a origem do seu dizer, é assujeitado à ideologia e é afetado pelo inconsciente, pelos saberes próprios de uma determinada FD, por outro lado, é um sujeito responsabilizado juridicamente pelo discurso que produz” (SILVEIRA, 2004, p. 71).

Ademais, a categoria de sujeito inicialmente proposta por Pêcheux, e refletida por Orlandi em suas pesquisas, apresenta uma noção de sujeito que contempla a submissão e a "liberdade" como constitutivas, pois esse sujeito é, ao mesmo tempo, "determinado (pela exterioridade e determinador (do que diz)", caracterizando-se como cidadão responsável por seus atos e palavras. O sujeito é, portanto, ao mesmo tempo assujeitado a elementos exteriores e individualizado pelo Estado, que lhe exige coerência, unidade e auto-controle, em sua vida social (SILVEIRA, 2004, p. 71).

Portanto, verifica-se que, quando se trata de sujeito para a Análise do Discurso, é fundamental compreender as mudanças e conflitos teóricos ocorridas na configuração dessa categoria.

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008) discute o princípio da competência¹² discursiva que “permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e a capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele decorram” (MAINGUENEAU, 2008, p. 52). Ademais, segundo o autor, essa competência diz respeito a uma capacidade de ordem discursiva:

Um sujeito pode sempre identificar um enunciado pela estrutura na qual ele reconhece a qual tipo de discurso pertence o enunciado, aquilo que o fundamenta polemicamente e o espaço de pensamento que o define, porque o Sujeito é justamente um Outro com relação a uma formação discursiva particular.

Possenti (2003) faz algumas formulações a respeito da posição enunciativa e os Sujeitos que a ocupam:

A competência apresenta a vantagem de não supor uma exterioridade absoluta entre a posição enunciativa e os Sujeitos que vêm ocupá-la. Porque é necessário pensar de uma forma ou de outra no fato de que essa posição seja ocupável, que o discurso

¹¹ O sujeito moderno - capitalista - é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo (ORLANDI, 1999, p. 22).

¹² Maingueneau ressalva que o termo “competência” não terá as mesmas razões de N. Chomsky.

seja enunciável. Sem isso, sob a aparência de não reintroduzir o Sujeito idealista, tende-se a uma concepção pouco satisfatória dos enunciadores discursivos, ceras moles que se deixariam “dominar”, “assujeitar” por um discurso todo poderoso. Falar de “assujeitamento”, de “dominação” é apenas uma forma de dizer o resultado de um processo de inscrição numa atividade discursiva que permanece, aliás, muito misteriosa; [...] Para sair desta dificuldade, a tentação é então formular uma espécie de tautologia: se tais enunciadores puderam interiorizar o funcionamento de um discurso em toda sua complexidade, é simplesmente porque esse último lhe era imposto por sua posição social, porque existia um laço, obscuro, mas necessário, entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe (MAINGUENEAU, 2008, p. 51-52).

Ainda sobre a questão do sujeito, Possenti (2003, p. 1) faz algumas observações sobre essa noção:

A questão do sujeito é uma questão aberta. Creio que, para analistas do discurso afetados de alguma forma pelo “ar do tempo” da época heróica da fundação da disciplina, só há um consenso absoluto: o fim do sujeito cartesiano (melhor ainda: a decisão de combatê-lo onde aparecesse e até mesmo onde devesse ser inventado). Provavelmente, o ponto crucial da teoria é que não se pode aceitar – o que até muitos não-marxistas e não freudianos reconhecem – a possibilidade de pensar um sujeito *sem circunstâncias*, ou que as domine completamente. Fora disso, ou seja, quanto às especificações que ultrapassem a negação do sujeito dito uno e consciente, penso que o campo está aberto. Como sempre, as respostas provisórias, ou as tentativas de dá-las, que têm algum interesse provêm de detalhamentos teóricos e de análises de corpora variados.

A partir dessas reflexões, nota-se que a questão do sujeito ainda está em formação, está sendo construída desde a fundação de sua disciplina. Portanto, há uma sensação de que as respostas em torno desse problema parecem ainda provisórias.

1.2 INCURSÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL

Ainda neste capítulo, pretende-se reconstituir, de certa forma, o percurso histórico acerca da construção da Análise do Discurso no Brasil. Como já se sabe da história das ideias linguísticas, essa disciplina, surgida ao final da década de 1960, só se instituiu no cenário dos estudos da linguagem no Brasil a partir da década 1980, embora ainda, nas décadas de 1960 e 1970, foi a primeira época de recepção dos trabalhos de Pêcheux no Brasil.

A AD no Brasil possui um histórico consistente que vem sendo sendo construída ao longo de seus 30 anos, inicialmente por um grupo de pesquisadores em São Paulo - Campinas, em torno da figura da linguista Eni Orlandi, reconhecida por contribuir e consolidar os estudos do discurso no Brasil¹³.

¹³ Hoje, os grupos de estudos – muitos deles com líderes cujas teses foram defendidas sob orientação daquela linguista – no campo de análise do discurso estão situados em diversas instituições de ensino superior no Brasil,

De acordo com Kogawa (2012), muitos trabalhos importantes foram desenvolvidos sobre a história da Análise do Discurso no Brasil enquanto disciplina, como é o caso, por exemplo, de Piovezani e Pachi Filho que, além de configurarem uma visão crítica do percurso disciplinar da AD no Brasil em relação à história francesa, também apresentam alguns autores envolvidos na escrita da história desse campo teórico tanto na França quanto no Brasil:

Trataremos apenas dos desenvolvimentos da AD de “descendência” francesa no Brasil, e particularmente a tradição que segue a linha de Michel Pêcheux e que se difundiu e se institucionalizou no Brasil nos anos 80. Basearemos-nos também em alguns pontos tomados direta ou indiretamente de Courtine (1986, 2005), Mالدیدier (1990), Gregolin (2004), Ferreira (2005) e Orlandi (2005). (PIOVEZANI; PACHI FILHO, 2010, p. 55 apud KOGAWA, 2012, p. 11; *tradução nossa*)

Segundo Gregolin (2007, p. 32), entre 1966 e 1974 e, portanto, durante o período da ditadura militar brasileira, Carlos Henrique Escobar, junto com um grupo de intelectuais da esquerda militante brasileira, escreveu sobre a instauração do debate das ideias althusserianas. Essa campanha tinha como foco delinear um programa teórico que, baseado na leitura de Althusser-Herbert-Pêcheux, apresentava uma proposta de “análise do discurso” no Brasil.

A revista Tempo Brasileiro, por exemplo, era um veículo das discussões que se davam na França em torno das problemáticas do marxismo, do estruturalismo e da psicanálise. Conforme Kogawa:

Os artigos eram publicados principalmente pela editora Tempo Brasileiro, juntamente com traduções de diversos textos de pensadores franceses que participavam ativamente de discussões em torno das teorias da História, da ciência, do discurso e do sujeito, dentre eles: Canguilhem, Bachelard, Foucault, Althusser e Michel Pêcheux (KOGAWA, 2012, p. 10).

Em 1960/70, a crítica ao estruturalismo linguístico levou a uma leitura semiológica que visava apreender outras materialidades. A partir da década de 1980, a influência do estruturalismo linguístico – presente também nos trabalhos de Pêcheux – leva à incorporação da linguística estrutural e ao privilégio da materialidade verbal.#

Por um longo período, a Análise do Discurso no Brasil, debruçou-se em estudos de *corpora* de discursos políticos, mais especificamente relacionados à ditadura e à redemocratização do Brasil. Acredita-se que essa escolha se deva ao fato de seguir um modelo teórico europeu. A partir dos anos 1990, discutia-se a problemática da relação teoria do

como, por exemplo, UFF, UFRGS, UFSM, UFSC, entre outras instituições situadas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país.

discurso *versus* semiologia no interior de grupos como o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA/UNESP-FCLAr-SP), o Laboratório de Estudos do Discurso (LABOR/UFSCar_SP), o Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (LABEDISCO/UESB-BA), o Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU-MG) e o **Grupo** de Estudos Foucaultianos (GEF/UEM-PR) que delinea, atualmente, uma via disciplinar de desenvolvimento dos trabalhos em Análise do Discurso Francesa no Brasil, em direção aos diálogos com a semiologia histórica (especificamente os grupos GEADA e LABOR), destacando as contribuições foucaultianas para os estudos discursivos no país.

Ao longo do desenvolvimento da teoria do discurso, observam-se diferentes filiações teóricas em razão de outras perspectivas de análises, metodologias e formas de apropriação do texto tanto no Brasil quanto na Europa. Dessa forma, o lugar e o contexto sócio-histórico também são fatores importantes que provocaram tal diferenciação.

Assim, como destaca Santos e Sargentini (2010, p. 43), os “estudos atuais em Análise do Discurso não estão compreendidos em um único modelo de análise; pode-se dizer que há várias Análises do Discurso que se diversificam em função dos momentos e dos lugares de enunciação em que se inscreve o discurso a ser analisado”.

Percebe-se, portanto, que esses estudos vêm sendo desenvolvidos com o intuito de compreender o funcionamento de diferentes materialidades, o que, de fato, colaborou com uma dupla contribuição para as novas pesquisas:

Se, de um lado, tanto na França quanto no Brasil, passou-se a estudar novas modalidades de textos, possibilitando que as pesquisas deslocassem alguns conceitos (comuns aos estudos do discurso político) para estudar outros discursos como o religioso, o jurídico ou o científico, por exemplo; de outro, tais estudos ajudaram na reelaboração da teoria apropriando-se de conceitos já formulados em outros campos do saber ou formulando-os, a fim de que pudessem dar conta das análises (SANTOS; SARGENTINI, 2011, p. 85-86).

Por sua vez, as formas de produzir e difundir os discursos não são mais as mesmas, o surgimento de uma nova tecnologia conduz a emergência de novos modos de pensar e sentir. Hodiernamente, conforme destacaram Santos e Sargentini (2011, p. 86), com a *internet* e o desenvolvimento dos recursos midiáticos e tecnológicos, que servem para elaborar, tratar, produzir e difundir seus textos (sejam de natureza semiótica verbal, imagética ou sincrética), dinamizam-se as formas de apropriação dos discursos, bem como a constituição dos sentidos desses textos, exigindo uma *nova ordem do olhar* para essas discursividades.

A análise do discurso no Brasil mostra-se consolidada. Assim, pode-se observar a variedade de enfoques de análise dados pelos pesquisadores, sem receios de incorporarem novas materialidades em seus *corpora*, de modo que os estudos atuais não estão presos às questões que marcaram sua origem europeia, não tratando exclusivamente de discursos políticos. As pesquisas mais recentes têm se voltado, atualmente, para diferentes tipos de textos nos quais se constituem, se materializam e circulam enunciados mais diversos, diferentemente de outrora quando muitas pesquisas se voltavam para o discurso político.

No Brasil, está sendo construída uma AD capaz de desenvolver seus próprios métodos de análise, de criar formulações próprias, de tomar posições singulares de análise. Obviamente, isso não se trata de uma tentativa de apagar o lugar de origem, da sua fundação teórica e suas influências, mas destacar a crescente autonomia da AD no Brasil.

Ainda, de acordo com F. Mussalim, ao fazer uma análise do que foi feito no Brasil nas últimas décadas em termos de Análise do Discurso, Fiorin (1990) apresenta três correntes ordenadas historicamente e apresentadas a partir dos interditos, isto é, a partir do que não é “permitido” fazer no interior de cada uma delas:

A primeira corrente “proibia ocupar-se do funcionamento interno do texto”, sob o risco de ser tachado de um “direitista do campo da Letras”. A segunda corrente esboçava um interdito contrário “é preciso ocupar-se do funcionamento interno do texto” [...]. A terceira corrente, que representa a tendência atual, procura eliminar esses dois interditos que pesaram sobre a AD em determinados momentos e abordar o discurso em toda a sua complexidade, concebendo-o como um objeto linguístico e cultural. Há, entretanto, apesar dessas divergências, um elemento comum entre essas Análises do Discurso, e esse elemento comum diz respeito à própria especificidade do Discurso, como ressalta Fiorin (1990): “o que é específico de todas essas Análises do Discurso é o estudo da discursivização”, ou seja, o estudo das relações entre condições de produção dos discursos e seus processos de constituição. (MUSSALIN, 2006, p.113-114 apud FIORIN, 1990)

Desse modo, é possível notar como o conceito de discurso passou por mudanças que compreendem uma disciplina em construção. Os processos de constituição do discurso, bem como a evolução das condições de produção, levaram os analistas a ampliar o espaço de reflexão enunciativa para diversos tipos de discursos que circulam socialmente, operando novas sensibilidades, novos modos de formulação.

CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE O *ETHOS*

Propõe-se, neste trabalho, fazer um estudo sobre o modo como os políticos FHC e Lula constroem sua imagem através do discurso de posse. Desse modo, pretende-se identificar a relação da constituição do *ethos* com a formação discursiva e perceber de que forma o *ethos* pode ser considerado uma estratégia do discurso político.

A pesquisa tem como suporte teórico a concepção de *ethos* desenvolvida por Maingueneau (1997, 2008, 2010), a partir do seu esquema para análise dos processos de constituição do *ethos* na cena enunciativa; a noção de *ethos* classificada por Charaudeau (2008) como uma estratégia do discurso político. As leituras referentes ao discurso político pautam-se em trabalhos desenvolvidos por Piovezani (2009), Courtine (2009) e Charaudeau (2008), engajados nas reflexões sobre as novas configurações do discurso político contemporâneo no bojo teórico da Análise de Discurso.

Assim, na seção 2.1, aborda-se o conceito de *ethos*, partindo da Retórica até os estudos atuais em Análise de Discurso; no segundo subitem, aborda-se a concepção de *ethos* e cena enunciativa, desenvolvidos por Maingueneau (2008) e, no terceiro, o conceito de *ethos* para Charaudeau como estratégia do discurso político. No quarto subitem, focalizar-se-á a relação de *ethos* e do discurso político, e, finalmente, no quinto subitem, apresentar-se-ão reflexões sobre as mídias na construção do *ethos*.

2.1 O *ETHOS*: DA RETÓRICA À ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

São numerosos os trabalhos em análise do discurso que se dedicam ao estudo do *ethos*. Essa dedicação deve-se ao fato de essa noção estar anteriormente ligada aos estudos da Retórica, que privilegiava apenas o discurso oral e sua ligação com a argumentação. Desse modo, a tradição antiga, principalmente a teoria de Aristóteles, é responsável por sistematizar a Retórica como a arte da persuasão. Contudo, com os estudos do discurso, esse conceito foi ampliado e revisado, especialmente a partir dos estudos desenvolvidos por Maingueneau. Assim, ele constata que, considerando as práticas verbais em toda a sua diversidade, o investimento do *ethos* assume feições bastante diferentes.

O *ethos* é uma expressão grega traduzido frequentemente para o português por “caráter”. Pertencente à tradição retórica, o *ethos* é um conceito desenvolvido por Aristóteles, atrelada à arte da persuasão. Dessa forma, era empregado para designar a “[...] construção de

uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. (AMOSSY, 2008, p.10)

Na Antiguidade, o *ethos* referia-se aos traços de caráter do enunciador, à maneira de se mostrar ao público, tendo como objetivo causar boa impressão, sem importar se o que foi mostrado é verdade. Esta apresentação de si é construída através do estilo, da competência linguística e enciclopédica, crenças implícitas que o locutor mostra pelo modo que se expressa.

Para Aristóteles, o *ethos* corresponderia ao caráter que o orador apresenta no momento do seu discurso. Desse modo, o *ethos* não era visto como uma categoria preestabelecida, porque era constituída no discurso, caracterizar-se-ia, portanto, por sua flexibilidade e sua ligação com a própria enunciação. Assim, o filósofo grego acreditava que, para que o orador fosse digno de crédito aos olhares do seu auditório, este deveria mostrar em seu discurso um caráter honesto. Essa imagem que o orador construía no discurso poderia corresponder ou não à identidade dele, seria apenas uma imagem criada na enunciação para persuadir o auditório.

Na retórica aristotélica, existem três provas empregadas pelo orador para envolver seu auditório: o *ethos* – referia-se ao caráter do orador representado através do discurso; o *pathos* – que corresponderia às paixões despertadas nos ouvintes; e o *logos* – que relacionava-se aos argumentos, à razão.

Dentre essas três noções, o *ethos* constituiu-se a mais importante. Distante dos demais retóricos, os quais concebiam que *ethos* não contribui para persuasão, Aristóteles emprega o termo *epieikeia*, como honestidade. Dessa forma, o orador que apresentasse em seu discurso um caráter honesto teria maior credibilidade de seu auditório (AMOSSY, 2008, p. 29).

Em outras passagens no campo da Retórica, Aristóteles diz que “um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas nem dizê-las da mesma maneira que um homem culto”. Por isso, em algumas das passagens da obra, verifica-se que o termo *ethos* já não tem o mesmo sentido moral, mas antes um sentido neutro. Nessa perspectiva, para Aristóteles os temas e os estilos devem ser apropriados ao *ethos* do orador.

Para Amossy (2008, p. 30), na Retórica, existem dois pólos semânticos opostos ao termo *ethos*: um, de sentido moral, que engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência; e outro, de sentido neutro, que diz respeito a modos e costumes ou caráter.

Eggs (1998), por sua vez, chega à conclusão *contraditória*, mas simples: não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo e estratégico. É preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate.

Essas duas faces do *ethos* constituem, portanto, dois elementos essenciais do mesmo procedimento: convencer pelo discurso.

Maingueneau (1995) tece considerações sobre o *ethos* na acepção aristotélica:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, 1995, p. 138)

O *ethos* se constitui através do *logos*, o discurso do orador. Para Amossy (2008), esse lugar se mostra apenas mediante escolhas feitas por ele. Assim, toda forma de expressão resulta por uma escolha entre tantas possibilidades linguísticas e estilísticas.

No início do seu tratado, Aristóteles introduz as três *peças de convicção* a partir de um triângulo pragmático em que distingue *o orador, o ouvinte e o discurso*:

As provas fornecidas pelo discurso são de três espécies: a primeira encontra-se no *ethos* do orador, a segunda, no fato de colocar o ouvinte em certa disposição, a terceira, no próprio discurso (*logos*), uma vez que ele demonstra ou parece demonstrar.

Nesse sentido, o *pathos* está relacionado ao ouvinte. O *logos*, por sua vez, convence em si e por si mesmo, independentemente da situação concreta, enquanto o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados. Assim, ele define o *logos* como inferencial, raciocínio, argumentação; o *ethos* diz respeito ao *habitus*, à virtude, ao caráter; já o *pathos* refere-se à paixão, ao afeto.

Assim, o *ethos* teria ligação com o orador, ao seu caráter, à sua virtude, na confiança que ele pode gerar no auditório. Na concepção aristotélica, o *ethos* seria, portanto, o caráter do orador representado através do discurso, fundamental para o desempenho da persuasão, conforme ele afirma:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem depressa em pessoa honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida (ARISTÓTELES, 1998, p. 49)

Como se nota, o *ethos* para os gregos é compreendido como uma categoria discursiva. No entanto, para os romanos, tal noção é entendida como uma categoria pré-discursiva, um

dado pré-existente, pois baseava-se na autoridade, no estatuto social, na reputação do orador. Desse modo, “o *ethos*, para os romanos, pertencia à esfera do caráter, estava ligado à moral do orador (AMOSSY, 2008, p 18).

Os retóricos da Roma Antiga consideravam o *ethos* como um dado preexistente ao discurso, porque para eles, o sujeito que é virtuoso, ético, sincero, parece mais quando ele de fato o é, diferentemente de Aristóteles, que defendia que pouco importa sua sinceridade, o orador deve mostrar ao seu auditório seus traços de personalidade para causar boa impressão.

Observa-se que, no pensamento romano, a reputação e o caráter do homem influenciam mais do que suas palavras. Por isso, o *ethos* estaria ligado à questão da moral, aos atributos reais do orador, e não na imagem que este constroi discursivamente. Por outro lado, foi o pensamento grego e não o romano que gerou as bases para a construção teórica da noção de *ethos* nos estudos linguísticos tal como conhecemos hoje.

Esse conceito foi também explorado em termos pragmáticos e discursivos na França em 1987 com Ducrot, que propôs a integração do *ethos* à enunciação. A noção de *ethos*, para Ducrot, está ligada ao locutor, assim através de sua teoria polifônica, é possível compreender mais claramente essa abordagem.

O autor diferencia o sujeito empírico do sujeito discursivo, este último gerado na instância da enunciação no qual é aplicada a noção de *ethos*. Dessa maneira, ele divide a posição locutor em locutor L (locutor enquanto tal) e locutor λ (ser no mundo). Nesse sentido, ele atribui a noção de *ethos* apenas ao locutor L, ser do discurso. O *ethos*, pois, seria uma imagem essencialmente discursiva.

Assim, Ducrot (1997, p. 189) afirma:

O *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ , o ser no mundo, e não é este em questão na parte da retórica de que falo.

Mesmo Ducrot (1997) tendo afirmado que a noção de *ethos* liga-se ao locutor, ele não desenvolve uma teoria pragmática sobre o *ethos*. Embora os teóricos da Pragmática tenham esboçado uma noção discursiva sobre o referido conceito, foi a partir da Análise do Discurso Francesa que essa noção passou a ser modificada e ampliada, compreendendo que tudo se dá no nível discursivo, e que o *ethos* é, essencialmente, uma noção discursiva.

Maingueneau (1997) toma emprestada a noção de *ethos* da Retórica e a enquadra nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa. Assim, a ADF vai além dos estudos

da Retórica, pois acredita-se que o *ethos* pode ser constituído no momento da enunciação, na instância do discurso, podendo ser observado tanto em textos orais quanto em textos escritos.

Embora a Retórica desse bastante destaque à palavra viva, isto é, aos discursos falados, já que possibilita uma análise mais direta da corporalidade do enunciador, a ADF, por sua vez, propõe a aplicação do *ethos* também em textos escritos. Apesar de este tipo não apresentar aspectos físicos do orador, possui outras marcas que contribuem para a construção da imagem do mesmo, como uma vocalidade específica, um tom característico, que levam o co-enunciador a atribuir uma determinada imagem ao enunciador e não outra.

Como se vê, a noção de *ethos* já passou por muitas transformações diante das diversas perspectivas, do mesmo modo que o mundo contemporâneo não é o mesmo da Retórica Antiga e, portanto, o discurso não é mais analisado pelos mesmos dispositivos. Assim, nos interessa focar nesta pesquisa, o estudo do *ethos* tendo como alicerce os estudos do discurso, tendo Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2010), como principal representante.

Maingueneau (2008a) postula que não existe um *ethos* preestabelecido, mas sim um *ethos* construído no âmbito da atividade discursiva. Dessa forma, o autor reforça a ideia de que o *ethos* é uma categoria discursiva, gestado, no e pelo discurso, isto é, contruído na enunciação.

Para a ADF, aquilo que se diz e o modo como se diz estão vinculados a uma formação discursiva. Nesse sentido, o sujeito discursivo não é considerado totalmente dono do seu dizer, desta forma, ele não pode ser o agente responsável que provoca a emoção no seu ouvinte; o que ele diz, suas escolhas no processo elaborativo do enunciado estão imersos pelas condições históricas, institucionais e ideológicas, que constituem sua formação discursiva.

Por isso, ao revisar a noção de *ethos*, Maingueneau (2008a) leva em consideração a representação do sujeito enquanto sujeito social, e que é atravessado por determinadas formações discursivas. Assim, a constituição da imagem de si no discurso não é um ato totalmente consciente, já que este sujeito é descentrado e heterogêneo, dividido entre o consciente e o inconsciente, entre o “eu” e o “Outro”, tendo como premissa o fato de que todo discurso mantém uma relação com a memória discursiva.

Nesse sentido, a compreensão do *ethos*, na interrelação com a FD, estabelece o ponto de apoio da implicação no processo discursivo.

Em consonância com Aristóteles, a noção de *ethos* aqui analisada é concebida por sua discursividade, pois essa noção se constitui por meio do discurso de maneira interativa, já que é um processo de influência sobre o outro, e ainda é um comportamento socialmente avaliado.

Por isso, não pode ser concebido fora de uma situação de comunicação sócio-histórica precisa.

Ao reconstruir o conceito de *ethos*, Maingueneau (2008a) aplica-o sobre *corpora* de gêneros considerados instituídos. A escolha por esse tipo de gênero se deu por considerar que os sujeitos ocupam papéis preestabelecidos e mais estáveis durante o evento comunicativo, diferente dos gêneros conversacionais, em que os sujeitos podem negociar seus lugares.

Maingueneau (1997) postula que qualquer discurso, seja oral ou escrito, pressupõe um *ethos* que, por conseguinte, implica em certa representação do corpo do seu responsável, do enunciador que assume o discurso. Assim, ao sistematizar o conceito de *ethos* para a Análise do Discurso, ele liga-o diretamente ao tom¹⁴ que engendra o discurso. O tom estaria relacionado a uma corporalidade e ao caráter do enunciador. A corporalidade remeteria, assim, a uma representação subjetiva do corpo do enunciador na formação discursiva; já o caráter seria “o conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (MAINGUENEAU, 1997, p. 47).

O *ethos*, então, relaciona-se com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo. Dessa forma, a imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, construindo-se no âmbito discursivo. O fiador é, portanto, aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo (HEINE, 2006, p. 44).

Assim, no âmbito discursivo, pode-se criar a imagem de um fiador popular e simples, mesmo que o enunciador não tenha essas características. Por conseguinte, a imagem do fiador terá relação com as escolhas lexicais¹⁵ feitas pelo enunciador, que conferirão ao enunciado um tom de popularidade e simplicidade, fazendo emergir, portanto, a imagem de um fiador popular e simples.

Vale destacar que o *ethos* não está ligado ao indivíduo, mas ao papel a que corresponde o seu discurso, ao exercício da palavra. Portanto, o *ethos* do enunciador não diz respeito necessariamente à imagem real do sujeito empírico, já que, conforme Fiorin (2008, p. 139), “o *ethos* é uma imagem do autor e não é do autor real, é um *ethos* discursivo, implícito”.

¹⁴ De acordo com Maingueneau (2008), o tom corresponde à “voz”, está regido nos textos escritos, o que permite ao co-enunciador construir a representação do enunciador no discurso.

¹⁵ Em relação às escolhas lexicais feitas pelo enunciador, para a Análise do Discurso, o sujeito está vinculado a posições ideológicas. Seu discurso vincula-se a toda formação discursiva à qual prende-se e relaciona-se diretamente.

Maingueneau (2008a) acredita que, para o enunciador conferir credibilidade ao seu discurso e ao seu auditório, deve criar um *status* para a legitimação do seu dizer. Assim, ele desenvolve a noção de *ethos* ligada à cena de enunciação, a qual é composta por três cenas, às quais ele se propôs chamar *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*. “A cena englobante diz respeito ao tipo do discurso; a cena genérica tem relação com o gênero ou subgênero do discurso; já a cenografia diz respeito à cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70).

De acordo com Amossy (2008, p. 16), cada discurso pode comportar uma distribuição preestabelecida de papéis; dessa forma, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia. Assim, em determinados discursos, como o discurso político, por exemplo, o candidato pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem sério, como intelectual etc.

Pode-se então concluir que o *ethos* está ligado a uma corporalidade que emerge da enunciação, e que age sobre o co-enunciador, fazendo-o construir a imagem de um fiador, corporificando-o. O co-enunciador, por sua vez, incorpora e assimila um conjunto de características do fiador que está sendo apresentado no discurso, compartilhando com ele de uma comunidade imaginária que lhe permite comungar na adesão de um mesmo discurso – a incorporação.

Exemplificando melhor essa questão, toma-se como base o trecho de um pronunciamento público político.

Sequência discursiva 1- Pronunciamento: eleição de Lula, 2003:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. [...] O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

No trecho acima, a imagem construída é de um fiador batalhador, operário, determinado, homem do povo, com a qual os co-enunciadores podem se identificar. O tom de homem do povo, de homem determinado revela-se pela escolha de determinadas expressões, tais como: “acreditou no que estava fazendo”, “vejo e sei, com toda clareza e com toda convicção”, “hoje é o dia do encontro do Brasil consigo mesmo”, entre outros. Além disso, o

enunciador constrói uma imagem de seu auditório, de seus co-enunciadores, imagem esta que também estará baseada em um estereótipo: “*hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo*”. Assim, para Maingueneau (2008c, p. 73),

[...] o texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador, que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido. Assim, para o autor, o poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados.

Sequência discursiva 2: Pronunciamento: eleição de FHC, 1995:

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos outros brasileiros. [...] Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Nesse trecho, o discurso do político remete à imagem de um fiador, cidadão democrático, justo, dotada de um caráter e uma corporalidade socialmente validados.

Observa-se, portanto, nos dois casos, que ambos os sujeitos constroem seus ethé revestidos de valores socialmente validados.

2.2 MAINGUENEAU: O *ETHOS* E A CENA ENUNCIATIVA

Maingueneau vem se debruçando nos estudos do *ethos* há algumas décadas. Diferentemente dos estudos da Retórica, ele procura inscrever seu estudo dentro do quadro da ADF. Assim, o conceito de *ethos* foi revisado e ampliado, e passa a ser abordado como uma noção discursiva. Maingueneau (2008a, p. 63) ressalta, portanto, que “não vivemos no mesmo mundo da retórica antiga, e a fala não é mais governada pelos mesmos dispositivos”.

Dessa forma, o referido autor procura operar a noção de *ethos* ultrapassando os estudos da argumentação e dedicando-se mais a análise de textos escritos e de textos que não tenham tanto a caracterização de gênero argumentativo.

Maingueneau (2008c, p. 69) acredita que, “além da persuasão por meio de argumentos, é possível, através da noção de *ethos*, refletir sobre o processo mais geral de adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”. Para ele, por meio do *ethos*, o co-enunciador está convidado a participar da construção da imagem do enunciador, a ter um lugar inscrito na cena enunciativa, que o texto requer. Assim, o co-enunciador é levado a participar da construção das cenas enunciativas, leia-se – cena englobante, cena genérica e

cenográfica. Conforme foi mencionado anteriormente, a primeira cena corresponde ao tipo: político, religioso, filosófico etc; a segunda diz respeito, ao gênero de discurso, como o sermão, o editorial, a consulta médica; e a terceira define-se como a cena de fala que o discurso pressupõe para ser validado. Desta forma, a cenografia é responsável por aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala.

Vale ressaltar as seguintes distinções entre as cenas de enunciação segundo Maingueneau:

Estas duas cenas, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, é o espaço do tipo e do gênero de discurso. Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas; porém, outra cena pode intervir, a cenografia, a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso (MAINGUENEAU, 2008a, p. 116).

Desse modo, segundo o autor, há uma relação de completude entre as cenas englobante e genérica, que funcionam como instâncias reguladores da discursividade, definindo as estabilidades de tipo e gênero de discurso.

Dentre as três cenas, a cenografia aparece como a cena de enunciação mais propícia aos investimentos de criação do discurso. Trata-se de uma dimensão criativa do discurso, na qual se engendra a imagem de um momento, de um espaço e dos papéis sociais conhecidos e compartilhados culturalmente.

A cenografia pode ser entendida como instrumento legitimizador de um enunciado. Como já se sabe, ela não é imposta pelo gênero, ela se constitui no próprio texto. Portanto, “um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética” etc., assim como o discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias. Nesse sentido, um candidato poderá falar a seus eleitores como tecnocrata, como operário, como homem experiente, entre outras, e conferir os “lugares” correspondentes a seu público (MAINGUENEAU, 2008c, p.76).

Maingueneau (2008c, p. 76) destaca que “o discurso político mobiliza cenografias variadas, uma vez que, para persuadir seu co-enunciador, deve captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada”.

Maingueneau (2008d) aponta duas razões que o motivaram a recorrer à noção de *ethos*. A primeira é sua relação com a reflexividade enunciativa, e a segunda é a relação entre corpo e discurso que ela implica. Nessa perspectiva, seria insuficiente compreender a instância subjetiva do discurso apenas por meio do estatuto ou do papel, porque, segundo

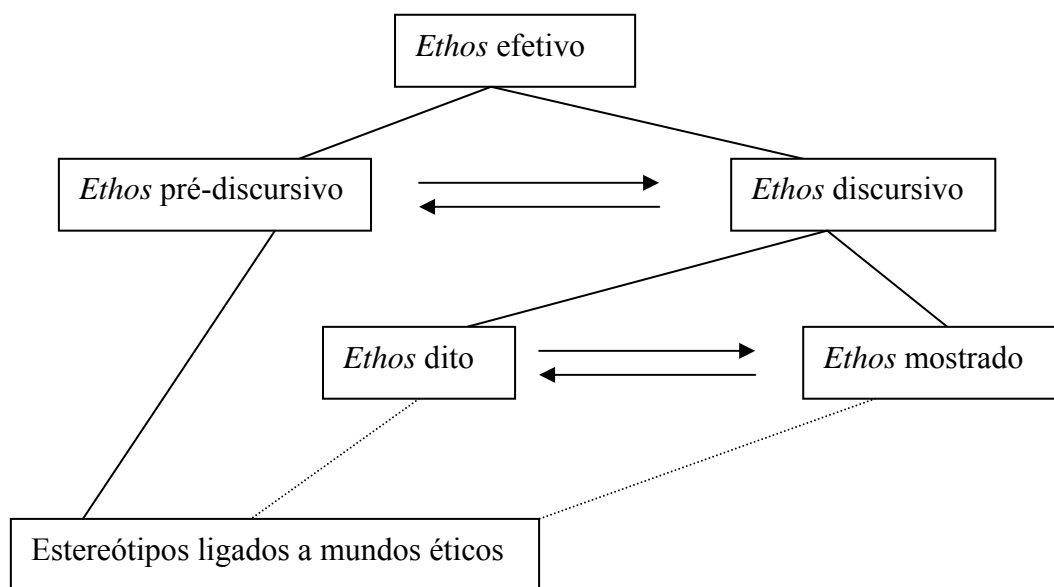
Maingueneau, ela se manifesta também como uma “voz” e, além disso, como um “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma dada situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente (MAINGUENEAU, 2008d, p. 20).

Dessa forma, pode-se compreender a noção de *ethos* sob três aspectos, a saber: i) por se constituir por meio do discurso, o *ethos* não é uma “imagem” do locutor exterior à fala, mas uma noção discursiva; ii) fundamentalmente, é um processo interativo de influência sobre o outro; e iii) não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa.

Assim, Maingueneau (2008a) descreve o *ethos* como um dos elementos do sistema semântico global de uma dada formação discursiva e considera o contexto sócio-histórico como caráter que constitui e configura a existência de determinados *ethé* em detrimento de outros.

Para melhor compreender a manifestação do *ethos* no discurso, Maingueneau (2008a, p. 71) desenvolve um esquema no qual é possível compreender a constituição do *ethos*, resultante de uma interação de diversos fatores. Veja abaixo o esquema em forma de fluxograma (Figura 1).

Figura 1: O ethos em Maingueneau



Fonte: Maingueneau (2008a)

No esquema proposto, Maingueneau (2008a) apresenta o *ethos* composto de duas partes: o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Ambas se relacionam mutuamente a partir do momento que o *ethos* pré-discursivo pode ou não ser confirmado pelo *ethos* discursivo.

O *ethos* discursivo envolve as noções de *ethos* dito e *ethos* mostrado. O *ethos* dito corresponde àquilo que é criado a partir de referências diretas ao enunciador, ou seja, é definido por ser aquele que o enunciador fala diretamente sobre suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa. Já o *ethos* mostrado é construído através de marcas seguidas pelo co-enunciador, e não é apresentado explicitamente. Maingueneau (2008a) ainda acrescenta que se o *ethos* estiver ligado ao ato de enunciação, o público pode construir representações do *ethos* antes mesmo que ele (o enunciador) se pronuncie. Dessa forma, ele faz uma distinção entre o *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo. O *ethos* pré-discursivo seria, portanto, a imagem que o co-enunciador constrói do enunciador, antes que este último tome a palavra para si.

O *ethos* pré-discursivo pode ser confirmado pelo *ethos* discursivo, por aquilo que é mostrado ou dito no âmbito do discurso. Nesse sentido, o *ethos* pré-discursivo liga-se a estereótipos¹⁶ estabelecidos pela sociedade. Portanto, o operário, o sindicalista, carrega um estereótipo de homem trabalhador, de homem do povo, de origens humildes, estereótipos estes que são ativados mentalmente e que exercem influência nas concepções de *ethos* dito e *ethos* mostrado.

Conforme visto no esquema acima, percebe-se que na base, estão os estereótipos, através dos quais o co-enunciador faz uso de representações culturais fixas, de modelos pré-construídos, para atribuir algumas características e não outras ao enunciador.

Como se nota no esquema proposto por Maingueneau (2008), o estereótipo, gestado socialmente, influencia tanto na construção do *ethos* pré-discursivo quanto do *ethos* discursivo. Nesse sentido, a estereotipagem é um mecanismo que leva o co-enunciador a olhar a realidade tomando como base uma dada representação cultural preexistente, uma representação social cristalizada. Assim, ao pensar em um político, por exemplo, os co-enunciadores podem avaliar e atrelar características pré-estabelecidas socialmente e culturalmente através de crenças pré-concebidas a essa figura: ser um político pressupõe uma boa oratória, ser democrático, honesto, homem do povo, ou também pode ser corrupto, autoritário, demagogo, dentre outras.

Amossy (2008, p. 125) afirma:

A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado.

¹⁶ Os estereótipos remetem a noções cristalizadas e fixas de algo. Os estereótipos podem ser confirmados pelo que Maingueneau chamou de cena validada, a que está instalada na “memória discursiva” e é aceita como padrão.

Assim, a comunidade, avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica.

Ademais, Maingueneau (2008a) acrescenta que os estereótipos podem ser confirmados a partir da cena validada, a uma memória coletiva. Logo, o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo.

Ao ter contato com os discursos ou ao ler, os co-enunciadores constroem mentalmente uma imagem do enunciador, imagem essa que corresponde à representação da figura do fiador. Nesse sentido, Maingueneau (2008c, p. 72) acrescenta:

[...] o fiador, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos [...] o caráter e corporalidade do fiador, apóiam-se, então, sobre um conjunto de difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar.

Vale ressaltar que o *ethos* não faz referência apenas à construção de características que o enunciador confere a si próprio no discurso, mas, principalmente, à interação entre enunciador e co-enunciador, e da interação das diversas instâncias: o *ethos* dito, o mostrado, os estereótipos e a enunciação.

O *ethos* proposto por Maingueneau (2008a) não diz respeito somente à dimensão verbal, mas também pressupõe a mobilização de um conjunto de características físicas e psicológicas do enunciador. Essas características ligam-se ao enunciador e relacionam-se diretamente com uma gama de estereótipos socialmente construídos. Desse modo, atribui-se ao enunciador uma corporalidade, que corresponde aos traços físicos, e um caráter correspondente aos traços psicológicos.

A respeito dessa problemática, Maingueneau (2008a) discute uma série de problemas durante a elaboração do *ethos*. Segundo o linguista:

Se diz que o *ethos* é um efeito do discurso, supõe-se que podemos delimitar o que decorre do discurso; mas isso é muito mais evidente para um texto escrito do que para uma situação de interação oral. Há sempre elementos contingentes em um ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário. É, em última instância, mais uma decisão teórica do que de saber se se deve relacionar o *ethos* ao material propriamente verbal, atribuir o poder às palavras, ou se se devem integrar elementos como vestimenta do locutor, seus gestos, e, eventualmente, o conjunto do quadro de comunicação. O problema é mais delicado se considerarmos que o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, enquanto tal, articula verbal e não-verbal para provocar no destinatário efeitos que não decorrem apenas das palavras. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 61)

Além disso, de acordo com Maingueneau (2008a), a noção de *ethos* remete a questões muito diferentes, segundo seja considerada do ponto de vista do locutor ou destinatário: “O professor que quer dar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono, e aquele que quer dar a imagem de indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como doutrinador ou “demagogo”. Em matéria de *ethos*, os fracassos são moeda corrente”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 61)

Muitas vezes, o enunciador pretende criar uma determinada imagem de si, mas que poderá terminar com outra imagem que não corresponde àquela visada inicialmente. Então, Maingueneau (2008a) distingue o que seria um *ethos* efetivo e um *ethos* visado. O primeiro corresponde “ao que tal ou qual destinatário constrói, resulta da interação dessas diversas instâncias, cujo peso respectivo varia segundo os gêneros do discurso” (MAINGUENAEU, 2008a, p. 71). O segundo corresponde à imagem pretendida pelo enunciador, assim, o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido.

2.3 CHARAUDEAU: O *ETHOS* COMO ESTRATÉGIA DO DISCURSO POLÍTICO

Como foi dito anteriormente, o *ethos* foi uma noção retomada e redefinida por alguns pesquisadores da análise do discurso. Também inscrito nessa filiação, Charaudeau (2008), em sua obra *Discurso político*, discute a noção de *ethos* relacionada ao discurso político. Para ele, o *ethos* seria uma estratégia empregada no discurso político para persuasão.

Essa noção estaria ligada ao orador, enquanto o *pathos* é voltado para o auditório. Compreendendo o *ethos* como imagem de si, o autor procura refletir, se é possível “o *ethos* estar ligado à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciador)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115).

Os analistas do discurso são adeptos a uma concepção discursiva que inscrevam o *ethos* no ato de enunciação, posto que o *ethos* não corresponde ao indivíduo, mas está ligado ao seu discurso, conforme proposto por Maingueneau (2008a).

Charaudeau (2008, p. 116), por sua vez, faz a seguinte questão: “como aceitar que a imagem que o sujeito falante faz dele próprio não corresponderia ao que ele é como indivíduo?” Para ele identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*. Assim, ele considera que o *ethos* não é totalmente voluntário nem consciente, isto é, um destinatário pode constuir ou reconstruir um *ethos* do locutor, diferente daquele que ele planejou como o que acontece nos discursos políticos.

Nesse sentido, o *ethos* apresenta-se num paradoxo da filosofia contemporânea em que o sujeito não é *um* (Nietzsche), que ele é dividido (Lacan) como se fosse de fato *um todo*.

Para definir melhor sua concepção, ele retoma a definição de “tom” empregada por D. Maingueneau para qual propõe uma “concepção mais encarnada” do *ethos*, conhecido por “fiador” de um “caráter” e de uma “corporalidade” subjetiva. Dessa forma, Charaudeau (2008) acredita que tenha ligação com a representação social posto que “a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si” (CHARAUDEAU, 2008, p. 117). A partir disso, ele conclui então que o *ethos* apoia-se em um duplo imaginário corporal e moral ou que é um imaginário que aqui se “corporifica”. Assim, ele acredita que o *ethos* esteja relacionado à percepção das representações sociais, definindo-o como *ethos* coletivo¹⁷.

Para Charaudeau (2008), não é possível separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens. Assim, ele retoma a asserção de Maingueneau (2001) “as ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser”.

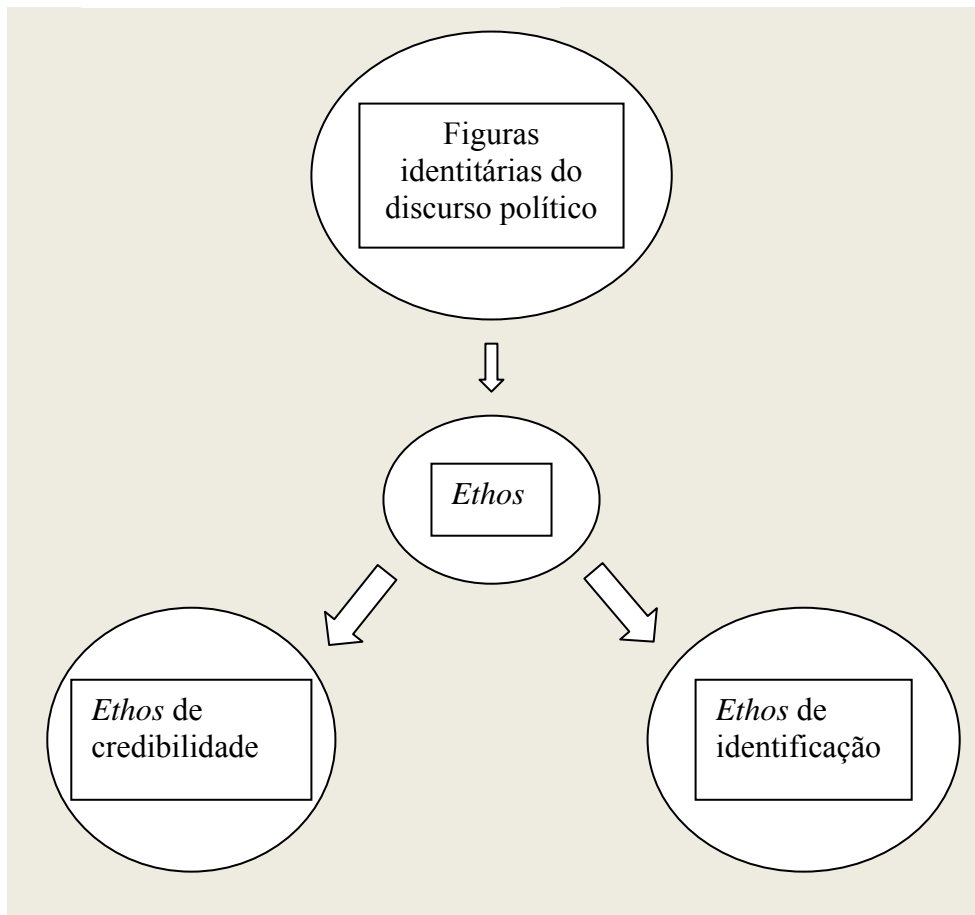
Sobre a separação das ideias e do *ethos*:

Às vezes os atores políticos, para explicar a derrota do seu líder, dizem: “Suas ideias são boas, mas o personagem não tem carisma suficiente”. Separar as ideias do *ethos* é sempre um alibi que impede de ver que, em política, aquelas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica. É preciso que este seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

Para isso, Charaudeau (2008) desenvolve figuras identitárias do discurso político que se reagrupam em duas grandes categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação:

¹⁷ Essa noção corresponde a uma visão global, mas à diferença do *ethos* singular, ele é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma oposição coletiva em relação a um outro grupo (CHARAUDEAU, 2008, p. 117).

Figura 2: Ethos e discurso político



Fonte: FREITAS (2012)

Ao reagrupar essas categorias, ele atribui aos primeiros como fundados em um discurso da razão: “Para ser crível é preciso [...]”; e aos segundos, em um discurso de afeto: “Aí está o chefe!” (CHARAUDEAU, 2008, p. 118). Para Charaudeau (2008, p. 120), a credibilidade no discurso político é fundamental:

Uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder. Entretanto, essa credibilidade é particularmente complexa, pois deve satisfazer ao mesmo tempo três condições que acabamos de evocar: a condição de sinceridade, [...] condição de performance, que – como acontece com todo discurso que anuncia decisões e é feito de processos – obriga a aplicar o que se promete; condição de eficácia, que obriga a provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos. Assim, para responder a essas condições, o político procura constuir para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente.

Para o autor, o *ethos* político “é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores

a essas maneiras de ser” (CHARAUDEAU, 2008, p. 137). Assim, no discurso, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. É assim como os *ethé* de credibilidade e também como os de identificação.

As figuras mais recorrentes que caracterizam o *ethos* de identificação são: o *ethos* de “potência”, o *ethos* de “caráter”, o *ethos* de “inteligência” e o *ethos* de “humanidade”.

2.4 O *ETHOS* E O DISCURSO POLÍTICO

“[...] o sujeito que fala não escapa à questão do *ethos*, *a fortiori* o sujeito político”.

(CHARAUDEAU, 2008, p. 86)

Partindo da asserção “O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros” (CHARAUDEAU, 2008, p. 87), pode-se perceber que, no âmbito político, existe um diálogo entre a instância cidadã e a instância política para que ocorra a construção do *ethos* do sujeito político. Essa situação acontece porque é da natureza do cidadão ambicionar melhorias para sua cidade, seu país, sua vida, bem como é da natureza do candidato ao cargo convencer o eleitor de que ele é a pessoa ideal para realizar tais melhorias.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 78), numa sociedade democrática, o povo vota em um político mais em razão de sua imagem, isto é, do *ethos*, e de algumas frases de efeito que o sujeito político profira do que em razão de seu programa de governo. Isso representa uma mudança significativa na constituição do discurso político na sociedade contemporânea. Nesse sentido, o *ethos* é superior ao *logos*. Entretanto, para Charaudeau, a adesão das massas depende de alguns fenômenos:

o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discurso simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças, imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional (CHARAUDEAU, 2008, p. 78).

No discurso político, há ocorrência do jogo de argumentos da razão e da paixão. Assim, para Charaudeau (2008, p. 19), “a arte da política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um ‘sentir com os outros’.” E ele acrescenta:

a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar responder à questão que supostamente se coloca o cidadão: “O que me leva a aderir a este ou àquele valor?” Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a

palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (CHARAUDEAU, 2008, p. 81).

Charaudeau (2008) acredita que a eficácia da construção da imagem de si no discurso político é bastante relativa. Para ele, o *ethos* não é facilmente apreendido no domínio político porque pode ter sucesso em certas circunstâncias, em certa época, com certo público, e não ter nenhum impacto em outras circunstâncias com outro público. Desta forma, a eficácia dessas imagens quase nunca é previsível.

Para Charaudeau (2008), o processo de construção de uma imagem pode ser feita no surgimento de grandes acontecimentos (guerras, crises econômicas, crises nacionais) quanto no curso de uma sedimentação progressiva de certos traços de personalidade que emergem e se repetem em vários pequenos acontecimentos. O primeiro caso refere-se à imagem de FHC, surgida em um grande momento de crise econômica e política do Brasil, pós *impeachment* de Collor e a criação do Plano Real. O segundo caso trata-se da imagem de Lula, que foi construída numa temporalidade longa, durante toda a sua liderança no PT, em suas candidaturas e que se ligam mais aos indivíduos: a imagem de homem do povo, de operário, carismático, popular etc.

Ainda para Charaudeau (2008, p. 87), a imagem do sujeito político supostamente corresponde às expectativas dos governados, isto é, do seu auditório. Essa relação seria estabelecida implicitamente. Vale destacar que, conforme Maingueneau (2008, p 63), “o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro”. A interrelação entre enunciador e co-enunciador ocorre quando:

Uma vez que o enunciador cria uma auto-imagem de si, que se relaciona à ativação de estereótipos gestados socialmente. A interação entre enunciadores e co-enunciadores ocorre, quando esses últimos filiam seu discurso a determinadas categorias sociais e reivindicam para si uma dada imagem, adaptando-se, por conseguinte, às expectativas dos co-enunciadores, para os quais dirigem seu discurso, e às características sociais pré-fixadas e preestabelecidas por estereótipos que circulam, socialmente, e que fazem parte do repertório cultural dos co-enunciadores (HEINE, 2011, p. 153).

Nessa perspectiva, no domínio político, a construção da imagem de si só tem razão se for voltada para o seu público, pois este funciona como um suporte de identificação. Por isso, o *ethos* político pretende mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que procura atingir o maior número de eleitores, buscando adesão destes.

Charaudeau (2006, p. 87) concebe o *ethos* político da seguinte forma:

O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de

uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros.

Para Maingueneau (2008c), nem sempre é possível que os co-enunciadores disponham de representações prévias do *ethos* do enunciador; no entanto, quando se trata de discurso político,

quando os enunciadores ocupam a cena midiática, são associados a um *ethos* que cada enunciação pode confirmar ou infirmar. Dessa forma, mesmo que o co-enunciador nada saiba sobre o caráter do enunciador previamente, o simples fato de que um texto pertença a um gênero discursivo ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*. (MAINGUENEAU, 2008c, p. 71)

2.5 O APOIO DAS MÍDIAS NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO

[...] a televisão é o lugar e o meio de uma modificação profunda da eloquência política.

(J.-J. COURTINE)

O casamento da política com as mídias está, hoje, consumado.

(G. ACHACHE)

Face às novas configurações sofridas no discurso político contemporâneo, as análises de discursos políticos não podem mais limitar-se à materialidades apenas em sua especificidade linguística, mas levar em consideração, além dessa dimensão, a influência das mídias, do aparato tecnológico, dos suportes materiais por meio dos quais os discursos circulam e produzem sentidos.

Sobre esta questão, Piovezani (2009, p. 15) faz a seguinte afirmação:

Como poderíamos, com efeito, limitarmo-nos somente às palavras, quando as imagens do corpo do homem público, a mise en scène de seus gestos e os signos de seu resto produzem, com o verbo e com a voz, os efeitos de verdade que permitem o governo das consciências?

Como se sabe, o *ethos* é construído na enunciação e pela enunciação; desta forma, todas as dimensões linguísticas, discursivas e midiáticas contribuirão para a compreensão da constituição do *ethos*. Nessa perspectiva, o dispositivo de comunicação mais utilizado recentemente, que engloba diversos níveis sociais e contextos, é a mídia. Esta permite uma cenografia vinculada à espetacularização que, conforme Piovezani Filho (2003) é um fenômeno pós-moderno capaz de preparar um *ethos* discursivo que utilizará os seguintes meios espetacularizantes: a política, a língua e a história (GREGOLIN, 2003, p. 13 apud PIOVEZANI FILHO, 2003).

De acordo com Ubiali (2008), em seus estudos sobre *ethos*, discurso político e mídia:

A politização da mídia ou midiaticização da política impõe determinações que permitem que o discurso transpareça com performances pré-atribuídas, e alterações sutis na eloquência política. Diferente das chamadas “línguas de madeira” que induziram a falta de credibilidade nos discursos políticos, a midiaticização política, atualmente, utiliza recursos como técnicas de comunicação, jogo de palavras, memórias discursivas, gestos corporais, para que o ethos discursivo mantenha a “aparência” que o sujeito pré-determinou. Trata-se da “teatralização do político”, assim chamado por Gregolin (2003, p.13) a toda linguagem não-verbal, a toda expressão corporal do sujeito discursivo. O veículo comunicacional midiático permite que o enunciador se pronuncie com uma “fala breve, política cambiável, fluida, imediata, que se prende ao instante antes de se inscrever na memória, privilegiando antes a astúcia verbal do que a estratégia verbal.” (GREGOLIN, 2003 apud UBIALI, 2008, p.275-276)

O papel das mídias audiovisuais nas eleições e nas posses políticas ganhou uma dimensão poderosa para a construção da imagem do sujeito político e para conquistar a adesão do público. No Brasil, assim como nos países onde é forte a influência dos meios de comunicação de massa no cotidiano da população, a mídia reproduz não apenas os principais fatos e acontecimentos nacionais. A sua penetração na realidade brasileira é tamanha que ela incorporou as funções de entidades públicas e representativas, como os partidos políticos e o próprio governo, e dita o que deve ser ou não absorvido pela sociedade (GUERREIRO, 2007).

De acordo com Charaudeau (2008, p. 85), “as mídias compreendem bem que o mundo político tem necessidade de dramaturgia, e que essa dramaturgia consiste, para uma grande parte, em uma guerra de imagens para conquistar imaginários sociais”.

Os principais acontecimentos políticos nacionais podem inclusive, como afirma Weber (2000), ser tipificados como "espetáculos midiáticos" com a intenção de facilitar a compreensão dos leitores e atraí-los para o seu conteúdo, como no caso das propagandas eleitorais. Pode-se dizer então, consoante Charaudeau (2008, p. 63), que “a instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo: de *exibição*, que corresponde à sua busca por credibilidade, e de *espetáculo*, que corresponde à sua busca por cooptação”. É, pois, nesse sentido que o discurso da instância midiática encontra-se entre um enfoque de cooptação e um enfoque de credibilidade.

Para Charaudeau (2008, p. 63), o dispositivo do contrato de comunicação política é, de certa forma, uma máquina de forjar discursos de legitimação que constroem imagens de lealdade, de protesto, de denúncia. Mas para o próprio Charaudeau (2008, p. 64), o peso dessas instâncias varia segundo o tipo de regime político:

O dispositivo do discurso político permanece o mesmo, mas o poder de influência que cada uma dessas instâncias pode ter sobre as outras varia conforme o regime for

totalitário, autocrático, democrático e de democracia representativa, participativa ou direta.

Assim, o sujeito político, dispondo dos dispositivos midiáticos, deverá construir seu *ethos* de modo a se mostrar crível e conquistar o maior número de indivíduos com os quais partilha certos valores. Por outro lado, Maingueneau (2008) revela que o *ethos* implica num controle tácito do corpo apreendido por meio de um comportamento global. Logo, o caráter e a corporalidade do fiador devem estar apoiados sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia.

Como nos pronunciamentos do sujeito-político FHC, sua imagem destacava-se nas mídias como de um homem discreto e intelectual, que possuía conhecimento dos problemas sociais brasileiros. As mídias revelavam um discurso bem articulado, evidenciava-se seu estilo discreto, posto que havia uma imagem que representava um político sério e engajado. No entanto, tal imagem não estava relacionada a um líder carismático, a um militante que buscava agregar as massas. FHC representava, pois, um “herói intelectualizado” para o mundo ver e dele o Brasil se orgulhar.

Quando se trata de Lula, sua eleição marcou a história da política brasileira, especialmente pela sua origem, pela sua história de vida. Nordestino, sem diploma de curso superior, sindicalista, operário, militante. A imagem, propagada pela mídia durante suas três primeiras candidaturas, era de um homem radical, analfabeto; o resultado, conseqüentemente, foi negativo. No entanto, essa imagem foi revisada, invertida, especialmente naquela que seria sua primeira vitória como Presidente da República. A mídia revelava um político do povo, carismático, diplomático, que usava uma linguagem simples, popular, marcada pelas metáforas etc. O *pathos* empregado no seu discurso marcava bastante a repercussão que seu discurso alcançava.

Assim, o enunciador, com o apoio das mídias audiovisuais, constroi uma cenografia que validará ou não seu *ethos*. Assim, “o tom”, “o caráter”, “a corporalidade” e o “*look*” contribuirão para a construção e validação do quadro enunciativo. Apoiados em alguns dispositivos, como o modo de mover-se, o meneio da cabeça, o olhar, o movimento das mãos, o enunciador busca qualificar seu dizer, legitimar seu discurso. Nesse sentido, um político mais popular utiliza uma linguagem mais coloquial, geralmente ele fala muito movendo seu corpo, movimentando os braços com frequência, olhando na tela, emocionando-se; outro mais sóbrio, intelectual, gesticula menos, sua fala é mais concisa, fala com mais seriedade, usa vocábulos mais polidos etc.

Observa-se, portanto, que, se tratando da construção do *ethos* no discurso político, a posição adquirida pelo co-enunciador na interpretação dos discursos é interativa, pois há o estabelecimento de influências mútuas entre a figura do enunciador e do co-enunciador. Isso se deve ao fato de ocorrer uma adequação da imagem do enunciador àquilo que o co-enunciador espera dele, bem como há no co-enunciador a tendência de envolvimento com a imagem do fiador, incorporando-a e tornando-se parte constituinte da instância enunciativa.

No caso específico das mídias, em que não há contato direto entre enunciador e co-enunciador, visto que a comunicação não se estabelece pessoalmente, Gregolin (2003, p. 30) chama essa relação de “proximidade longínqua”, conjuntos com a cenografia instalada na enunciação veiculada à mídia. Portanto, de acordo com Gregolin (2003, p. 29) ainda que “a racionalidade dos comportamentos languageiros e corporais do orador tradicional associam-se ao olhar afastado da massa que assiste à *performance*. A amplidão do tom e do discurso, a amplitude dos movimentos do corpo os torna audíveis e visíveis”.

Observa-se que as mídias contribuem na construção do *ethos* do enunciador. Nesse sentido, acredita-se que a mídia modifica a retórica política e mostra-se como uma instância detentora de um poder e saber público, no qual se pretende proporcionar aos telespectadores uma esfera de “ser/verdade *versus* parecer/mentira-segredo” (PIOVEZANI, 2003, p. 58) da política. Logo, a mídia se coloca numa posição de enunciador de verdade coletiva.

Ademais, Piovezani (2009, p. 291) reflete sobre a produção da verdade no discurso político na cena midiática:

É interessante notar como o verbo, o corpo e a voz concorrem para a afirmação da franqueza da enunciação e para a produção da verdade dos enunciados, apagando tanto as diferenças e distâncias entre a fala, que materializa o discurso, e o pensamento quanto as condições de produção que o constituíram.

Assim, é possível considerar que a principal característica do discurso político é a busca incessante pela credibilidade e pela legitimidade, embora se perceba que quando se trata desse tipo de discurso “a confiança e a descrença habitam a mesma morada”. Logo, o desafio que a produção do discurso político enfrenta é duplo: não é preciso somente “dar autenticidade a uma enunciação “fingida””, mas também é preciso construir “efeitos de sinceridade nos seus enunciados “enganosos”” (PIOVEZANI, 2009, p. 280).

Desse modo, a constituição do *ethos* político na cena midiática contribui para a construção de “verdades” através de mecanismos de controle do dizer que permitem a adesão dos telespectadores.

CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO

Todo governo atual [...] é em parte um governo da palavra e da imagem. (M. AUGÉ)

Neste capítulo, busca-se versar brevemente sobre a natureza do discurso político para melhor compreendê-lo. Por isso, será válido um percurso na história para perceber as perspectivas adotadas em relação no campo da política. Para iniciar-se uma reflexão sobre o discurso político, apresentam-se algumas reflexões relativas à etimologia da referida expressão.

De acordo com os estudos etimológicos, a origem da palavra política é grega, *politika*, o regime político, o direito dos cidadãos, ou de *politikè*, como mistura de *polis* + *technè*, a arte política. Essa palavra tem origem nos tempos em que os gregos estavam organizados em cidades-estado chamadas "polis", nome do qual se derivaram palavras como "*politiké*" (política em geral) e "*politikós*" (dos cidadãos, pertencente aos cidadãos). A palavra em latim "*politicus*" chegara às línguas europeias modernas através do francês "*politique*", que, em 1265, já era definida nesse idioma como "ciência do governo dos Estados".

Segundo Cremone (2008), é precisamente na *polis* grega (cidade) que se percebe uma forma mais acabada e apurada da vida social organizada, o que a diferencia notadamente, das sociedades anteriores. Ademais, Jaeger (2003) destaca que é da *polis* que deriva o que entendemos atualmente por "política" e "político", e mais, "foi com a *polis* grega que apareceu, pela primeira vez, o que nós denominamos Estado – conquanto o termo grego se possa traduzir tanto por Estado como por cidade. Sendo Estado e *polis* equivalentes" (p. 98).

Como se sabe, a Retórica surge na Grécia Antiga, e é em Atenas que se consolida como resposta ao desenvolvimento daquela sociedade no campo da política. Naquele período, denominado socrático, os sofistas foram considerados os grandes divulgadores da arte de falar em público. Eles influenciaram, portanto, os jovens gregos, ensinando-os a dominar bem a arte de falar e argumentar para que pudessem participar da vida política e social da Grécia, o que exigia domínio do falar público naquela sociedade. Desse modo, os gregos são considerados precursores da democracia e da política; logo, os conceitos que temos de história, política, arte, filosofia, na atualidade, têm sua origem na civilização grega.

Os gregos destacaram-se entre os povos antigos, por contribuírem de forma inquestionável para a riqueza e compreensão da política, dentre as diferentes vertentes do

saber. Os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, no campo da teoria, de Péricles e de Demóstenes na arte da oratória, contuíbuíram para a construção desse conhecimento. Assim, a política era retratada como uma ciência superior, determinante de qualquer organização social e com inquestionáveis reflexos sobre a vida dos indivíduos. Para Aristóteles, a política era a arte de governar a cidade-estado, isto é, a *pólis*. O significado do termo, porém, expandiu-se graças à influência de uma obra do filósofo Aristóteles (384-322 a.C.), intitulada Política. Nela, o filósofo desenvolveu o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado ou seja, o conjunto das instituições que controlam e administram um país – e sobre as várias formas de governo.

Assim, a Política, então, passou a designar a arte ou ciência do governo, isto é, a reflexão sobre essas questões, seja para descrevê-las com objetividade, seja para estabelecer as normas que devem orientá-la.

Durante séculos, o termo passou a ser usado para designar obras dedicadas ao estudo das atividades humanas que, de algum modo, refere-se ao Estado. Entretanto, nos dias de hoje, ele ganhou novas acepções diferentemente do significado original, que foi gradativamente substituído por outras expressões sintagmáticas como "ciência política", "filosofia política", "ciência do Estado", "teoria do Estado" etc. Assim, o termo "política" passou a designar mais as atividades, as práticas relacionadas ao exercício do poder de Estado.

No campo da filosofia, o termo empregado comumente era "fala", não discurso, porque esse termo referia-se aos fatos de linguagem presentes no campo político. Conforme Charaudeau (2008, p. 32), "esse termo não era usado no sentido que lhe dá Saussure (*parole*), como fato individual de linguagem, oposto à língua como fato social. Toda fala política é, evidentemente, um fato social".¹⁸ No entanto, ao falar de "discurso político", busca-se definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais no interior de determinado campo de práticas.

Por isso, para a Análise do Discurso, diferentemente das disciplinas do campo da Filosofia e das Ciências Políticas, ela procura definir um novo campo de análise da linguagem que não faz referência mais à língua, mas sim aos discursos que circulavam no mundo social e que testemunhavam, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado.

¹⁸ "Fala" foi empregado no sentido genérico, que é encontrado em numerosos textos de filósofos, de semióticos e mesmo de linguístas. No mais, emprego relativamente impreciso, que remete tanto aos efeitos pragmáticos do uso da linguagem, como compreendemos em "atos de fala", quanto a seus efeitos psicológicos e sociais (CHARAUDEAU, 2008, p. 32).

O discurso político é questionado por Charaudeau (2008) como um lugar em que se instaura um jogo de máscaras. Para ele, todo discurso político deve ser compreendido pelo que é dito e pelo que não o é, desconsiderando assim, uma análise pura e transparente, mas respeitando seu caráter estratégico, em que seu enunciador nem sempre é soberano.

Charaudeau (2008, p. 79) compreende a política no domínio da prática social em que se enfrentam relações de força simbólica para a conquista e gestão de poder.

Nos tempos modernos, o discurso político tem papel relevante na sociedade brasileira. Partindo desse aspecto, as estratégias retóricas dos políticos foram fundamentais para conquistar o auditório e, ao mesmo tempo, passar uma imagem positiva ao seu público. Em função disso, a imprensa escrita tem um papel importante no que se refere à repercussão do discurso e das palavras que os políticos utilizaram em suas manifestações.

Na sociedade contemporânea, o discurso torna-se cada vez mais importante nas várias manifestações de interação humana. O discurso político é dialético, pois, de algum modo, quem discursa está agindo sobre o outro de alguma forma através da linguagem. No que diz respeito à “palavra política”, Charaudeau (2006) a considera inscrita em uma prática social na qual tal palavra se evidencia em certo espaço público e mantém vínculo com as relações de poder que aí se instauram.

Para Charaudeau (2006, p. 21):

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito.

Nessa perspectiva, a palavra usada no discurso pelo político é fundamental nas relações de poder para que ele se mantenha como representante do seu auditório ou eleitor. Não há política sem discurso e é por meio dele que os atores políticos participam da cena de comunicação política. Nesse aspecto, a imprensa assume um papel fundamental no intercâmbio entre os personagens políticos e seu público (CHARAUDEAU, 2006, p. 39).

Charaudeau (2006b, p. 43) postula ainda que “o discurso político é ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro”. Para ele, o discurso político se constitui na combinação do uso da razão e da emoção:

O discurso político transitará entre a ordem da razão e da emoção, pois para persuadir o auditório não é suficiente apenas o uso da razão. A paixão despertada no discurso é de fundamental importância para a adesão dos espíritos. “O *logos* pertence ao domínio da razão e torna-se possível convencer e o *ethos* e o *pathos* pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar” (CHARAUDEAU, p. 113, 2006, *aspas do autor*).

Nessa perspectiva, nota-se a influência recíproca que as noções de *ethos*, *logos* e *pathos* exercem uma sobre a outra nesse processo de interação e de construção de sentido.

3.1 O DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO E A ANÁLISE DO DISCURSO

Partindo da épigrafe com a qual se iniciou este capítulo, retomando aqui “*Todo governo atual [...] é em parte um governo da palavra e da imagem.*” justamente por se fazer relevante para compreensão da configuração da política atual, a qual não restringe a materialidade dos discursos apenas à sua consistência verbal, mas considera além dessa dimensão, em que outros dispositivos também participam e contribuem significativamente na construção do sentido do discurso político contemporâneo.

Sobre isso, Piovezani reflete (2009):

[...] o discurso político não pode mais ser dissociado da produção e recepção de imagens [...]. A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal [...]. A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global (COURTINE, [1987] 2006 apud PIOVEZANI, 2009, p. 176-177).

Sabe-se que os estudos no campo da AD, por muitas décadas dedicaram a maioria das análises de *corpora* constituídos por textos impressos de abordagens políticas. Muitas análises eram feitas a partir do discurso comunista, mais precisamente em discursos proferidos em diferentes conjunturas da história da formação social francesa. Assim, os primeiros trabalhos da AD sobre os discursos políticos eram considerados bastante simplistas, feitos de modo a identificar os traços homogêneos dos discursos políticos de esquerda.

Assim, Piovezani sintetiza:

A Análise do discurso, desde suas origens, ao postular a intrínseca relação entre a língua e a história, manifestou sua predileção pela imagem verbal e, particularmente, pelo texto político escrito, considerado então como vetor ideológico fundamental (PIOVEZANI, 2009, p 178).

Ademais, conforme Sargentini (2008, p. 104), no início dos estudos da AD, o objeto de análise, pautado no discurso político, se definia mediante “um *corpus* considerado como

um conjunto determinado de textos sobre os quais se aplicava um método definitivo”. É nessa fase que a atenção dos analistas de discurso se voltara para grandes *corpora* no interior dos quais se analisavam séries de enunciados linguísticos via dispositivo automático capaz de evidenciar as marcas ideológicas (PÊCHEUX, 1969).

Essa inclinação justifica-se por ter surgido na forma de um trabalho político e científico especializado, que buscava tomar posição em um campo ideologicamente estruturado.

Coulomb-Gully (2010, p. 176), em seus trinta anos de estudo das linguagens do político desenvolvido (sobretudo no que se refere à figura da mulher política) entre os anos de 1980 e 2010, conclui:

Le discours politique, au sens restreint de discours porté par les professionnels de la politique (discours électoraux, discours gouvernementaux, discours des assemblées élues etc.), est un des objets de recherche privilégiés de l'École française d'analyse de discours. Sous-tendue par une volonté militante de démystification des discours de pouvoir, elle se situe dans la tradition althussérienne d'analyse des appareils idéologiques d'État, et porte une attention particulière au fonctionnement discursif des idéologies¹⁹.

Historicamente, a Análise do Discurso adotou o “materialismo histórico” e uma “teoria das ideologias” tal como ela foi definida por L. Althusser em *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Em seguida, destacou, ao final de um trabalho crítico do conceito de “formação discursiva” pensada por M. Pêcheux a partir de leituras de trabalhos de Michel Foucault. Assim, deu lugar a pesquisas que tinham por objetivo revelar os pressupostos ideológicos que estão sob a linguagem, isso, com a ajuda de métodos de análise diversos.

Inicialmente os discursos políticos foram explorados por um longo período como *corpora* das pesquisas dos analistas franceses, por serem considerados inicialmente homogêneos e estáveis, e também por serem vistos como uma tipologia particularmente fácil. No entanto, algumas mudanças e avanços teóricos e metodológicos na disciplina permitiram que essa forma de analisar os discursos mudasse paulatinamente. Assim, os analistas do discurso político, em momento contemporâneo, reconhecem a natureza complexa e heterogênea desse objeto de estudo, distanciando-se da maneira como se fazia AD em seu primeiro momento.

¹⁹ O discurso político, no sentido restrito do discurso produzido pelos profissionais da política (discurso eleitoral, discurso governamental, discurso das assembleias eleitas etc) é um dos objetos de pesquisa privilegiados da Escola francesa de análise do discurso. Subtendido por uma defesa de desmistificação dos discursos do poder, ela se situa na tradição althusseriana da análise dos aparelhos ideológicos do Estado, e dá uma atenção particular ao funcionamento discursivo das ideologias. (*Tradução nossa*)

Desse modo, à medida que os estudos do discurso foram conquistando novos domínios, o que exigia outras reflexões, a concepção de *corpus* de análise foi mudando, bem como mudaram os próprios procedimentos de análises juntamente com a metodologia.

Segundo Piovezani Filho (2007, p. 113), os últimos textos de Pêcheux tratam de mudanças do discurso político, reiterando que, esse campo discursivo estava, já naquele período, amplamente midiático. A “língua de madeira” (dura e hermética) havia se transformado em “língua de vento” (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial); e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias. Assim, com as modificações do objeto de análise impuseram-se as transformações teóricas: era chegado o tempo da heterogeneidade, da busca de novos caminhos, da emergência das noções de memória discursiva, do acontecimento discursivo etc.

Em seguida, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, com os estudos de Courtine sobre um *corpus* de discurso político escrito, conforme se fazia tradicionalmente no campo da AD, Pêcheux tenta deslocar seu enfoque teórico e alterar os procedimentos analíticos em direção às perspectivas históricas e antropológicas. Para Courtine (1989, p. 37), “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado”.

Para melhor compreender a concepção do discurso político contemporâneo, tomar-se-ão as reflexões feitas por Courtine (2009) e Piovezani (2009), analistas do discurso político, explorando o surgimento de novos valores e sensibilidades, discursividades, novas cenas enunciativas, novas dinâmicas e formulações semióticas, enfim, metamorfoses nos discursos políticos a partir das mudanças de circulação nas mídias.

Courtine (2009), no livro *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, faz uma articulação bastante pertinente entre língua e história. Em suas análises dos discursos comunistas, ele procura manter sempre a relação do discurso e sua espessura histórica evidente nos enunciados linguísticos, mostrado na própria sequência linguística a natureza heterogênea, fluida e contraditória dos discursos. Ele mostrou, através da noção de *enunciado dividido*, que enunciados aparentemente pertencentes a formações discursivas antagônicas (de um lado FD de comunistas, de outro de cristãos) traziam saberes de formações adversas.

Courtine discute o funcionamento heterogêneo da memória no discurso político, sem desarticular as dimensões constitutivas do discurso: a linguística e a histórica. Assim, ele propõe analisar e compreender este “espaço incerto em que a língua e a história se defrontam e se enfrentam mutuamente” (COURTINE, 2009, p. 19).

Na apresentação da obra de Courtine (2009), C. Piovezani e V. Sargentini examinam o conjunto da obra e afirmam:

Percebemos que o autor pode ser concebido ainda e sempre como um analista do discurso político, em sentido amplo e profundo: em que pesem as inflexões da trajetória de seu pensamento, Courtine contínua e incessantemente buscou compreender as relações de força e de sentido inscritas ora no discurso político, ora nas expressões do rosto moderno, ora ainda nas deformidades do corpo e no olhar que incide sobre elas (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2009, p. 19).

Ainda, segundo Courtine não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito, ou pronunciado numa tribuna, e quando se trata de considerar o discurso político transmitido pela televisão, no qual, em consonância e/ou em dissonância com a linguagem verbal, o corpo, as imagens e a tela participam da produção de sentidos.

Courtine (2009) reconhece em suas pesquisas que o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e interrupto. Segundo ele, a intenção não é mais explicar e convencer, como as formas da retórica de uma política clássica, mas seduzir e conquistar.

Para Piovezani, “o discurso político constitui-se em uma prática histórica e semiológica que se efetiva em diferentes esferas da instância pública” (PIOVEZANI, 2009, p. 148). Nesse sentido, o “discurso”, trata-se de uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos e que se confronta e /ou se coaduna com outros dizeres que ali circulam (PIOVEZANI, 2009, p. 152).

Com os avanços das pesquisas e análises discursivas, os discursos que se produzem no campo político apresentam diferentes modos e intensidades de controle do dizer, distintas formas de enunciação e legitimação institucional e diversos investimentos de poder. Dessa forma, o discurso político possui certas propriedades que o distinguem de outros discursos e que o caracterizam.

De acordo com Mesti (2010, p. 2), os meios de comunicação de massa modificaram a quantidade e a qualidade das informações, bombardeando homens e mulheres contemporâneos com número exorbitante de informação e de imagens. E há um agravante: grande parte das imagens é recebida pelos telespectadores como fragmentos indiscutíveis e imediatos do real. Sendo este um poder que a palavra não tem, as imagens se tornaram, com muita rapidez, uma maneira eficaz de persuasão, modificando o comportamento social e, com ele, a política.

Dessa maneira, torna-se claro que não é possível fazer a mesma análise do discurso político feita nas décadas de 1960 e 1970. Consoante Courtine (2006, p. 50), deve-se levar em consideração “[...] quando a comunicação política consiste num comício que reúne uma multidão em torno de um orador e quando essa comunicação toma forma de *shows* televisivos, aos quais cada um assiste em domicílio”.

A partir das constatações nas mudanças do atual discurso político, Courtine (2009) postula a necessidade de alargar o enfoque da AD. Assim, a formulação e a circulação da discursividade política contemporânea implicavam: i) rápida obsolescência de suas filiações históricas e o refluxo de princípios ideológicos; ii) o verbo não poderia ser mais dissociado do corpo, do rosto, dos gestos e das imagens; e, finalmente, iii) sua transmissão nas mais velozes mídias. A expressividade do rosto do político, em suas intervenções televisivas, é considerada uma estratégia recorrente e produz desde então um efeito de transparência democrática.

Os estudos do discurso político hodiernos têm demonstrado que o discurso público contemporâneo distancia-se da tradição, a qual foi a de examiná-la como se fosse apenas um objeto verbal; desta forma, não se levavam em conta outros elementos que o constituem. Nessa perspectiva, para compreender o discurso político atual, tornou-se necessário então tomar posse de novos saberes, de novas discursividades, de um novo olhar para o objeto analisado, já que este passa por algumas transformações.

Sabe-se que falar em público é uma prática histórica e, por essa razão, apresenta algumas continuidades (bem como descontinuidades) relativas e diversas da metamorfose ao longo da história. Nesse sentido, uma abordagem discursiva que se limite estritamente à linguagem verbal não será suficiente para interpretar a complexidade dos discursos políticos contemporâneos. Nota-se, ainda, que muitos trabalhos em AD sobre o atual discurso político contemporâneo não consideram as novas formas de análise, tampouco exploram sua dimensão histórica; restringem-se, muitas vezes, à análise argumentativa das sequências recortadas para o *corpus*.

Conforme mencionado anteriormente, muitos estudos do discurso se limitam a adotar um ponto de vista especificamente linguístico, de modo que alguns analistas reduziram suas investigações à análise da língua, às estruturas sintático-semânticas, ou dissolveram-nas na análise histórica sobre as ideologias. No entanto, a presente pesquisa propõe retomar algumas questões pertinentes ao trabalho analítico do discurso levando em conta as categorias fundantes da disciplina (língua, história, sujeito) sem perder de vista aquilo para o qual o próprio Michel Pechêux, no início da década de 1980, já apontava: a análise das

materialidades linguística e semiótica do discurso que lhe dão e, ao mesmo tempo, produz efeitos de sentidos enquanto acontecimento histórico.

Diante de tais reflexões, surgem alguns questionamentos que, por ora, nem sempre é fácil de respondê-los, mas que podem contribuir na reflexão sobre o *corpus* estudado: Quem fala? Qual é o sujeito do discurso? De que fala o discurso? Em que condições o discurso é produzido, compreendido e interpretado? Como a exterioridade da língua se reflete na organização linguística dos elementos do discurso?

Enfim, como visto, o discurso político foi e ainda é um campo bastante privilegiado pelos analistas, com o objetivo de produzir sentidos a respeito das realidades históricas e políticas, a AD ambiciona, ao mesmo tempo, “[...] compreender a sociedade e operar sua transformação” (COURTINE, 2006 apud MESTI, 2010, p. 2)

3.1.1 O advento do discurso político brasileiro

As análises do discurso político, feitas no Brasil, por muito estiveram ligadas ao discurso sobre a ditadura ou ao período da redemocratização da política no Brasil²⁰. Reservadas as especificidades daquelas pesquisas, que muito deram sua contribuição à história da AD no Brasil, este trabalho de mestrado, por seu turno, se propõe a estudar o discurso político atual, numa tentativa de contribuir de forma significativa nos estudos do discurso político contemporâneo, observando novas materialidades além de sua natureza constitutivamente linguística.

Para entender o cenário do discurso político no Brasil, faz-se necessário compreender as mudanças sofridas pelo discurso político contemporâneo e em que medida e de que modo a Análise do Discurso as tem considerado em seus estudos mais recentes.

Como foi dito, os discursos do período da ditadura eram analisados a partir de um *corpus* bastante explorado no Brasil, aquele formado por textos escritos. Essa predileção é bastante notória, embora suas análises se debrucem sob uma perspectiva mais histórica do que propriamente discursiva. De acordo com Piovezani (2009, p. 173), no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, “as análises se debruçaram frequentemente sobre os discursos dos períodos autoritários e relegaram a dimensão da circulação desses discursos a um segundo plano”. Para o linguista, o discurso político brasileiro passou por metamorfoses quanto aos interdiscursos

²⁰ É preciso mencionar, entre esses estudos, as pesquisas de V. Sargentini em *Discurso e História em diferentes materialidades do discurso político* (2009) e *Análise do discurso político: semiologia e história* (2011); Freda Indursky em *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997); M. Zoppi Fontana em *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política* (1997) e *Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua* (2009).

aos quais ele se filia, ao intradiscurso que o formula e aos suportes materiais por meio dos quais ele se manifesta e circula na sociedade contemporânea.

As mudanças sofridas pelo discurso político contemporâneo, podem ser condensadas no fenômeno da “espetacularização da política”, que envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, a despolitização e a dissolução de massas, o advento das novas tecnologias, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política. Dessa forma, as alterações no discurso político promovem e configuram transformações históricas e técnicas, de modo que nele se articulam novos valores e sensibilidades. (PIOVENZANI, 2008, p. 172)

O referido autor ainda destaca que a espetacularização da política não se reduz à política na tevê, mas foi por ela bastante potencializada, pois “consiste em um acontecimento recente de raízes históricas milenares, constituído, portanto, de relativas continuidades e de singulares irrupções”. Desse modo, “trata-se de uma faceta incontornável para a compreensão da política contemporânea de modo geral e de sua dimensão discursiva em particular” (PIOVEZANI, 2009. p. 155)

3.2 O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UM GÊNERO DISCURSIVO

Antes de se fazer a análise propriamente dita dos discursos de posse que compõe o *corpus* desta pesquisa, se faz relevante tecer uma breve abordagem sobre a concepção do gênero do discurso, para que posteriormente se possa compreender a composição, o conteúdo temático e a arquitetura discursiva do discurso político.

Embora sejam tomados aqui conceitos de gêneros textuais/discursivos, a partir dos estudos em Bakhtin (1953], 2000) e Maingueneau (2008a), vale ressaltar que suas filiações teóricas são distintas. Enquanto M. Bakhtin desenvolve sua abordagem acerca dos gêneros dos discursos filiado a uma perspectiva filosófica e sociológica da linguagem, pautada na interação e no dialogismo; D. Maingueneau, sob influência de uma formação francesa pós-estruturalista dos anos 1980, constroi uma nova concepção de gênero de discurso, uma vez que a própria noção de discurso para ambos figuram em campos distintos. Salvo a existência destas divergências teóricas e históricas, vale destacar que as leituras que se fazem hoje de ambos nos permitem perceber suas contribuições para análises de diferentes materialidades do discurso.

Acredita-se que a consagrada conceituação de Bakhtin ([1953], 2000) forneça subsídios suficientes para elaboração da questão em torno do gênero a ser discutido, o discurso de posse.

Na concepção de gênero por Bakhtin (2000, p. 279):

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam de integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas não só pelo seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal [...] mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (grifos do autor)

Desse modo, por mais variadas que sejam as esferas da atividade humana, estão sempre relacionadas com a utilização da língua, que por sua vez manifesta-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra dessas esferas.

Assim, conforme Bakhtin (2000) as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas são refletidas pelo enunciado, por meio de seu conteúdo (temático), por seu estilo verbal e por sua construção composicional. Estes três elementos fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação.

A este respeito Bakhtin (2000, p. 284) afirma:

Cada esfera conhece seus Gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.

Para o autor, qualquer enunciado considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados por ele de gêneros do discurso.

Bakhtin (2000, p. 312) conclui:

O gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado. No gênero, a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por

consequente, a certos pontos de contato típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta.

Com base nessa concepção do gênero discursivo bakhtiniana, Piovezani (2009) reflete sobre o discurso político:

Constatamos facilmente que o discurso político não consiste em um gênero, mas se formula em um conjunto relativamente amplo de gêneros, porém não em qualquer um. Ele se manifesta sob a forma de programas de governo, pronunciamentos, declarações, entrevistas, debates, panfletos, cartas abertas, *jingles*, documentários etc. (PIOVEZANI, 2009, p. 147)

Piovezani (2009) recorre aos gêneros nas tentativas de conceituação do discurso político, não apenas em função do conteúdo temático, mas principalmente pela sua propriedade em refletir sobre as “condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade humana”.

Assim, baseado nesse ponto de vista, “o gênero é um feixe no qual se articulam língua, conjuntura social e estrutura histórica, e um espaço onde se combinam ação e coerção no encontro entre uso e circunstância”. A partir dessas relações, “os gêneros estabelecem-se, consolidam as formas dos discursos e produzem efeitos” (PIOVEZANI, 2009, p. 147).

Dessa forma, para Bakhtin, o gênero é, portanto, um enunciado que apresenta certa unidade formal, conteudista e temática, características pertencentes aos gêneros em geral, inclusive ao discurso de posse, e que será verificado quando da análise do *corpus* deste trabalho.

O discurso político de posse é tratado aqui como um gênero argumentativo por apresentar uma estrutura relacionada à persuasão, ao convencimento do receptor, uma vez que, no discurso político, o poder de argumentatividade é preponderante e intenso.

Nessa perspectiva:

A estrutura do gênero discursivo de posse pode ser assim esquematizada: uma breve introdução, na qual os comentários sobre o pleito ocupam lugar de destaque; desdobramento(s), em que cada sujeito escolheria que caminho seguir e que assuntos abordar; e uma conclusão, que mesmo podendo assumir tons diferentes, no caso dos textos analisados, trazem o povo ao poder, para com o eleito e Deus, compor a tríade que governará o estado por, pelo menos, quatro anos. (BARROS, 2008, p. 208)

Assim, de acordo com o autor supracitado, a estrutura do gênero discurso político de posse tem características de um discurso escrito, planejado, mas que é oralizado. Sua estrutura é composta por uma arquitetura discursiva bem definida, na qual, percebe-se, inicialmente, a

saudação, seguida de um breve comentário sobre o pleito e suas adversidades, alguns comentários sobre o seu “ser” político, além de tecer retaliações aos opositores e enaltecimento das características e feitos próprios. Para concluir seu discurso, faz uma conclamação para que povo e governo lutem para construir um futuro melhor, sua profissão de fé e pedido de benção e força a Deus e à família e a despedida.

De um modo geral, pode-se assim definir um discurso político de posse como um momento de júbilo e, ao mesmo tempo, de desabafo. Por conseguinte, um grupo político, personificado em uma pessoa – a figura do presidente, ascende ao poder em detrimento de outro.

Como já foi visto anteriormente, o discurso de posse apresenta características específicas do seu gênero. Assim, o conteúdo e seu aspecto formal são concebidos em função do propósito comunicativo daquele gênero.

3.2.1 Os gêneros discursivos em Maingueneau

Maingueneau (1997, 2008, 2010) integra os gêneros à Análise do Discurso; para ele, a AD não pode deixar de refletir sobre o gênero quando aborda um *corpus*, pois nenhum enunciado é livre de coersão.

Com vistas a refletir sobre a complexidade dos gêneros, Charaudeau e Maingueneau destacam:

A complexidade da questão dos gêneros, incluindo as denominações, já que alguns falam de 'gêneros do discurso', outros de 'gêneros de textos', outros ainda de 'tipos de textos': Adam opõe 'gêneros' e 'tipos de textos' (1999); Bronckart opõe 'gêneros de texto e tipos de discurso' (1996); Maingueneau distingue, em relações de encaixamento, 'tipo de texto', 'hipertexto' e 'gênero de discurso' (1998); Charaudeau distingue 'gêneros e subgêneros situacionais' e, no interior desses, variantes de gêneros de discurso (2001). (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 251)

Segundo Maingueneau (1997, p. 35), a mudança de uma concepção do gênero como conjunto de características formais de procedimentos passou a uma concepção *institucional* a partir da Pragmática. Isso não representa um lugar secundário para a forma, mas é preciso articular o *como dizer*. Portanto, “os gêneros são associados a momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado”. Desse modo, “o gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação” (MAINGUENEAU, 1997, p.36).

De acordo com Maingueneau (2001, p. 56), “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso”. Para ele, os gêneros estariam ligados a um setor da

atividade social e estariam inseridos em diversos tipos de discursos. Por exemplo, há o tipo de discurso político, e, dentro desse, o gênero de discurso de posse, o gênero propaganda política, entre outras. Ademais, os gêneros discursivos possuem uma finalidade compartilhada que, possivelmente, é partilhada por membros de uma sociedade. O discurso político, por exemplo, tem a finalidade de apresentar ideias dos partidos políticos, persuadir um determinado grupo de pessoas etc. No caso específico do discurso de posse, este gênero tem a função de um discurso inaugural: apresentar propostas, projetos, tecer críticas e agradecimentos, entre outros no ato de sua posse.

Para Maingueneau (2001, p. 68-69), “[...] todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual.” E, ainda, segundo o referido pesquisador, um dado gênero discursivo tem relação direta com os papéis sócio-discursivos desempenhados pelos interlocutores. Assim, o papel está ligado ao lugar institucional, no qual o gênero se circunscreve.

Maingueneau (2006, p. 149) propõe uma divisão dos gêneros do discurso em dois grandes tipos: conversacionais e instituídos. Os gêneros conversacionais abrangem situações de conversação rotineira, sua organização textual é flexível e sua estrutura modifica-se constantemente a partir da interação entre os falantes. Os gêneros instituídos, por sua vez, não implicam em interação imediata e podem ser tanto orais quanto escritos.

Ademais, para Maingueneau (2008, p 64):

Nos gêneros “constituídos”, sejam eles monológicos ou dialogais, os parceiros ocupam papéis preestabelecidos que permanecem estáveis durante o evento comunicativo e seguem rotinas mais ou menos precisas no desenvolvimento da organização textual. Nos gêneros conversacionais, ao contrário, os lugares dos parceiros são seguidamente negociados, e o desenvolvimento do texto não obedece a restrições macroestruturais fortes.

Com base nisso, Maingueneau (2006) compreende que é mais produtivo considerar os gêneros instituídos em toda a sua diversidade e com esse espírito propõe a distinção de quatro tipos de genericidade instituída a partir da relação que se estabelece entre o que se chama de “cena genérica” e “cenografia”: i) Gêneros cuja cenografia é fixa ou *Gêneros instituídos tipo 1*; ii) Gêneros cuja cenografia é semi-flexível ou *Gêneros instituídos tipo 2*; iii) Gêneros cujas cenografias são completamente livres ou *Gêneros instituídos tipo 3*; iv) Gêneros não-saturados ou *Gêneros instituídos tipo 4*.

Assim, os gêneros instituídos tipo 1 não admitem variações ou admitem poucas. Os participantes obedecem estritamente às coerções desses gêneros: carta comercial, guia

telefônico, formulários burocráticos. É impossível falar de autor para esses gêneros; Os gêneros do tipo 2 são gêneros no âmbito dos quais os locutores produzem textos individualizados, porém sujeitos a normas formais que definem o conjunto de parâmetros do ato comunicacional (telejornal, guias de viagem) e seguem em geral uma cenografia preferencial, esperada, tolerando, entretanto, desvios; Os do tipo 3 são gêneros nos quais não há uma cenografia preferencial (propaganda, canções, programas de televisão). Saber que um dado texto é publicitário não permite prever através de qual cenografia ele vai ser enunciado. É da natureza desses gêneros incitar a inovação, que ocorre com a finalidade de capturar um público não cativo e não a função de contestar a cena genérica. E por fim, os do tipo 4, trata-se dos gêneros autorais propriamente ditos, aqueles com relação aos quais a própria noção de “gênero” é problemática. Os gêneros tipos 3 e 4 estão próximos em bom número de aspectos, visto que eles não se limitam a seguir um modelo esperado, mas desejam capturar o seu público mediante a instauração de uma cena de enunciação original que confira sentido à sua própria atividade verbal, harmonizada com o próprio conteúdo do discurso.

De acordo com essa classificação, os gêneros publicitários, televisuais e políticos estão ligados a certas atividades sociais com finalidades preestabelecidas. O autor constrói nele sua identidade por meio de sua enunciação. Assim, o discurso de posse, por sua vez, pode ser definido como gênero do tipo 2.

CAPÍTULO IV: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme já explicitado nos capítulos anteriores, com esta dissertação, busca-se compreender o processo de constituição dos *ethé* nos discursos políticos de posse dos ex-presidentes da República brasileira Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Pretende-se, pois, avaliar o confronto de duas formações discursivas: o discurso social-democrata e popular-corporativista, respectivamente, sob o prisma da Análise do Discurso de linha francesa.

A pesquisa tem como suporte teórico a concepção de *ethos* desenvolvida por Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2010), retomando o seu esquema para análise dos processos de constituição do *ethos* e da cena enunciativa. Apoiar-se-á também na noção de *ethos* classificada por Charaudeau (2008) como uma estratégia do discurso político. Considera ainda as reflexões teóricas de Courtine (2009) e Piovezani (2009), haja vista engajar-se à condição histórica, ressaltando as novas configurações do discurso político contemporâneo, a fim de compreender as mutações do discurso político numa longa e média duração.

Com os avanços dos estudos linguísticos discursivos, notou-se uma mudança na enunciação nos discursos políticos de modo que não é possível fazer a mesma análise do discurso quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito, ou pronunciado numa tribuna, e quando se trata de considerar o discurso político transmitido pela televisão, na qual, em consonância e/ou em dissonância com a linguagem verbal, o corpo, as imagens e a tela participam também da produção de sentidos. Portanto, os discursos proferidos atualmente apresentam uma grande pressão das mídias, o que permite, conseqüentemente, a mudança no quadro enunciativo e na forma de fazer a análise.

No caso do discurso político, o *ethos* resulta de uma alquimia complexa feita de traços do caráter, do tom, da corporalidade, da cenografia, de comportamentos, de questões histórico-ideológicas e do próprio discurso enunciado.

É possível refletir também a questão do *ethos* e sua intrínseca relação com a formação discursiva, de modo que o sujeito ao construir sua imagem no discurso está de algum modo se inscrevendo em uma dada formação discursiva.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por dois *discursos de posse* proferidos, em 1º de janeiro de 1995, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e, em 1º de janeiro de 2003, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidades de posse das eleições,

materializados em textos e complementados pela audiência de arquivos em vídeos extraídos do Youtube.

4.1 A CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Motivada pelas novas formas de análises discursivas nos discursos políticos, como já foram anteriormente mencionadas, o *corpus* desta pesquisa é constituído por dois discursos de posse, proferidos em 01 de janeiro de 1995, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; e em 01 de janeiro de 2003, pelo ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva, em solenidades de posse das eleições no Congresso Nacional.

O primeiro documento é composto de 10 páginas, o segundo contém 13 páginas, ambos foram publicados no *site* do Planalto, bem como nos sites dos institutos de FHC e Lula.²¹

A escolha desse *corpus* (recorte) de estudo, sob a rubrica do discurso político, deu-se pelo interesse no modo como se dá a construção da imagem do sujeito político, ou seja, de seu *ethos*, reconhecendo que esse processo de constituição no discurso político é bastante complexo e heterogêneo, uma vez que são muitas as categorias a serem analisadas para composição da cena enunciativa tal como definida por Maingueneau (2008).

O objetivo principal desta pesquisa é compreender o processo de formação do *ethos* nos sujeitos políticos através de seus pronunciamentos, dentro do gênero discursivo selecionado, o discurso de posse.

Destacam-se os principais objetivos desta pesquisa:

- a) analisar, a partir do esquema fornecido por Maingueneau (2008), o modo como se constitui o *ethos* nos discursos políticos de posse;
- b) analisar como se sustentam teoricamente as questões relacionadas ao *ethos* nos estudos atuais do discurso de linha francesa, a partir dos estudos apresentados por Maingueneau (1997, 2008, 2010) e Charaudeau (2008);
- c) compreender como se constrói o *ethos* nos discursos de posse de FHC e Lula;
- d) refletir sobre as novas perspectivas teóricas e metodológicas para a análise do discurso político contemporâneo;
- e) avaliar a partir do confronto de duas formações discursivas – sobre o discurso do preparo social-democrata e popular-corporativista – como se constituem os *ethé* nos

²¹ Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

discursos políticos de posse de FHC e Lula, em suas eleições, mediante os conceitos propostos no interior dos estudos da Análise do Discurso de Linha Francesa.

Em geral, a estrutura do gênero discurso político de posse possui uma composição bem definida, na qual se encontram, inicialmente, um breve comentário sobre o pleito e suas adversidades, alguns comentários sobre o próprio político, retaliações aos opositores e enaltecimento das características e feitos próprios, conclamação para que povo e governo lutem para construir um futuro melhor, profissão de fé e pedido de benção e força a Deus e à família e a despedida.

O gênero discurso de posse apresenta características específicas e carregam também uma lógica própria (MAINGUENEAU, 2008a). Assim, o conteúdo e seu aspecto formal são concebidos em função do propósito comunicativo daquele gênero. Ademais, os gêneros discursivos possuem uma finalidade compartilhada que, possivelmente, é partilhada por membros de uma sociedade. O discurso político, por exemplo, tem a finalidade de apresentar ideias de governo, seduzir seus eleitores e conquistar a adesão destes etc.

4.2 O TRATAMENTO DO *CORPUS*

Os discursos de posse possuem características e estruturas próprias e uma cenografia *sui generis*. Dessa forma, diante da natureza do material que seria pesquisado, foi necessário o emprego de algumas técnicas que visam a organizar os exemplos a serem estudados no capítulo de análise de dados.

As técnicas estão listadas a seguir:

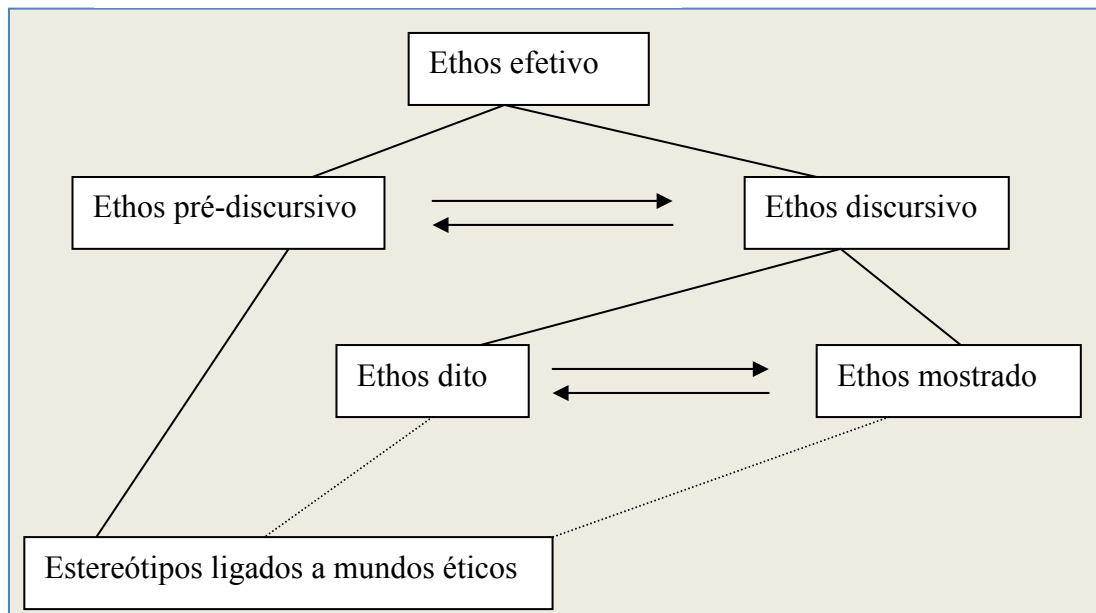
- a) Os discursos foram transformados em arquivos de textos em formato *PDF* e, depois, impressos para que se tornassem textos materializados. Esse procedimento possibilitou que a análise de dados fosse viável;
- b) As citações dos discursos de posse selecionadas foram transcritas no corpo do capítulo de análise de dados e transformadas em textos com a seguinte formatação: as fontes, nas quais os textos foram escritos, foram substituídas pela fonte *Times New Roman*, itálico, tamanho 10 e numeradas em sequências discursivas (SD) – 49 no total analisadas.
- c) Foram colocadas, no corpo do texto, as imagens do ato do discurso de posse e as logomarcas dos partidos aos quais os sujeitos políticos estão filiados, a saber PSDB e PT, extraídas de *sites* oficiais do Planalto, de *sites* dos institutos dos respectivos ex-

presidentes FHC e Lula, e de *sites* dos partidos políticos já mencionados, consideradas relevantes para a realização desta pesquisa.

4.3 AS TÉCNICAS DE ANÁLISE

Para que se pudesse compreender como se deu a constituição do *ethos* nos discursos políticos de posse, utilizou-se, como base o esquema de *ethos*, proposto por Maingueneau (2008) conforme fluxograma, a seguir (Figura 3).

Figura 3: O ethos em Maingueneau (2008)

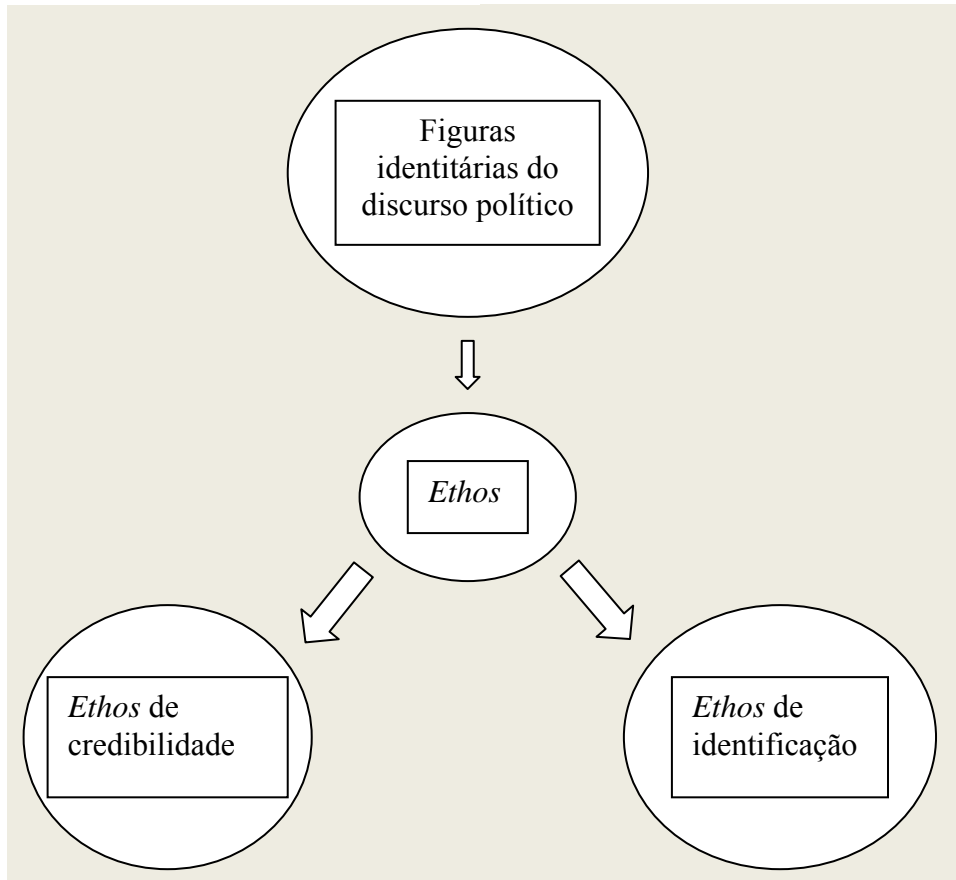


Fonte: Maingueneau (2008)

Dessa forma, analisou-se o modo como o estereótipo guia o auditório no estabelecimento da imagem do enunciador, a forma como se constituem o *ethos* dito e o *ethos* mostrado, e se o *ethos* pode ou não ser confirmado no nível discursivo.

Além disso, também foi utilizado o esquema desenvolvido a partir da reflexão de Charaudeau (2008) sobre a constituição dos *ethé* no discurso político:

Figura 4: *Ethos* e discurso político



Fonte: Freitas (2012)

Observou-se também a cenografia dos discursos de posse quando foram proferidos através de imagens de vídeos e fotografias também.

Foi necessário para a compreensão dos discursos de posse o estudo do panorama sócio-histórico em que estes discursos estão inseridos. Sendo assim, para que os objetivos desta pesquisa fossem atingidos, foram considerados alguns procedimentos analíticos tais como:

- a) a identificação das formações discursivas FD dos partidos em que os sujeitos políticos estão filiados;
- b) a identificação do tom utilizado pelos sujeitos políticos no discurso de posse, o que será revelado através da escolha de determinados itens lexicais ou enunciados em lugar de outros;
- c) a identificação dos estereótipos que guiam a formação da imagem do enunciador pelos co-enunciadores;

- d) a identificação da imagem do fiador que surgirá no âmbito discursivo e permitirá ou não a identificação com o auditório particular.

CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS DISCURSOS: A CONSTITUIÇÃO DOS *ETHÉ* NOS DISCURSOS DE POSSE DE FHC E LULA

Este capítulo é destinado à análise dos discursos de posse dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e Luíz Inácio Lula da Silva, em 2003, para compreensão da constituição do *ethos*. Para tanto, será importante fazer uma breve abordagem das características do discurso de posse, considerando-o como um gênero discursivo.

5.1 DO JÚBILO AO DESABAFO: BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS DISCURSOS DE POSSE

O discurso de posse pode ser considerado um gênero discursivo, já que ele funciona como mediador do processo de comunicação e está presente na esfera da atividade humana. Dessa forma, observa-se que o gênero discurso de posse apresenta configurações específicas, mas que também compartilha características comuns do domínio discursivo²², o discurso político.

Como se sabe, o discurso de posse marca o primeiro discurso oficial do presidente eleito no ato da sua posse; além disso, esse discurso torna-se mais que um evento oficial, é, sobretudo, um espetáculo midiático. Assim, o político toma a palavra e discursa para seu eleitorado. Ele não fala somente ao seu público ou a seu país, mas, com apoio das mídias, seu discurso repercute no mundo inteiro.

O discurso de posse é um gênero por meio do qual o presidente eleito usa para apresentar suas propostas para os quatro anos de mandato, para criticar e/ou elogiar os governos anteriores, para agradecer a seus eleitores, para fazer promessas, para falar de si e de seu modo de governar, para persuadir, para conquistar, para proferir sua fé, entre outros.

²² Cabe, neste ponto, fazer uma observação: o termo domínio discursivo é utilizado por Marcuschi (2008) como práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder (discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.) e é equivalente a tipo, termo empregado por Maingueneau (2001). Assim, de acordo com Maingueneau, o tipo é uma espécie de guarda-chuva que abriga diferentes gêneros de uma mesma temática. Exemplo: discurso de palanque, discurso eleitoral televisivo, discurso de posse, todos compartilham de uma mesma temática e pertencem ao tipo, discurso político. Em Maingueneau, portanto, o tipo de discurso estaria relacionado com os setores de atividade de uma sociedade, tais como: saúde, ensino, pesquisa etc.

Embora esta informação não seja divulgada, muitos políticos não escrevem seus próprios discursos. A maioria é escrita por uma assessoria que produz seu discurso condizente com o perfil do partido em que ele está filiado²³.

Maingueneau (2010, p. 34) afirma que, como uma marca comercial, “o político não é o produtor efetivo do texto, aquele que efetua as operações mentais e físicas que o fazem existir. Entretanto, esse texto é considerado como expressão de sua convicção, de sua linha política”.

Ao tomar a palavra, o sujeito político dirige-se ao seu público e, constituído de um *ethos*, ele constroi sua imagem na e pela enunciação, apoiando-se em *ethé* de credibilidade, de identificação, de homem do povo, de homem ético, entre outros. Mas a construção de um *ethos* não pode ser considerada um ato consciente, posto que o sujeito é guiado por formações discursivas das quais ele está filiado, o que permite afirmar que, embora o político se pronuncie adotando determinados saberes frente a seu público, ele o faz a partir de uma dada formação discursiva que, de certo modo, condiciona sua fala. Daí a razão de esta fala não ser livre, alheia, dita de qualquer modo, mas inscrita conforme a posição de sujeito em que ele (homem político) se figura.

Assim, o *ethos* tomado como uma categoria discursiva não pode ser concebido como uma imagem efetiva do sujeito político, correspondente à sua identidade, mas como uma imagem que ele constroi de si a partir do discurso, isto é, uma imagem que é gerada na enunciação.

Partindo desse princípio, serão analisados os dois discursos de posse, iniciando-se por um breve panorama sócio-histórico, e em seguida a análise do *corpus*, com o objetivo de compreender o modo como esses *ethé* são constituídos nos discursos de posse, a fim de se estabelecer as relações entre os argumentos constitutivos nos discursos, as estratégias discursivas, os recursos linguísticos e formulações semióticas utilizadas (a voz, o corpo, a cenografia), e as implicações sócio-históricas e ideológicas que perpassaram as produções discursivas em questão.

²³ De acordo com Maingueneau (2010, p. 85), no caso dos discursos publicitários ou políticos, em particular, são redigidos por profissionais para os quais a gestão eficaz do *ethos* constitui uma rotina: todos os planos de uma boa publicidade supostamente dependem de um “conceito” diretamente ligado a uma imagem coerente com a marca. No discurso político, por sua vez, a construção da imagem do político deve estar atrelada a sua filiação partidária.

5.2 O DISCURSO DE POSSE DE FHC – ELEIÇÃO DE 1995: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO.

Como foi abordado em capítulos anteriores, a análise de discurso propõe uma investigação que vai além da análise puramente linguística. Assim, busca-se tratar as análises a partir de um ponto articulatório entre as instâncias ideológicas e a materialidade linguística. Para tanto, é necessário compreender o discurso inscrito historicamente, considerando também suas condições de produção para que ele possa significar. Além disso, procura-se analisar os discursos selecionados, levando em consideração aquilo que o enunciador afirma, o lugar social em que ele está instituído socialmente, para quem ele diz, em relação a outros discursos (ORLANDI, 2007, p. 71).

A partir dessas reflexões, verifica-se que, nos estudos da AD, os conceitos de discurso e história são indissociáveis. Assim, torna-se *mister* compreender o panorama sócio-histórico em que os discursos de posse foram proferidos.

O panorama que antecede o governo de FHC é marcado por uma série de acontecimentos sociais, históricos, políticos e econômicos. O contexto em que se insere o primeiro pronunciamento oficial é relativo à redemocratização brasileira, à globalização, ao neoliberalismo, ao desequilíbrio econômico afetado pela inflação do governo Collor etc. Todos esses fatos iriam afetar, de certo modo, o modo de governar de FHC.

O governo FHC sucede o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1994) filiado ao Partido de Reconstrução Nacional (PRN), marcado pela implementação do Plano Collor, abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano. Junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (*impeachment*). O processo, antes de aprovado, fez com que o Presidente renunciasse ao cargo em 2 de outubro de 1992, deixando-o para seu vice Itamar Franco.

O Vice-presidente Itamar divergia em diversos aspectos da política econômico-financeira adotada por Collor, vindo a retirar-se do Partido de Reconstrução Nacional (PRN) e voltando ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1992. Seguindo o *impeachment* do presidente, ele assumiu interinamente o papel de chefe de Estado e chefe de governo e o papel de Presidente da República em 29 de dezembro de 1992.

Em seu governo, foi realizado um plebiscito sobre a forma e sistema de governo, permanecendo a República Presidencialista no Brasil, embora o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tenha defendido o parlamentarismo. Durante sua incumbência, foi idealizado o Plano Real, elaborado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Assim, seu governo foi sucedido por FHC, nas eleições de 1994. A estabilidade econômica e o controle da inflação alcançados pelo Plano Real abriram caminho para a candidatura de FHC à Presidência, efetivada pela aliança partidária, formada majoritariamente pelo PSDB e pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Essas filiações partidárias eram questionadas pela viabilidade de um governo apoiado pelos setores mais conservadores. No entanto, essa aliança também contava com os benefícios políticos resultantes do Plano Real e da moeda criada em junho de 1994. Dessa forma, o Plano Real valorizava a moeda brasileira em relação ao dólar, aumentava também o poder de compra da população brasileira, e a economia se desvencilhava da inflação.

As mídias destacavam o panorama das eleições presidenciais de 1994. De acordo com a revista Veja (24 de agosto de 1994):

A virada foi rápida como um raio, fulminante como uma mudança de moeda. De repente, o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, passou a dominar o panorama da eleição presidencial. Sua vantagem em relação ao candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, é de 10 pontos percentuais, nas medições dos diversos institutos. Ele lidera em todas as classes e em quase todas as regiões - a exceção é o Nordeste, onde, na semana passada, prevalecia um empate técnico. FHC é um sucesso tão grande quanto o real. Mas, ainda que pareça descabido, pergunta-se: em nome de que, mesmo, ele está concorrendo? Que causas, que posições? A poucas semanas da eleição, seu programa de governo não foi divulgado ainda. E não houve horário eleitoral de TV que lhe esmiuçasse o pensamento como se deve fazer com um pretendente tão forte ao primeiro cargo do país.

A revista Veja promove uma entrevista com o candidato FHC às eleições em 24 de Agosto de 1994:

VEJA - Dá para ganhar no primeiro turno?

FERNANDO HENRIQUE - O jogo ainda está começando e é melhor botar as barbas de molho, mas para mim seria muito bom ganhar logo em outubro. Eu teria mais tempo na preparação para o governo. Não me preparei para ser presidente da República. Tomei a decisão de me candidatar pouco antes de deixar o Ministério da Fazenda.

VEJA - Corno se sente na posição de candidato sustentado pelo Real?

FERNANDO HENRIQUE - Obviamente, o Real tem sido um elemento importante. Mas a expectativa favorável a minha candidatura vem de antes do Real. Havia uma base de confiança, que eu conquistei como ministro da Fazenda. Nós estamos numa sociedade de massa. Nela, uma candidatura funciona quando o candidato e sintoniza com o sentimento da sociedade naquele momento. Eleição a gente ganha quando há eletricidade no ar.

VEJA - O senhor atribui ao Real quanto por cento dessa eletricidade que está aí nas pesquisas?

FERNANDO HENRIQUE - Pelo menos a metade é consequência de a sociedade ter visto que o Real não era blefe. No fundo é isso. Pesquisas anteriores mostravam que havia uma disposição das pessoas para mudar o voto em caso de queda da inflação. Muita gente imaginou naquela época que houvesse uma cristalização de voto. Não havia. O número de votos espontâneos era muito baixo ainda. Mas todo mundo raciocinava como se o Lula já tivesse conseguido um patamar de votação muito elevado.

VEJA - Há a possibilidade de Lula deixar de ser seu principal adversário?

FERNANDO HENRIQUE - É difícil, porque o patamar em que estão os outros candidatos não lhes dá expectativa de êxito. Mesmo que haja um desempenho bom na televisão, é muito improvável que algum deles possa subir tanto. Temos poucas semanas de campanha na televisão. Eu não creio que haja tempo para algum outro candidato deslocar o Lula do segundo lugar.

VEJA - Lula está tendo um bom desempenho na televisão?

FERNANDO HENRIQUE - O programa do PT me decepcionou. No começo, foi muito confuso no aspecto gráfico, tão embrulhado que não dava para entender bem do que se tratava. Acho que o Lula não está à vontade. Num dado momento, devem tê-lo obrigado a ter uma posição de presidente. Põe paletó, põe gravata e fala devagar. Agora não é mais posição de presidente. É de alguém que está com ira. Esse ziguezague não me parece convincente. Acho que é um grave erro fazer tantos ataques. Não é isso que a população espera. A população quer verificar se a pessoa tem proposta, se é confiável. Também acho engraçado como as pessoas não tomam consciência do que seja uma sociedade de massa, do que é comunicação em sociedade de massa. Ficam falando de aliança com esse ou aquele, e isso é grego para a maioria dos eleitores. Aliança não é o que está pesando. Além do mais, as pessoas têm biografia. Tentaram me comparar com o Collor. É ridículo. Não tem como pegar. Outra coisa muito equivocada é a crítica ao Real. O Real não tirou o salário de ninguém, aumentou o poder de compra, distendeu a sociedade - talvez mais isso do que qualquer outra coisa. Ir contra isso é um engano.

[...]

VEJA - Qual seria a diferença entre o governo Itamar Franco e um eventual governo Fernando Henrique?

FERNANDO HENRIQUE - Não vamos assumir antes da hora. Mas eu acho que, primeiro, vamos ter uma eleição direta, enquanto o Itamar não foi eleito como presidente, sim como vice. Em segundo lugar, eu pertenco a um partido que tem uma coerência, uma consistência. Em terceiro lugar, a coligação está formada antes mesmo de virar governo. Em caso de vitória, já terá tido tempo para acomodar uma porção de coisas. Itamar teve de assumir um governo de repente, teve de fazer uma composição com todas as forças do Congresso, e como foi possível. Em quarto lugar, eu vou ser beneficiário, se eu for presidente, do governo Itamar, que já colocou a casa em ordem. Posso dar continuidade porque eu fui parte integrante do governo. Eu sei dos programas, não preciso parar, posso avançar. E tem uma outra coisa que eu vejo mais importante do que tudo isso.

VEJA - O que é?

FERNANDO HENRIQUE - E que o Brasil está num outro momento hoje. Quando Itamar assumiu, era um momento positivo do ponto de vista institucional, por causa do impeachment, mas era um momento de desalento. Agora não é um momento de desalento. Qualquer que venha a ser o presidente, não vai assumir num momento de desalento, vai assumir num momento de esperança. E um Brasil com a economia mais em ordem, você tem um mundo melhor, um mundo sem a ameaça de guerra. Você tem um mundo que retomou o crescimento. Eu acho que vai ser um governo que vai poder avançar mais. Vai ter um outro desafio, o social. Saúde, educação, essas vão ser as questões importantes. As transformações têm de ser operadas nessa área. Quando eu uso como metáfora as metas do Juscelino, é porque não é sempre que você pode fazer as coisas na História. Há momentos, há brechas. Eu acho que nós temos uma boa brecha no Brasil hoje. Para retomar, digamos, para usar uma expressão que já foi um pouco batida, um projeto do país. Qual é o projeto do

Brasil hoje? Só tem um, forte: é ser mais humanitário. Todo mundo fala da dívida social, só que agora tem como pagar, eu acho que a população sente isso [...].

As mídias, sejam elas em meio impresso, televisivo ou virtual, ganharam amplamente espaço na sociedade e são ferramentas comunicativas capazes de contribuir ou não para credibilidade e identificação, de construir e/ou desconstruir a imagem dos sujeitos. Portanto, corroboram para a aceitabilidade ou não de determinado sujeito político. Todos esses fatores motivaram o crescimento da visibilidade de FHC nas eleições de 1994, contribuíram para sua vitória nessas eleições para presidente com 55% dos votos no primeiro turno à frente do seu adversário petista, Lula.

Seu primeiro mandato (1995-1998) foi marcado pela consolidação do Plano Real, a introdução de programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, além de reformas econômicas.

FHC iniciou seu governo contando com uma ampla base de apoio no Congresso Nacional para realizar as reformas. Assim, além dos partidos que o apoiaram nas eleições, compunham a base governista o PMDB, o PP, o PPR e o PL. Com essa sustentação, seu governo buscou promover a modernização do Estado, com reformas econômicas e privatizações, e manter o controle da inflação.

Para alguns cientistas políticos, as ações do governo FHC, em alguns setores, foram implementadas de acordo com a crise e com a lógica política descrita, ou seja, com a ideologia neoliberal.

De acordo com a análise do cientista político BELIEIRO JR. (2001, p. 80):

A Era FHC deverá seguramente entrar para a História do Brasil como uma época de grandes mudanças. Trata-se de um conjunto de transformações operadas a partir de seu governo que atingiram diretamente a sociedade, a economia e o Estado. Portanto, justifica-se a ideia de que essas propostas de mudança se referem a toda uma estrutura da sociedade e FHC de fato pretendeu realizar essas mudanças. A diferença fundamental é que pela primeira vez um governo encampou vários projetos de mudança a partir de um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo. Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideal liberal.

Nesse sentido, para o autor, o governo FHC assume um caráter inédito quando se observa a experiência histórica brasileira, que construiu uma trajetória de modernização social e econômica praticamente à margem das receitas liberais.

Contrário a essa leitura de BELIEIRO JR (2001) o sociólogo Antunes (2005, p. 46) afirma que o Brasil, na Era FHC, representa:

Um país socialmente devastado. Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados [...]. O Governo FHC tem sido exemplar em exercitar a manutenção de uma política econômica destrutiva, em conformidade com o que interessa aos capitais globais [...] FHC foi servil para os *de fora* e truculento para os *de baixo* aqui *de dentro*, para lembrar expressão de Florestan Fernandes.

Desse modo, a partir das citações, é possível notar que a imagem construída pelo sujeito político poderá ser validada ou não. Quando esse sujeito constrói sua imagem, apoia-se num conjunto difuso de estereótipos que serão avaliados positiva ou negativamente.

Formação discursiva do PSDB – filiação partidária de FHC

Figura 5: Logomarca do Partido da Social Democracia Brasileira



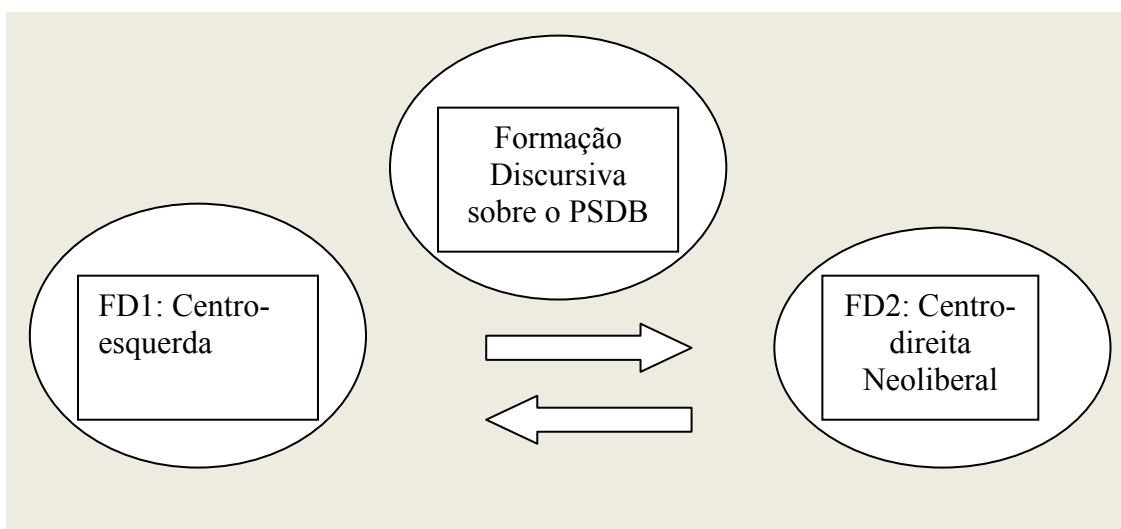
Fonte: Site²⁴ Oficial PSDB

O símbolo do partido é o tucano. A imagem representativa de uma ave brasileira, indica além de uma preocupação com a ecologia, mas como um partido que procura formar um programa social-democrático que atenda a realidade brasileira. Assim, os filiados do PSDB são conhecidos popularmente como “tucanos”.

Como se sabe, o governo de FHC esteve amparado por uma aliança com partidos de centro e de direita, embora tenha se assumido como centro-esquerda. Muitos fragmentos encontrados no discurso revelam uma mescla entre as formações discursivas. Algumas vezes, o enunciador revela-se centro-esquerda, outras revela-se liberal, uma postura de direita, carregando características de uma e de outra.

²⁴ Disponível em: < <https://www2.psdb.org.br> >. Acesso em: 23 jan. 2012.

Figura 6: FD do PSDB



Fonte: FREITAS (2012)

O esquema mostra tipos de formações discursivas distintas que foram identificadas no decorrer das análises. Assim, nota-se um embate ideológico: de um lado uma FD centro-esquerda, de outro, uma FD centro-direita. Assim, a convivência entre essas duas FD não é harmônica, mas representa o conflito entre duas posições ideológicas diversas.

De acordo com *site* do PSDB, o partido se caracteriza como um partido político nascido da oposição que estiveram na linha de frente na luta contra a ditadura em defesa da democracia, definindo-se como de centro-esquerda. De fato, muitos analistas classificam o partido como sendo de centro-esquerda. Porém, alguns críticos e intelectuais de esquerda, por considerarem que o partido, em relação a determinados pontos, adota posturas liberais, citam-no como sendo centrista ou, até mesmo, de centro-direita. A terceira via de Anthony Giddens é também uma das ideologias assumidas pelo partido.

O PSDB originou-se com o objetivo de representar a social democracia no Brasil. Entre as principais propostas originais do partido, encontram-se o enxugamento da máquina, a instituição do parlamentarismo no plano político e uma economia de mercado regulada pelo Estado com participação mais livre das empresas privadas e de investidores internacionais.

De acordo com pesquisas no campo da política, a distinção entre ser de esquerda ou de direita está mais difícil de ser definido claramente em consequência das alterações políticas significativas no cenário mundial como, por exemplo, a queda do Muro de Berlim. No Brasil, a dificuldade de distinguir a posição do partido no espectro ideológico ficou maior no passado recente do país. As controvérsias em torno do uso dos termos esquerda e direita aumentaram, especialmente após um dos então principais partidos de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), ter passado a adotar algumas políticas mais neoliberais. Dentro desse contexto, em 2003, entrevistado pelo jornal do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, presidente de honra do partido, afirmou que, independentemente da posição assumida pelo PT, a posição do PSDB deveria permanecer a mesma. FHC afirmou que, do ponto de vista ideológico, o partido não poderia ceder, permanecendo onde estava e continuando com a sua linha de centro-esquerda ou centro tendendo para a esquerda.

5.3 O *ETHOS* NO DISCURSO DE POSSE DE FHC

Nesta seção, será feita a análise do *ethos* do discurso de posse de FHC. Para tanto, serão tomadas como critérios de análise o esquema proposto por Maingueneau (2008), as reflexões teóricas propostas por Charaudeau (2008) e as categorias analíticas da ADF.

Consoante Maingueneau (2002 apud CHARAUDEAU, 2008, p. 118), “as ideias são construídas por maneiras de dizer, que passam por maneiras de ser [...]” assim como as maneiras de ser também podem determinar as maneiras de dizer. Nessa perspectiva, é impossível conceber o *ethos* e as ideias como dissociáveis, posto que um valida o outro.

Figura 7: Foto de FHC em posse



Fonte: Wikipedia²⁵

No caso da política, as ideias tomam dimensão de valor quando atreladas ao sujeito político que as defende, que as torna críveis e, ainda assim, é necessário que esse sujeito seja capaz de sustentar sua credibilidade e dar identificação à sua pessoa (MESTI, 2010, p. 3). De acordo com Gomes (1994), com seu modo de dizer sempre discreto, polido, FHC marcou seu estilo de ser político e fazer política: pela serenidade, equilíbrio, gestos calmos, conhecimentos dos problemas sociais (nacionais e internacionais), garantida pela formação de sociólogo.

A formação política de FHC deu-se como senador, em 1983, no lugar de Franco Montoro (PMDB) e em 1986, ele participou da fundação do PSDB, assumiu os ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda durante o governo Itamar Franco. Sua formação acadêmica como cientista social contribuiu para muitas de suas ações na política.

À primeira vista, no seu primeiro discurso de posse de presidente, percebe-se o emprego e a articulação de uma linguagem cuidadosa, polida, que leva os co-enunciadores a construir um *ethos* de um político culto, intelectual, sério, ético, isto é, um *ethos* de credibilidade.

No início do seu discurso, FHC procura manter e reforçar sua identidade de cidadão brasileiro e, ao mesmo tempo, manter uma proximidade com seu público:

Permitam-me que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros. (SD 3)

O discurso de posse de FHC é caracterizado por um discurso bastante polido, sério, conciso, informativo. Embasado nos fatos históricos, na memória da política brasileira, ele constrói um discurso esperançoso de um país desenvolvido, justo, igualitário, democrático:

Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos “tenentes” revolucionários da Velha República [...]. (SD 4)

²⁵ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fhc-color.jpg>>. Acesso em: 23 jan. 2012

Percebe-se a construção de um enunciado que se sustenta e se valida pela história e na história. O enunciador constroi seu discurso a partir de uma linha do tempo, lembrando momentos que marcaram a luta pela democracia brasileira, para fundamentar os princípios e propostas do seu governo: democracia, desenvolvimento, crescimento econômico e justiça social.

Nota-se, no decorrer do seu discurso, a construção do *ethos* de humanidade, construindo um discurso para sensibilizar, tornar-se familiar, íntimo do seu auditório:

assim eu vi meus filhos nascerem, meus netos sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra [...].(SD 5)

De acordo com CHARAUDEAU (2008), o sujeito ao construir o *ethos* de humanidade, expõe seu lado humanístico, revela sentimentos de compaixão:

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono, das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens; às mulheres, que são a maioria do nosso país e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias – aos negros, principalmente – que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade. (SD 6)

As sequências discursivas 3 e 4, exemplificam os *ethé* de humanidade do sujeito político, quando demonstra compaixão pelas crianças, preocupação com as minorias raciais, com as mulheres e com os indígenas.

Em seu discurso também constroi o *ethos* de presidente: “A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação”; “como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização”. Nessas passagens, o enunciador encarna o *ethos* de presidente e fala como tal.

Há também a constituição do *ethos* de político justo:

vou governar para todos. Mas, se for preciso, acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei do lado da maioria [...](SD 7)

minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo [...](SD 8)

vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais [...](SD 9)

Percebe-se, em toda construção do discurso, que o enunciador mobiliza elementos da memória discursiva dos co-enunciadores, nos quais se destacam fatos ocorridos na história política brasileira e mundial, fatos estes que marcaram o mundo como o que se evidencia no seguinte trecho:

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim, como as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la [...] (SD 10)

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos. Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos [...] (SD 11)

A construção discursiva é elaborada a partir da comparação entre momentos históricos da política brasileira e a atual situação. A exemplo disso, o enunciador resgata a figura de Nabuco, um monarquista de postura abolicionista, para a construção da sua imagem como político que deseja uma sociedade justa, igualitária e democrática. No entanto, diferentemente do regime político parlamentarista de Nabuco, em que o povo não tinha direito ao voto, o sujeito enunciativo, FHC, vive em uma sociedade democrática, onde o voto é livre, isto é, a eleição se deu por via de um ato consciente da maioria dos brasileiros.

Outra comparação se dá quando FHC cita um momento marcante na história da política brasileira em que os jovens de caras pintadas saíram às ruas para lutar pelo *impeachment* de Collor, em comparação à juventude da sua época, que lutou contra a ditadura em defesa da liberdade.

Nota-se também um discurso de conciliação, que procura governar para o bem comum:

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos. (SD 12)

Além disso, percebe-se também o uso de aspas que constitui um sinal a ser decifrado pelo destinatário de acordo com Maingueneau (1997, p. 91): “vem dos “tenentes” revolucionários da Velha República”; “um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”; os “anos dourados” de JK terminaram com a inflação”; “titulares de um “mandato da raça negra”. Essas aspas podem representar um implícito, uma memória, um interdiscurso.

Para Orlandi (2007, p. 33), “o interdiscurso é um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Assim, para que o interdiscurso tenha efeito, é necessário que aquilo que foi dito por um determinado sujeito, em um lugar específico, seja apagado da memória e volte a fazer sentido nas palavras de quem o retoma.

Em muitos fragmentos do discurso, percebe-se o uso frequente da partícula negativa “não”:

O movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação [...] (SD 13)

Não por minha causa, mas por causa de todos. Não só por causa dos nossos sonhos – pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas por que o momento amadureceu e o Brasil tem tudo pra dar certo [...] (SD 14)

De acordo com Authier-Revuz (1990), a negação permite a colocação em cena de duas vozes, que geralmente estão em embate. Assim, “o enunciador pretende, contrapondo seu discurso a outro, se inscrever em determinada posição e assim criar um certo *ethos* de si” (HEINE, 2009, p. 217).

Observa-se mais adiante que o enunciador busca mobilizar seu auditório através da construção da representação do povo brasileiro ligando-o ao estereótipo do solidário:

O sentimento que move esse apoio de todos ao país tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós brasileiros, somos um povo solidário.(SD 15)

Assim, quando o enunciador afirma que o povo brasileiro é solidário, são mobilizadas pelo interdiscurso todas as características estabelecidas pela formação discursiva corrente na sociedade em relação a essa representação. Isso ocorre através do processo de estereotipização que guiará os co-enunciadores. Assim, o povo brasileiro é visto pelo mundo como um povo acolhedor, solidário, gentil etc.

Conforme Maingueneau (2004, p. 213), os estereótipos constituem-se como uma representação coletiva que subentende atitudes de indivíduos ou de grupos, direcionando o comportamento dos mesmos. Dessa forma, o estereótipo revela a forma como se pretende encaixar pessoas que possuam características semelhantes, dentro de um mesmo esquema comportamental, como se essas pessoas não possuíssem vontade própria. (MAINGUENEAU, 2004).

Sobre a estereotipização no processo retórico, Amossy (2005, p. 126) afirma que “o orador adapta a apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e

valorizados pelo seu público-alvo”. Em todo o percurso discursivo, percebe-se o emprego diversificado/inconstante entre a primeira pessoa do singular e do plural (eu/nós).

A escolha da primeira pessoa no singular e o uso de verbos pessoais indicam uma relação direta do enunciador com seu auditório, indicam também um comprometimento com as ideias apresentadas:

*eu nunca duvidei que esse dia chegaria [...]
mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje [...]
a isto eu me dedicarei com toda a energia [...]
sei que terei o apoio da maioria da Nação [...]
e eu cuidarei para que se cumpra esse papel [...]
vou governar para todos [...]
a eles eu devo em grande parte a minha eleição [...]
eu estarei ao lado da maioria [...]* (SD 16)

O emprego do ‘nós’ também se faz presente. Isso implica num dizer coletivo, como se o dizer do político fosse representativo do povo capaz de garantir o dizer de todos ou da maioria:

*nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural [...]hoje, nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia [...]
colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos [...]
vamos assegurar uma vida decente [...]
precisamos costurar novas formas de participação [...]
devemos isso, não só aos que fizeram os rumos da economia.Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos [...]
para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria [...]*(SD 17)

Como a natureza do discurso político é persuasiva, nota-se que é muito incomum ou impossível o uso da impessoalidade; do mesmo modo, não é comum o uso de verbos impessoais na construção do seu discurso.

De acordo com Maingueneau (2008, p. 71), são os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*. Assim, quando um político toma a palavra, ele se apresenta como tal por meio da enunciação como refletido, ao mesmo tempo em seu *ethos* e no conteúdo de suas palavras.

Retomando a concepção de *ethos* defendida por Maingueneau (2008a), para que o *ethos* se constitua no discurso, é necessário a junção de vários fatores: o *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo (*ethos* dito e *ethos* mostrado), o *ethos* efetivo, o *ethos* visado e os estereótipos, conforme o esquema (Figura 1).

O *ethos* pré-discursivo é construído antes mesmo que o sujeito profira seu discurso. No caso do discurso político, esse *ethos* pode ser formado a partir do momento que se estabelece o contato inicial da imagem do político nas mídias em geral, podendo ser confirmado ou não no âmbito discursivo. O *ethos* dito está evidente em alguns fragmentos do seu discurso. O enunciador apresenta características diretas de si, evoca, dessa forma, sua própria enunciação.

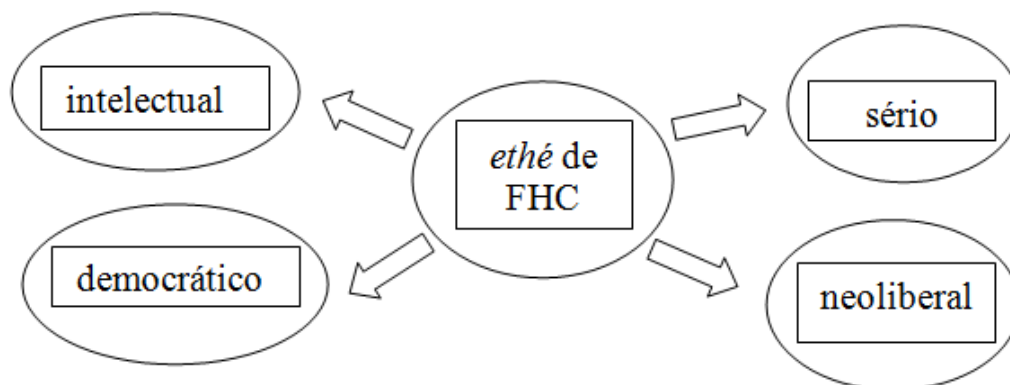
com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza [...] permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão [...] (SD 18)

Por outro lado, estão no âmbito do *ethos* mostrado as pistas que o enunciador deixa de sua imagem, sem que diga explicitamente *sou isso*: “*Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo*”. Observa-se nesse trecho que o enunciador indiretamente afirma que é um sujeito democrático, justo, que luta pela modernidade e desenvolvimento.

Conforme Maingueneau (2008), o campo do *ethos* dito e do *ethos* mostrado está concebido a partir de uma linha tênue. Portanto, em algumas situações não é perceptível distinguir estas noções, podendo ocorrer coincidências.

Percebe-se, portanto, que no discurso de posse de FHC os *ethé* em destaque são:

Figura 8: Os *ethé* de FHC



Fonte: FREITAS (2012)

Pode-se observar nas análises, que os *ethé* são construídos de forma concomitantes no discurso, assim não é possível considerá-los isolados entre si, mas numa confluência discursiva.

5.4 O DISCURSO DE POSSE DE LULA – ELEIÇÃO DE 2003: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO

O Partido dos Trabalhadores (PT) é considerado um dos partidos mais populares da história da política nacional, nascido no seio das lutas sociais, sindicais e da esquerda do final dos anos 70. Foi fundado em 1980, é, portanto, um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Tem como componentes de origem, dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação.

O PT é fruto da aproximação dos movimentos sindicais, a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), grupo ao qual pertenceu o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, com antigos setores da esquerda brasileira.

O PT, fundado com um viés socialista democrático, surgiu, assim, rejeitando tanto as tradicionais lideranças do “sindicalismo real” como também da social-democracia sem migrar para o capitalismo. Desde a sua origem, apresenta-se como um partido de esquerda que defende o socialismo como forma de organização social. Contudo, diz ter objeções ao socialismo real implementado em alguns países, não reconhecendo tais sistemas como o verdadeiro socialismo. A ideologia espontânea das bases sindicais do partido – e a ação pessoal de lideranças sindicais como as de Lula, Jair Meneguelli e outros sempre se caracterizou por certa rejeição das ideologias em favor da ação sindical como fim em si mesma. É bem conhecido o episódio em que Lula, questionado por seu adversário Fernando Collor quanto à filiação ideológica do PT, em debate televisionado ao vivo em 1989, respondeu textualmente que o PT “jamais declarou ser um partido marxista”.

O PT nasceu com uma postura crítica ao reformismo dos partidos políticos social-democratas. Nas palavras do seu programa original: “As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista”. O PT organizou-se, no papel, a partir das formulações de intelectuais marxistas, mas também continha em seu bojo, desde o nascimento, ideologias espontâneas dos sindicalistas que constituíram o seu “núcleo duro” organizacional, ideologias estas que apontavam para uma aceitação da ordem burguesa, cuja importância tornou-se cada vez maior na medida em que o partido adquiria bases materiais como máquina burocrático-eleitoral.

Nos anos 2000, período marcado por muitas transformações sociais, políticas, econômicas no cenário nacional, o PT completa sua maioria política, se estabelece e se solidifica na política.

Alguns fatos marcaram as questões sociais, políticas, econômicas e culturais nas eleições de 2002:

A conjuntura mais recente, internacionalmente desfavorável ao projeto neoliberal e nacionalmente de crise social e desgaste da política econômica em vigor desde 94, além dos erros dos seus principais concorrentes, também ajudaram a viabilização de sua estratégia de *marketing* de modo eleitoralmente vitorioso (ALMEIDA, 2003, p. 6).

De acordo com Almeida (2003), Lula colocou-se como uma alternativa real para a Presidência da República, com a hegemonia política instável do Bloco de Poder no Brasil e, também, com o acúmulo de blocos de forças operárias, democráticas e populares que se articulou historicamente em torno do PT.

Os anos 1990, conforme Antunes (2005, p. 164), é considerada a década da desertificação neoliberal em nosso país; uma tormenta abateu-se sobre o nosso mundo do trabalho em seus núcleos orgânicos. Assim, como consequência, tivemos a privatização acelerada, informalidade descompensada, desindustrialização avançada e financeirização desmesurada – tudo conforme ocorrido em escala global.

Nesse momento, o PT lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais.

Assim, durante o segundo mandato do presidente FHC, uma grave crise econômica acometeu o Brasil; iniciando-se logo após as eleições de 1998 como uma crise cambial, ela resultou em queda na taxa de crescimento, desemprego e aumento da dívida pública. Numa conjuntura de desconfiança e incerteza para investimentos, muitos investidores temiam as medidas a serem tomadas por um candidato de esquerda se este viesse a ganhar a eleição. De fato, aconteceu de Lula (PT) ascender nas pesquisas de intenção de voto e o chamado risco Brasil – índice que mede a confiança dos investidores no país – subir. Foi adotado então por alguns economistas e comentaristas políticos o termo pejorativo "risco Lula", indicando que, se este candidato viesse a ganhar a eleição, a economia do país poderia falir. Lula viu-se obrigado a assinar um texto, que ficou conhecido como *Carta aos Brasileiros*, prometendo que, caso ganhasse a disputa, não tomaria medidas que representassem grandes mudanças na política econômica brasileira, o que decepcionou setores da esquerda brasileira.

Em alguns momentos, Lula discursava mais em favor da continuidade do que da mudança propriamente dita. Distanciou-se de uma postura nitidamente oposicionista e começou a acenar e aceitar políticas e práticas antes condenadas pelo PT.

Sem dúvida, as derrotas eleitorais em 1988, 1993 e 1997 contribuíram para o seu transformismo, enquanto o país também se modificava. Lula e o Partido dos Trabalhadores,

em sua quarta tentativa para chegar ao cargo presidencial, procuraram mudar as estratégias do discurso petista.

A questão da “mudança” foi um dos eixos centrais da campanha presidencial brasileira de 2002. De acordo com Almeida (2003, p. 6):

Podemos dizer que as eleições de 2002 foram o desaguadouro de um grande processo, um verdadeiro longo ciclo de ações e esperanças de mudanças no país que vem - com avanços, bloqueios, retomadas e retrocessos - desde a crise do regime militar. Todos os grandes momentos políticos recentes do país estão ligados a este anseio mudancista amplamente democrático e popular.

Nota-se, por vezes, a tentativa de imprimir uma imagem ainda arranhada do candidato Lula à presidência pelas mídias e pelos seus opositores. No entanto, Lula conseguiu manter seu principal capital político-eleitoral, que foi o de ter um lugar de fala identificado com a "mudança", demandada pela grande maioria da população. Manteve também a imagem de ser o mais preocupado em resolver os principais problemas sociais do país como o desemprego e fazer as mudanças necessárias, e ainda, sustentou um lugar de fala espontânea e já tradicionalmente aceito pela maioria do povo (ALMEIDA, 2003, p. 9).

Assim, somente em 2002, conseguiram derrotar o candidato do PSDB e ex-ministro da Saúde José Serra, com 61,30% dos votos válidos, em segundo turno. Assim, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições com o presidente-metalúrgico, Lula. O cenário do Brasil era de estancamento das forças sociais do trabalho, em meio à desertificação social. Muitos consideram a vitória de Lula uma vitória política tardia, pois nem o PT nem o Brasil eram mais os mesmos.

A vitória de Lula, nas eleições de 2002, é bastante comentada nas mídias nacional e internacional por ter sido a primeira na história brasileira de um ex-operário ao posto mais importante do país. A persistência de Lula levou o petista a concorrer pela quarta vez à Presidência em 2002. Demandando a ala radical do PT e afirmando o compromisso de manter as conquistas políticas e econômicas da era FHC, Lula finalmente chegou ao Planalto, ao derrotar o tucano José Serra. Na ocasião, a revista *Veja* observou que a conquista atestava a qualidade da democracia brasileira certificada pela alternância de poder.

De acordo com o *Jornal Folha Online* (2002):

Após 22 anos de existência do partido, três derrotas e oito anos de oposição quase sistemática a Fernando Henrique Cardoso (com críticas ao modelo econômico e ao

legado na área social), o ex-torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 57, chega à Presidência da República. [...] Em três meses de campanha, Lula visitou 93 cidades, fez 103 comícios, 63 carreatas, permaneceu um total de 147 horas dentro de aviões e percorreu 61.127 km pelo país. Foi a mais rica campanha presidencial da história do partido. O custo final deve ultrapassar os R\$ 35 milhões. O partido pediu autorização ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para gastar até R\$ 48 milhões [...] Integrantes do PT [como o presidente do partido, José Dirceu, o prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antônio Palocci, e o deputado federal e recém-eleito senador Aloizio Mercadante (SP)] também tiveram papel fundamental na eleição de Lula. A vitória representa mudança do diálogo com setores antes refratários e combatidos pelo PT. Desde 1989, quando perdeu sua primeira eleição presidencial para Fernando Collor de Mello, o discurso, as propostas e, talvez, principalmente, a imagem do candidato e do partido vêm se tornando menos radical e mais próxima de setores mais ao centro. Em um comício em Rio Branco, no dia 22 de agosto, o candidato do PT que acompanhava ao largo os violentos embates entre seus adversários, disse: "Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor". Estava criado o mote de sua campanha à vitória. Estava sintetizado o discurso político da conciliação, do entendimento e da negociação.²⁶

Em sua capa, a *Veja* (2002) estampa a chamada à matéria da vitória histórica, do homem do povo que chega ao poder com o desafio de retomar o crescimento econômico e corrigir as injustiças sociais sem colocar em risco as conquistas do ex-presidente FHC.

Figura 9: Capa Revista *Veja* - Lula



Fonte: Revista *Veja*²⁷

Formação discursiva do PT – filiação partidária de Lula

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml>. Acesso em: 03 fev 2012..

²⁷ Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=CAPA+DA+VEJA>>. Acesso em; 23 jan 2012.

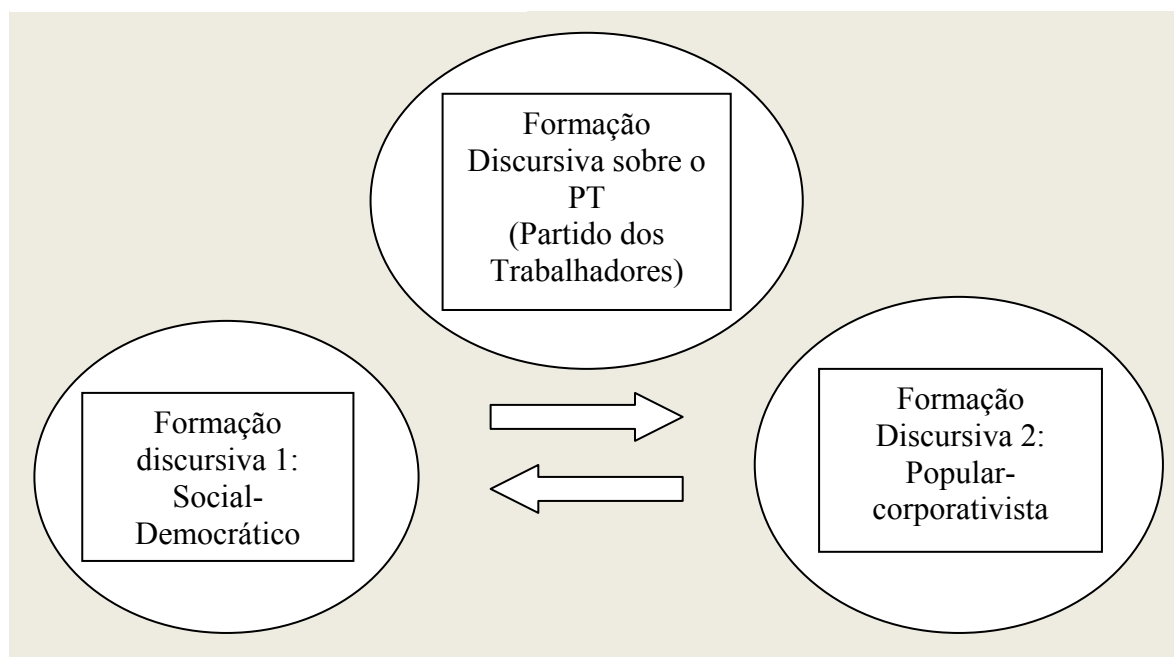
Figura 10: Logomarca do Partido dos Trabalhadores



Fonte: Site Oficial do PT²⁸

A estrela é o símbolo representativo do Partido dos Trabalhadores. De acordo com o site oficial do PT²⁹, o partido originou-se dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existentes. Assim, o PT foi fundado com um viés socialista democrático e tem como um dos principais fundadores e representantes Luis Inácio Lula da Silva.

Figura 11: FD do PT



Fonte: FREITAS (2012)

Sabe-se que o discurso do sujeito político Lula está ligado à sua formação discursiva, isto é, a sua filiação partidária. Assim, o primeiro discurso de posse de Lula como presidente

²⁸ Disponível em: <<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em: 23 jan 2012

²⁹ Disponível em: <<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em: 23 jan 2012).

representa um acontecimento histórico, de um sujeito político que tem como FD o Partido dos Trabalhadores brasileiros.

Desta forma, quando ele enuncia “*hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo*”, ele está ratificando sua FD atrelada aos trabalhadores brasileiros.

A FD diz respeito, portanto, àquilo que “pode e deve ser dito”. Assim, consoante Orlandi (2007, p. 43), “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”.

De acordo com Mussalim (2001, p. 119), a formação discursiva é aquela que “determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social”. Assim, para a autora, o conceito de FD é utilizado pela AD para designar o lugar onde se articulam o discurso e ideologia. Dessa forma, as formações discursivas inscrevem-se em certas formações ideológicas que se relacionam com a posição ocupada por dado sujeito na sociedade.

A autoridade política, que representa uma formação discursiva específica, enuncia de um lugar social, de onde sua fala desfruta de prestígio, pois manifesta uma verdade que lhe é conferida pelo *status* alicerçada no poder outorgado pelo povo através do sufrágio popular ou pelo Estado. Com essa atitude, remete o locutor para si mesmo o caráter do autoritarismo, acentuando a constituição do seu *ethos*, porque “não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996 apud VASCONCELOS, 2005, p. 41).

Assim, a posição institucionalizada do sujeito discursivo é de presidente da república, e sua formação discursiva é atravessada por outras formações discursivas e ideológicas, como o discurso de esquerda, o discurso de militante, o discurso de nacionalista, de estadista, de homem do povo, de popular, entre outras. São formações que se inscrevem no discurso, marcadas pela história e pela ideologia, uma vez que o sujeito não é um sujeito autônomo, nem transparente, mas sim um sujeito que se constitui em um processo marcadamente histórico e ideológico.

O político Lula revela-se discursivamente a partir de suas formações discursivas. Verifica-se, em suas palavras iniciais e em seus desdobramentos, a convivência de algumas formações discursivas de militante, de democrático, de esquerda, de nacionalista, de popular. Muitas dessas formações são compartilhadas concomitantemente, o que nem sempre se pode notar separadamente.

*Vamos mudar, sim. **Mudar com coragem** e cuidado, humildade e **ousadia**... (FD de militante) (grifos nossos) (SD 19)*

*Transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma **nação soberana**, digna [...] capaz de abrigar, acolher e **tratar com justiça todos os seus filhos**. (FD de democrático)(grifos nossos) (SD 20)*

*Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, **somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado**. (FD de esquerda)(grifos nossos) (SD 21)*

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical [...]. (FD de popular) (SD 22)

*E todos vamos ter de aprender a **amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, a amar a nossa luta, amar o nosso povo**. (FD de nacionalista) (grifos nossos) (SD 23)*

As formações discursivas do sujeito político, muitas vezes, confundem-se, isto é, nem sempre é possível notar o limite entre uma formação de político militante, de esquerda, nacionalista etc.

5.5 O ETHOS NO DISCURSO DE POSSE DE LULA

Figura 12: Lula em cerimônia de posse



Fonte: Wikipedia³⁰

³⁰ Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=fotos+de+Lula+na+posse+de+2003>>. Acesso em: 23 jan 2012.

Figura 13: A cerimônia de posse de Lula no Planalto



Fonte: Wikipedia³¹

Nesta seção será feita uma análise da constituição dos *ethé* no discurso de posse de Lula. Para tanto, foram tomadas como base os estudos do *ethos* em Maingueneau (2008) e Charaudeau (2008), bem como as categorias de análise da AD.

Lula, maior representante do Partido dos Trabalhadores, sofreu três derrotas eleitorais para Presidência da República. A primeira, nos anos de 1989, quando concorreu com Fernando Collor de Mello, e em 1993 e 1997 com seu opositor FHC do PSDB. Apenas em 2001, fora eleito no segundo turno com cerca de 54 milhões de votos – 61% dos votos válidos, contra o tucano José Serra, com 38%, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sua eleição marcou a história da política nacional, isso por inúmeras razões. Inicialmente, por ser o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente, operário (ex-torneiro mecânico) e sem diploma universitário. Apesar de estar filiado ao partido petista, Lula procurou dialogar com setores mais conservadores da política, ao escolher o empresário mineiro e político do Partido Liberal (PL) José Alencar Gomes da Silva para vice na chapa.

Foi necessário muito investimento na campanha eleitoral de 2002, destacando-se, portanto, como a mais rica campanha presidencial petista. A imagem do metalúrgico precisava ser reavaliada, investida, transformada. Assim, parte do dinheiro foi destinado para a contratação do marqueteiro Duda Mendonça, do jornalista Ricardo Kotscho, assessor de Lula e do cientista político André Singer, que atuou como seu porta voz.

³¹ Idem.

Lula também teve o apoio de integrantes do PT, como o José Dirceu, então presidente do partido petista, o Antônio Palocci, prefeito de Ribeirão Preto (SP), e o deputado federal, recém-eleito senador Aloizio Mercadante. Tal apoio foi crucial para sua eleição.

A mídia teria sido uma importante aliada para construção da sua nova imagem. Diante das três derrotas sofridas consecutivas, era necessário reavaliar o discurso, as propostas, e principalmente a imagem do candidato petista e do seu partido, para que se tornasse menos radical e mais próxima de setores mais ao centro. Por isso, sua primeira vitória representa uma mudança de postura, mudança do diálogo com setores antes combatidos pelo PT, uma mudança também discursiva.

O candidato petista então evitou entrar em embate com seus adversários políticos e procurou não abordar diretamente temas polêmicos que lhe pudessem prejudicar ou tirar seus votos. Em uma de suas campanhas eleitorais, em Rio Branco, Lula diz a seus adversários políticos: “Lulinha não quer briga, Lulinha quer paz e amor”. Assim, ele reconstrói um discurso político pautado na conciliação, no entendimento e na negociação. Com a maturidade aprendida nas derrotas anteriores, Lula construía, portanto, seu perfil de político diplomático, negociador, estadista.

Para alguns críticos, Lula foi o principal responsável pela mudança do *status* do sindicalismo, saindo das páginas da polícia para as páginas da política nacional. Ele deu voz aos operários, mostrando que é possível um homem do povo, representante da classe operária, ser legitimado pela maioria da nação brasileira. Nesse sentido, o *ethos* de Lula, circulado em sua primeira eleição vitoriosa, era de um homem militante, trabalhador, representante do povo, sinônimo de mudança e de esperança. Um torneiro mecânico que, embora não possuísse formação superior, chegaria ao poder como principal representante político nacional e maior representante do Partido dos Trabalhadores.

Essa imagem foi construída discursivamente pela mídia durante as eleições e, posteriormente, legitimada pelo auditório ao ser eleito no segundo turno com 61% dos votos válidos. Percebe-se, então, que o seu nível de popularidade cresceu notadamente.

Desse modo, o *ethos* pré-discursivo de Lula foi sendo construído pelas mídias no processo eleitoral e, ao mesmo tempo, criou-se uma situação favorável à construção de uma imagem pré-discursiva pelos co-enunciadores do sujeito candidato à presidência.

Essa imagem pré-discursiva foi confirmada pelo *ethos* discursivo de Lula por aquilo que foi dito ou mostrado no âmbito do discurso. Desse modo, Lula inscreve-se em seu discurso como um político do povo, como homem de origem simples, humilde e trabalhador.

Seu discurso cativava pela paixão que empregava as palavras: o tom de um português do povo, cheio de metáforas, facilitava a compreensão de todos, mesmo aqueles menos esclarecidos, sem acesso à informação e aos bens culturais simbólicos. Dessa forma, nota-se a intrínseca relação entre o *ethos* e o *pathos*: enquanto se constroi uma imagem de si através do discurso, também se mobiliza o *pathos*, a paixão que é crucial para mobilização do auditório, que torna o seu dizer legítimo, agradável e sedutor.

Assim, conforme Pires (2009):

Entendemos o *pathos* discursivo como um conjunto de recursos lingüisticodiscursivos voltados à construção de efeitos de sentido passionais que, de acordo com um dado contexto sócio-histórico, uma dada formação ideológica e sua correspondente formação discursiva, participam do processo de interpelação do sujeito. Nesse ponto de vista, as paixões se afiguram também como um sistema de evidências e de percepções que oferece ao sujeito a experiência de comungar uma dada emoção numa dada situação de enunciação. Essa comunhão passional está presente na construção dos efeitos de identificação entre o enunciador e seu co-enunciador, fazendo com que este as experimente também (o que faz interferir em seu julgamento). Deduzimos daí que o tipo de *pathos* tem parte na qualidade de *ethos* que é construído no discurso, pois as emoções estão imbricadas a modos de falar, de enunciar, logo a modos de ser e de se comportar no mundo (PIRES, 2009, p. 5).

Especialmente no discurso político, nota-se que a mobilização do *pathos*, fundamental porque este discurso tem essa função, isto é, persuadir, seduzir, atrair eleitores. Assim, a paixão é despertada no discurso. Enquanto o sujeito constroi uma imagem de si, também mobiliza o *pathos* concomitantemente. Por isso, o discurso de Lula é considerado, na história dos demais discursos, como o mais sedutor.

Em seu discurso de posse, Lula mobiliza o *pathos* em muitos momentos de sua enunciação, especialmente quando conclama seus enunciadores fazendo uso de vocativos “*meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo Brasil*”, os quais despertam a emoção, construindo na enunciação a imagem de um fiador que busca proximidade, intimidade com o seu auditório, de um afeto social para conquistar adesão.

Além disso, também utiliza diversos dispositivos que corroboram na construção de uma cena enunciativa passional, em que o corpo e a voz intensificam o *pathos*. A exemplo disso, temos a apresentação emocionada de Lula, seu choro, sua expressão de agradecimento pela vitória nas eleições para presidente.

No seu discurso de posse, Lula inicia seu pronunciamento com um vocábulo que representou toda a sua história no cenário da política brasileira: “mudança”. Assim, repetidas vezes, ele utiliza o verbo “mudar”, “transformar”. Essa repetição permite um contraponto ao

governo anterior, no sentido de que os verbos *mudar* e *transformar* nos remete a algo que não estava satisfatório e adequado.

Mudança'; está é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária [...] Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado [...] (SD 24)

Para Maingueneau (1997, p. 91), “as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário”. Por isso, o uso das aspas na palavra mudança contribui para reforçar um dizer, uma ideologia. Dessa forma, o sujeito mobiliza em seu discurso um tom otimista.

Nota-se que o sujeito discursivo introduz seu dizer, denunciando a situação política vivenciada pela sociedade nos governos anteriores. Ele constroi seus argumentos baseado na denúncia ao modelo de governar de FHC e de governos anteriores, evidenciando seus pontos fracos, criticando-os severamente:

[...] diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença, perante ao próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública [...](SD 25)

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. (SD 26)

Apesar de seu discurso ser marcado com denúncias de governos anteriores, ele procura também construir um discurso conciliador:

Vamos acabar com a fome em nosso País [...] Essa é uma causa que deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. (SD 27)

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil [...] Um raro momento da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. (SD 28)

Em todo o seu discurso, Lula faz uso de uma linguagem simples, tornando-o compreensível, acessível a todos; por isso nota-se também o emprego recorrente de dizeres populares (provérbios): “*ninguém pode colher os frutos antes de plantar árvores*”; “*como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos*”.

É uma estratégia discursiva do sujeito político Lula, a citação de frases feitas, dos lugares-comuns, dos clichês e dos provérbios, constituindo como um poderoso recurso para provocar interesse do seu interlocutor, uma vez que é através de uma herança cultural (provérbios, citações, alusões) que o discurso político adquire um estatuto de popular. Assim, essa estratégia desperta a adesão dos co-enunciadores por meio de algo que já é conhecido, propiciando-lhes a satisfação de um conhecimento partilhado.

Nesses exemplos extraídos do discurso de posse de Lula, percebe-se a ocorrência do interdiscurso, ao retomar seu discurso por meio de dizeres populares, “ao instaurar a voz do outro, o enunciador filia-se a determinado mundo ético, criando um *ethos* condizente com este último” (HEINE, 2009, p. 217).

Dessa forma, o sujeito para elaborar seu discurso, por vezes altera e/ou parodia o provérbio, constroi um discurso marcado essencialmente pela alteridade.

Além disso, tais citações são referenciadas em um discurso bíblico: “A parábola do semeador”, em que Jesus faz reflexões que “para colher é preciso plantar”, e em um discurso filosófico do chinês Lao-Tsé “Uma longa caminhada começa sempre pelo primeiro passo”, constituindo assim uma intertextualidade formulada por Grésillon e Maingueneau (1984, p. 4), denominada *détournement*. Esse conceito consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos.

Consoante Maingueneau (2008, p. 96), o provérbio possui na sua enunciação características da participação. Ele faz parte de um tesouro³² indissociável da comunidade em que ele circula e que se define, entre outras coisas, por compartilhar esse tesouro. Dessa forma, os provérbios emanam uma sabedoria popular, garantindo também uma veracidade.

Nota-se, no discurso de posse, que o enunciador procura mobilizar seu auditório através da construção da imagem do Brasil, enaltecendo suas riquezas e diversidades, ligando-o ao estereótipo do povo brasileiro.

³² Entende-se por tesouro uma lista de palavras com significados semelhantes, dentro de um domínio específico de conhecimento e não deve ser confundido com uma lista de sinônimos, pois trata-se de mostrar as diferenças mínimas das palavras e ajudar o escritor/o orador a escolher a palavra exata.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. (SD 29)

Nesse sentido, observa-se que o enunciador constroi a imagem do povo brasileiro baseado em estereótipos: povo sofredor, mas alegre. No percurso do discurso, o enunciador apresenta sua proposta de governo e sua prioridade: o combate à fome. Para isso, ele baseia-se em fatos históricos para construir sua argumentação, bem como para mostrar que, apesar de tantos avanços e conquistas, o país ainda não conseguiu vencer a fome; os governos anteriores não conseguiram erradicar a fome.

*Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, **mas não** venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, **mas não** venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale da Paraíba, **mas não** venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, **mas não** venceu a fome. Isso não pode continuar assim. (Grifos nossos) (SD 30)*

Observa-se nessa passagem o emprego repetitivo do termo ‘mas não’, essa repetição consiste em enfatizar, marcar o discurso, e possui, neste caso, valor de oposição. A oposição semântica, por sua vez, é usada para negar, se opor ao modo de governar dos políticos anteriores, e marcar seu discurso como governo diferente, construindo uma imagem ética de seu governo, isto é, comprometido e capaz de mudar a realidade brasileira.

Em outro trecho, percebe-se a construção do discurso marcada pelo jogo da negação. A negação presente nos enunciados instaura a figura de um enunciador que sustentaria a ideia de combatente, militante, de um político comprometido. Ademais, segundo Authier-Revuz (1990), a negação coloca em cena de duas vozes que geralmente estão em combate.

*Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, **não** como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, **não** como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. (Grifos nossos) (SD 31)*

Essa multiplicidade de vozes consituíntes na enunciação foi defendida claramente em Ducrot (1990), ao desenvolver a teoria polifônica da enunciação³³ na qual ele procurava

³³ As observações feitas sobre a teoria polifônica de O. Ducrot serviram como forma de ampliar a discussão e esclarecer essa noção, embora não seja o objetivo desta pesquisa abordar esse fenômeno sob o prisma da Pragmática da Teoria Polifônica. Ducrot (1989) postula que o sentido dos enunciados consiste em uma sorte de diálogos, em que diferentes vozes – os enunciadores – são confrontadas. A teoria de Bally permitiu a Ducrot a

mostrar que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas põe em cena, num mesmo enunciado, certo número de vozes, de pontos de vista. O sentido do enunciado resulta, portanto, do confronto entre esses diferentes pontos de vista.

Dessa forma, a partir desses estudos, é possível conceber que o discurso é atravessado por diversas vozes. Nesse sentido, os sujeitos assumem estatutos linguísticos diferentes num mesmo enunciado: de sujeito empírico, autor real, representado por λ ; de locutor, autor inscrito no enunciado, L; de enunciador, origem do ponto de vista do enunciado E. O locutor, como responsável por um enunciado, dá existência, por meio desse, aos enunciadores; a partir deles, o locutor organiza os pontos de vista e as suas atitudes em relação aos enunciadores.

O enunciador, através deste fragmento, constroi um *ethos* humanitário: “*enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha*”. Fica claro a tentativa de o enunciador aproximar-se dos seus coenunciadores ao empregar os termos ‘irmão’ e ‘irmã’, estabelecendo um grau de parentesco, de irmandade, de solidariedade, de familiaridade.

A partir disso, o enunciador apresenta como prioridade de seu Governo um programa de segurança alimentar, o ‘Fome Zero’:

[...] Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra pra nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades do meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero” [...] (SD 32)

*se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, **terei cumprido a missão da minha vida**”; “vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o **fim da fome em uma grande causa nacional**. (Grifos nossos) (SD 33)*

Há também a construção do *ethos* de humanidade em que o enunciador procura, através do seu discurso, falar de si de uma forma mais familiar, de maneira que aproxima e sensibiliza seus co-enunciadores, como no recorte a seguir:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a certeza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (SD 34)

construção desses fatos, a percepção, a observação, bem diferentes da lógica, para a qual a interpretação dos fatos é mais artificial e intuitiva. Para saber mais da influência de Bally sobre Ducrot, ver Barbisan (2002).

Ora o sujeito discursivo enuncia diretamente suas características, ora diz implicitamente. Pode-se verificar isso nas dimensões do *ethos* dito e mostrado conforme esquema de Maingueneau (2008). Nesse trecho, ele deixa explícito características do seu perfil, de suas origens, por isso há uma construção do *ethos* dito. Ele diz: *sou nordestino, sou pobre, sou sindicalista*, e depois, *sou presidente*. Assim, ele constroi a imagem de si.

Em outra citação, quando o enunciador afirma “*hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo*”, ele constroi implicitamente uma imagem de um país que é o reflexo do presidente eleito, e *vice-versa*. O enunciador se coloca como representação do próprio povo brasileiro, como espelho desse povo. Pode-se considerar nesta afirmação um *ethos* mostrado. Ele não diz com todas as palavras qual seria essa imagem, mas implicitamente isso é mostrado.

Para encerrar seu discurso, o enunciador, Lula, conclui em forma de oração:

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadão deste país no dia a dia dos próximos quatro anos. (SD 35)

É muito comum, no discurso político, especialmente de posse, o enunciador fazer uso do discurso sagrado, suscitando a construção de uma imagem do divino, da fé, para fechar seu discurso com propriedade, com legitimidade.

Mais uma vez o discurso de posse de Lula assemelha-se a um discurso popular, compartilhado socialmente. Essa citação faz alusão ao discurso teológico de Reinhold Niebuhr (1935): “Concedei-nos, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguir umas das outras”.

Em sequência, o sujeito político saúda os co-enunciadores com uma citação literária homônima do título do livro *Viva o povo brasileiro!*, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro. Esse discurso apresenta uma heterogeneidade mostrada marcada, uma vez que traz à tona a voz do outro de forma explícita no discurso do enunciador, conforme assinalou Authier Revuz (1990).

Considerando que a literatura ocupa um papel muito importante nos posicionamentos políticos, Maingueneau (2010, p. 163) acrescenta:

Tanto do ponto de vista da própria enunciação, ou seja, no que concerne à produção dos próprios enunciados decorrentes desses posicionamentos, quando pelo fato de

que ela possa contribuir para a construção da unidade imaginária de uma coletividade. A literatura desempenha um papel essencial na consciência coletiva dos povos e das nações.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 80), o político, em sua singularidade, fala para todos na sua voz, ao mesmo tempo em que dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um terceiro enunciador de um ideal social:

Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre três estes tipos de voz: - a voz do Terceiro, a voz do Eu, a voz do Tu-todos – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós, que desempenha o papel de guia.

Em outras palavras, pode-se também dizer que é uma espécie de construção de um *ethos* coletivo. A exemplo disso, verificam-se muitas construções discursivas em que o uso do pronome ‘nós’ é recorrente:

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais
 [...]
 Teremos que pisar na estrada com os olhos abertos [...]
Mas, começaremos a mudar já [...]
Buscaremos eliminar os escândalos [...] (SD 36)

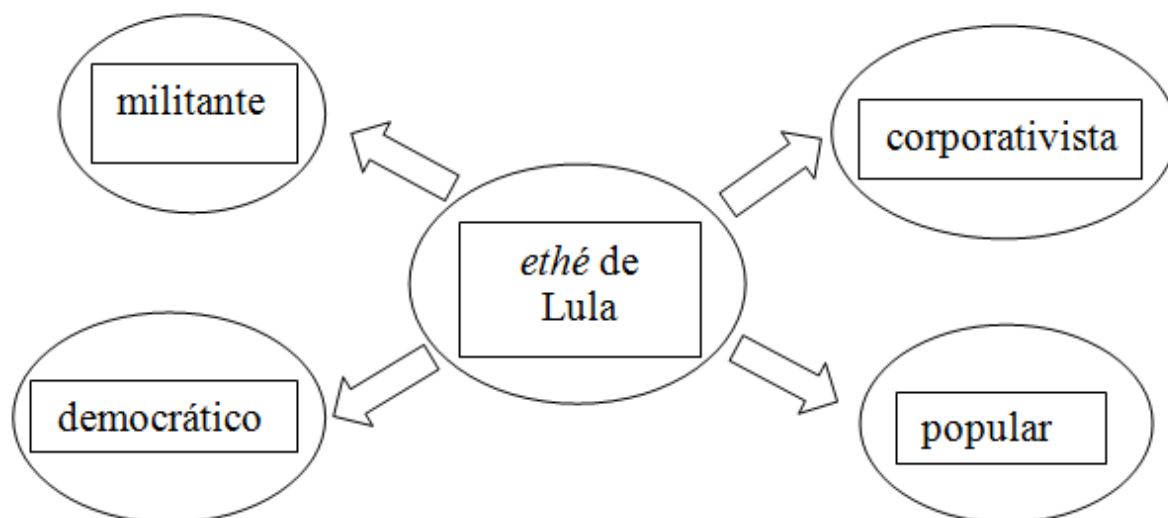
Ainda sobre o emprego do pronome “nós”, Piovezani (2009, p. 137) conclui:

Em meio a um jogo de pronomes pessoais, talvez pudéssemos dizer que o discurso político é o domínio de um “nós” face ao necessário apagamento do “eu” privado e à imperativa elisão de um “tu” exclusivo. Mesmo diante de efeitos de personalização e até de intimidade, emergentes, [...]. O locutor político, mesmo enunciando em primeira pessoa do singular, legitima sua fala por meio da referência latente de um “nós” que a possibilita, permite e perpassa inteiramente.

Percebe-se, de acordo com Piovezani (2009), que o político deve ser “a síntese de um coro que fala através dela”. Desse modo, “o representante de um grupo produz o grupo por ele representado, tornando-o ora um “nós” ao qual ele pertence, mas no qual ele não se encerra, ora um “vocês” ao qual ele transcende” (PIOVEZANI, 2009, p. 137).

Enfim, nota-se que o discurso de Lula apresenta a constituição de vários *ethé*. Assim, os *ethé* construídos no seu discurso de posse são:

Figura 14: Os Ethé de Lula



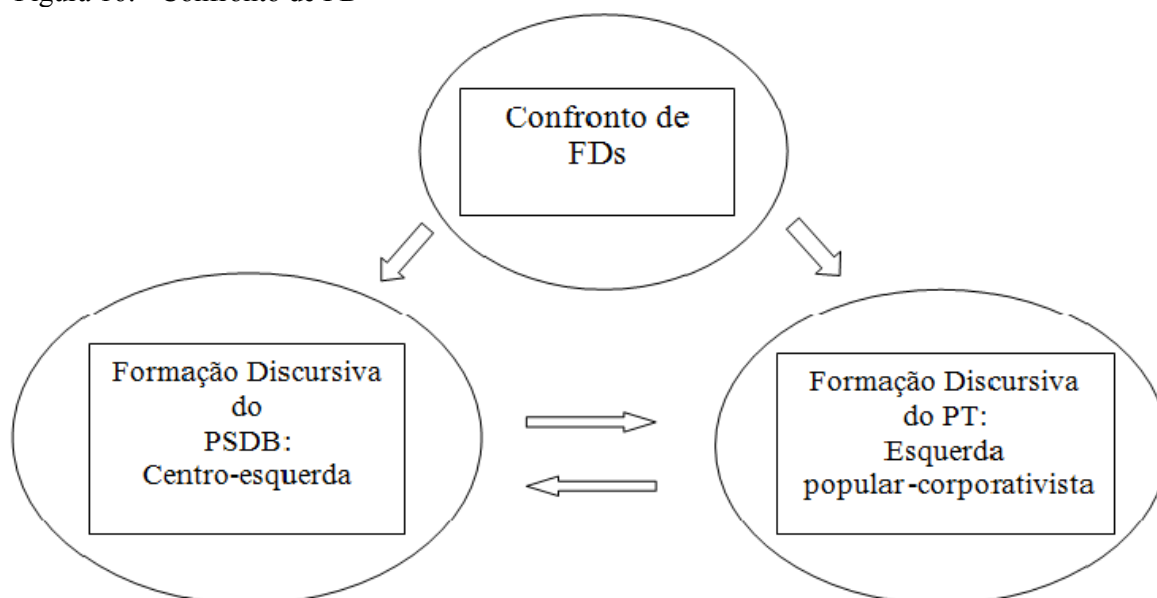
Fonte: FREITAS (2012)

5.6 O *ETHOS* E O CONFRONTO DE DUAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS: SOCIAL-DEMOCRACIA X POPULAR-CORPORATIVISTA

Figura 15: Social-democracia versus Popular-corporativista

Fonte: Revista *Isto é* (2010)

Figura 16: - Confronto de FD



Fonte: FREITAS (2012)

Conforme já discutido anteriormente, o *ethos* é uma noção discursiva que permite construir a imagem do sujeito a partir do seu discurso. Nesse sentido, acredita-se que essa noção esteja relacionada ao conceito de Formação Discursiva. Portanto, o sujeito, ao construir sua imagem através do seu discurso, está diretamente inscrito em uma FD que determina e guia o que pretende dizer; nesse sentido, tal mecanismo interfere no discurso do sujeito social.

Maingueneau (1995) compreende a noção de *ethos* como o conjunto de características relacionadas ao sujeito-enunciador do discurso revelado pelo próprio modo como esse sujeito enuncia. Desse modo, não se trata do que o sujeito diz a respeito de si, mas da personalidade que revela pelo modo de se exprimir (MAINGUENEAU, 1995).

Assim, distanciando-se de qualquer concepção “psicologizante” do *ethos* “de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir em seu auditório” (MAINGUENEAU, 1997, p. 45), Maingueneau (1997) justifica que o *ethos*, como parte integrante de uma formação discursiva qualquer, assim como outras dimensões da discursividade, é imposto por ela àquele que, em seu interior, assume um lugar na enunciação. Para AD, esses efeitos são impostos pela formação discursiva e não pelo sujeito.

É possível ainda que, no interior de uma dada formação discursiva, desecadeiem-se outros discursos já ditos e esquecidos pelos sujeitos sociais. Assim, analisa-se aqui o confronto das formações discursivas do PSDB (social-democracia) e do PT (popular-

corporativista) – partidos que guiam os discursos dos ex-presidentes FHC e Lula, respectivamente, no sentido de se fazer compreender como esses discursos se constroem a partir do lugar em que são ditos, isto é, da posição-sujeito dos presidentes e de sua filiação partidária/ideológica.

De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 242), “hoje a FD é empregada, sobretudo, para os posicionamentos de ordem ideológica; também se fala mais facilmente de “formação discursiva” para discursos políticos ou religiosos do que para o discurso administrativo ou o discurso publicitário”.

É possível que uma FD esteja atravessada por outras FD. Isso representa, portanto, um embate ideológico. Por exemplo, em um determinado partido político, seus filiados podem se considerar mais centro-esquerda, outros mais centro etc. Nesse sentido, percebe-se que a FD não é fechada em si mesma, ela reforça a ideia de que o discurso possui uma heterogeneidade constitutiva.

No discurso de posse, por exemplo, a posição de presidente vai definir o que poderá ou não ser dito pelo presidente eleito, bem como sua filiação partidária, ou seja, sua FD. Assim, o presidente FHC segue a linha ideológica do seu partido PSDB, o que permite que construa sua imagem dentro dessa formação ideológica de centro-esquerda.

Para definir uma linha ideológica no partido, em documento elaborado em 1990, o presidente de honra do partido discorre sobre a social democracia, afirmando os pontos principais do programa do PSDB, a saber: i) defesa intransigente da democracia; ii) descentralização política e administrativa; iii) estado a serviço do povo e não de grupos privilegiados; iv) crescimento econômico sustentável com distribuição de renda e educação de qualidade para todos; v) reforma política que fortaleça os partidos e aproxime o parlamentar de seus eleitores.

Historicamente, o partido liderou um movimento popular e pacífico pela redemocratização do país e uma campanha em favor da aprovação da emenda constitucional que reestabeleceria as eleições diretas no Brasil. Assim, o PSDB assinala em seu Programa de 1988, publicado no Diário Oficial da União – Seção I, de 6 de julho de 1988, páginas 12.508 e 12.510):

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. Nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança.

Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo - por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, socialdemocratas, socialistas democráticos -, o PSDB nasce

coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

Consoante a formação discursiva do partido, percebe-se no discurso de posse de FHC as influências ideológicas que interferem na construção do seu discurso, bem como as marcas do momento histórico: “nossos esforços para consolidar a democracia...”; “virmos a página do autoritarismo...”; “nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização...”; “meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos...”; “e a nossa esperança de ver um Brasil livre”.

Nota-se que, em todo o discurso, há defesa pela conquista da democracia, do desenvolvimento e da justiça social. Enfatiza-se o sonho de ver o Brasil dando certo, com progresso tecnológico e com crescimento econômico.

Assim, o discurso de FHC é marcado profundamente pela história e pela ideologia de um partido que luta pela social democracia, que se compreende como um partido de oposição no cenário da política nacional.

O PSDB defende a democracia como sua principal bandeira, assim, destaca como diretriz básica:

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata. (PROGRAMA DO PSDB, 1988, p. 4)

Muitas vezes, é perceptível o destaque que FHC dá ao seu discurso quando trata da democracia brasileira:

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo [...] (SD 37)

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas [...], assim como as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela [...] (SD 38)

[...] Nossos esforços para consolidar a democracia. [...] (SD 39)

Outra diretriz do PSDB se vê através de um ideal de crescimento econômico com distribuição de renda:

De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência, aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. [...] (SD 40)

A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador. [...] (SD 41)

Em seu discurso, nota-se também uma grande preocupação a respeito dessa diretriz:

No mundo pós-Guerra Fria a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo a estabilidade política interna, do nível geral do bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. [...] (SD 42)

A dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas são o acesso à tecnologia... [...] (SD 43)

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, da Nafra, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais... [...] (SD 44)

Percebe-se a ênfase dada à questão econômica em todo seu discurso. FHC demonstrou uma preocupação com a estabilidade econômica: “*iniciamos a reforma da economia*”; “*aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem*”.

Em todo o discurso, percebem-se as marcas das condições sócio-históricas: o pós-Guerra Fria, a globalização, a redemocratização, a instabilidade econômica causada pela inflação, entre outras. Essas marcas são relevantes, pois contribuem para construção do sentido do discurso, “em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos (MUSSALIM, 2006, p. 123). Por isso, é fundamental levar em consideração o percurso discursivo que passa pelas condições de produção e pela formação ideológica mediadas pela formação discursiva que se estrutura no enunciado.

As posições, assumidas no discurso de posse pelo sujeito político FHC, estão pautadas na FD da social-democracia, vistas nas marcas linguísticas, nas escolhas vocabulares, nos argumentos, na ideologia, no *ethos* discursivo; correspondem, portanto, aos princípios e às diretrizes do PSDB.

A *FD social-democrata*, enunciada a partir de um lugar ideológico, valoriza a democracia e questiona os governos ditatoriais e autoritários.

Ainda em 90, antes da sua eleição, FHC reflete sobre os desafios da social-democracia na América Latina e critica a direita liberal e os populistas:

Sobre os ombros da social-democracia latino-americana recai portanto a difícil tarefa de distinguir-se do populismo-corporativista, em nome da universalização das vantagens sociais, sem se transformar em obstáculos para avanços efetivos que alguns setores podem e devem obter. A direita liberal critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores. Por isso, prefere a luta “no mercado” que, sem as distorções da política e do Estado, asseguraria igualdade a longo prazo, (que no caso da América Latina, é quase sempre a igualdade de não possuir...). Os populistas aceitam como válida qualquer demanda de *los de abajo* e não se perguntam sobre os seus efeitos de médio prazo para a sociedade. A social-democracia há de se opor à direita liberal e aos populistas com distintos argumentos, mas com igual frieza. (CARDOSO, 1990, p.16)

Nesse texto, percebe-se o engajamento do sujeito discursivo e seu comprometimento com sua filiação partidária, marcando em seu discurso sua FD social-democrata ao mesmo tempo em que critica e se opõe aos de direita e aos populistas.

Apesar de FHC assumir-se como sendo de centro-esquerda, observa-se que o seu partido político apresenta muitas controvérsias em torno de sua posição ideológica. Alguns militantes e simpatizantes consideram-no como de centro-esquerda; assim os analistas, por sua vez, classificam o partido como de centro-esquerda. Entretanto, há alguns críticos e intelectuais de esquerda que o identificam como sendo centrista ou, até mesmo, de centro-direita. Eles partem do pressuposto de que o partido adota medidas e conceitos muito semelhantes àqueles adotados por partidos com posturas liberais. De acordo com FHC, do ponto de vista ideológico, seu partido continua com a sua linha “de centro-esquerda ou centro olhando para a esquerda”. Assim, as FDs do partido coexistem e representam um embate ideológico dentro do próprio partido. Como se nota, a língua é um território de embates ideológicos, portanto, a convivência entre essas formações discursivas distintas não é harmônica, mas representa o conflito entre posições ideológicas diversas.

De outro lado, o Partido dos Trabalhadores define-se como um tradicional partido de esquerda, que liderou muitas manifestações e movimentos reivindicatórios em favor dos direitos sociais dos proletariados brasileiros, e que tem como principal representante Luiz Inácio Lula da Silva.

O imaginário popular de Lula como sindicalista, homem que organizava greves e furava bloqueios, fez como que o seu *ethos* fosse construído a partir dos estereótipos socialmente e historicamente interiorizados pelos co-enunciadores, de um político de esquerda, de revolucionário, de socialista. Lula é considerado um gênio da comunicação justamente porque se mostra habilidoso em persuadir e também por ter sido bem preparado

por seus assessores de comunicação e mídia. As experiências ao longo do tempo com a linguagem televisiva, midiática e nos palcos públicos de sindicais e comícios políticos o tornaram um grande comunicador. Ele conquistou além da aceitação popular, a adesão de intelectuais. Ele se considera um retrado do povo por ter se originado, de certo modo, na mesma classe socioeconômica, o que, talvez, tenha lhe conduzido ao sucesso de aprovação em massa.

A identidade socialista e democrática do PT objetiva uma revolução democrática capaz de realizar reformas estruturais democrático-populares. Assim, como na tradição do PT, nos Congressos e Encontros Nacionais realizados, o conceito de “revolução democrática” já aparece no início da resolução “Por um governo democrático-popular”, de 1993, quando se afirma que “a superação do modelo excludente é parte de uma revolução democrática, que mude radicalmente as bases do poder”.

Em oposição ao partido da situação, o PT, no 11º Encontro Nacional realizado em 1997, afirma que “somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal” (s/d).

Observa-se, nesse contexto, um partido que se autodenomina como socialista plural, democrático e sem dogmas; o PT tem sido capaz, em inúmeras situações, de dialogar criticamente com tradições políticas, culturais e religiosas e de aprender com a experiência, criar novos caminhos a partir de sua relação com os trabalhadores e o povo brasileiro.

A FD socialista plural e popular do PT constitui-se no discurso de posse de Lula. Por isso, sua liderança pública representa uma grande expressão política e cultural deste novo protagonismo das classes trabalhadoras e populares. Lula promete em seu discurso de posse um pacto social e estimula a participação popular no seu governo:

[...] para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. (SD 45)

Ele ainda continua com um discurso conciliador e apresenta uma FD corporativista:

[...] o Presidente tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresário, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. (SD 46)

Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. (SD 47)

Lula mostra também uma FD de esquerda, movimentando através do *pathos* a luta pela liberdade e pela democracia:

*Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de **uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.*** (Grifos nossos) (SD 48)

*A democratização das relações internacionais **sem hegemonias de qualquer espécie** é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.* (Grifos nossos) (SD 49)

Com líder político de origem ligada ao movimento sindical, Lula tem seu governo classificado como popular-corporativista por alguns cientistas políticos. Esse termo “corporativismo³⁴”, a partir do século XX, passa a designar uma doutrina política que preconizava a organização da sociedade a partir da criação de associações (ou corporações), com o objetivo de canalizar e expressar interesses econômicos e profissionais de seus membros. Entretanto, existe uma polêmica em torno disso, já que um partido que se autodenomina de esquerda, ao assumir ser corporativista, poderia tornar-se um tanto contraditório, já que esse modelo de governo tem, em sua fundação, uma ideologia antidemocrática e tem um viés de extrema-direita.

Nota-se que ambos os discursos dos presidentes apontam para a democracia, isso se configura uma realidade comum de um país que passou por um processo de repressão política, de um hiato autoritário e que está vivendo um processo de redemocratização. Assim, FHC e Lula, apesar de serem de partidos distintos, são frutos de um mesmo contexto histórico movido pela experiência e superação dos reflexões da ditadura militar e, por isso, apresentam em seus discursos um forte apelo em defesa da democracia do país.

Embora o discurso de posse tenha uma mesma estrutura discursiva, o discurso, os sentidos e a ideologia não são construídos nem compartilhados da mesma forma pelos enunciadores e co-enunciadores. FHC, por exemplo, constrói em todo o seu discurso um perfil marcado pela experiência de sociólogo e conhecedor da história social do seu país. Ele

³⁴ De acordo com as pesquisas no campo da ciência política, o **corporativismo** é um sistema político que atingiu seu completo desenvolvimento teórico e prático na Itália Fascista. Conforme o Houaiss, é uma doutrina que considera os agrupamentos profissionais como uma estrutura fundamental da organização política, econômica e social e preconiza a concentração das classes produtoras em forma de corporações tuteladas pelo Estado. Atualmente, nas sociedades capitalistas vigentes, o corporativismo significa a função da classe trabalhadora organizada ao Estado, de funcionamento capitalista, maximizando o crescimento econômico e possibilitando o equilíbrio das classes diante das suas divergências. Num suposto equilíbrio, os interesses conflitantes entre capital e trabalho seriam, na perspectiva corporativista, atenuados e direcionados positivamente pelo Estado - aqui visto como uma entidade neutra.

apresenta um discurso conciso, sério, comprometido e destaca, sobretudo, a questão da estabilidade econômica com a continuidade do plano Real e o crescimento econômico com a participação no cenário internacional, enquanto Lula apresenta um discurso mais popular, mais íntimo, emotivo e sedutor. Lula destaca como prioridade, em seu discurso, a participação popular em seu governo e o combate à pobreza com a criação do Programa “Fome Zero”.

Nos discursos ora apresentados, percebe-se uma demarcação de projetos econômicos distintos para o Brasil. Enquanto governo FHC representa uma linha econômica neoliberal, que prioriza um Estado mínimo, mais enxuto, o governo de Lula segue a linha de capitalismo de Estado, com forte influência do Estado na economia.

A escolha lexical também ajuda a construir a imagem do enunciador; no caso de FHC, percebe-se um trato muito harmonioso e cuidadoso nos léxicos escolhidos como, por exemplo: “*neste dia de congraçamento*”, “*escolhido pela maioria dos meus concidadãos*” etc. Lula, por sua vez, constrói seu discurso a partir de metáforas, uso de provérbios e frases feitas, uma linguagem mais popular: “*Ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores*” ou “*como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos*” etc.

Assim, percebe-se que, embora os discursos ora analisados pertençam a um mesmo domínio discursivo, o discurso político, de gênero de posse, eles não fazem parte de uma mesma formação discursiva. Cada sujeito está filiado a uma dada formação ideológica distinta, desse modo, “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe de conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 1975, p. 166).

Desse modo, percebe-se que as formações discursivas aqui abordadas inscrevem-se dentro de formações ideológicas que podem ser definidas como um conjunto de representações simbólicas que estabelecem relações com a posição social dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas até aqui, pode-se notar que o *ethos* é uma noção essencialmente discursiva que permite compreender como os sujeitos se inscrevem nos discursos e constroem determinadas imagens de si. Desse modo, o *ethos* tem como base os estereótipos que são gestados socialmente, os quais corroboram na construção de determinada imagem do enunciador. Esse processo ocorre de maneira interativa, uma vez que envolve enunciadores e co-enunciadores. Essa interação acontece quando os co-enunciadores validam e aderem a essa imagem, compartilhando de um mesmo mundo ético.

Na condução desta pesquisa, percebeu-se que quando se trata de discurso político essa validação é conquistada, muito provavelmente, durante o período das eleições, na campanha eleitoral. Desse modo, a construção do *ethos* é apoiada nas cenas enunciativas: campanhas eleitorais televisivas, documentários, depoimentos, entrevistas, fragmentos de jornais e revistas, enfim, um conjunto de discursos que são veiculados com o apoio das mídias, que contribuem com uma nova dinâmica e uma nova discursividade e que ajudam a legitimar determinados *ethé*.

Ainda foi possível notar que o *ethos* possui sobremaneira ligação com a formação discursiva. Portanto, o sujeito político, ao construir seus *ethé*, guia-se pela sua formação discursiva. Desse modo, os discursos de posse mostraram claramente as posições-sujeito dos presidentes, e suas inscrições ideológicas a partir da formação discursiva que são inscritas no discurso.

Como observado nos discursos de posse, existe um embate ideológico entre as formações discursivas representadas pelos partidos PSDB e PT, aos quais FHC e Lula, respectivamente, são filiados. Porém, ocorre que, em alguns momentos, o compartilhamento de determinados pontos de vista se dá como a problematização em torno da democracia. Essa temática é recorrente nos dois discursos, justificada pela historicidade em que estes discursos estão inscritos, uma vez que ambos os sujeitos participaram do processo de redemocratização nacional e alinhavam seu discurso, portanto, de acordo com a atmosfera da política nacional.

Com efeito, o *ethos* de político, mais especificamente, de presidente, leva à construção da imagem de um homem eleito pela vontade do povo, por representar os

anseios do povo, isto é, por ser o porta-voz da coletividade. O *ethos* de presidente remete a uma cena validada sobre os políticos que confere a eles o lugar de poder, de destaque na esfera pública da sociedade.

Desse modo, verificou-se que o *ethos* político é o resultado de uma “alquimia complexa” feita de declarações verbais, de expressões, do tom empregado na enunciação, da cenografia, da sedução, do emprego de estereótipos para identificação coletiva etc.

Ainda que os discursos de posse, ora analisados, apresentassem uma mesma arquitetura discursiva, justamente por configurar o discurso de posse como um gênero discursivo, foi possível verificar um confronto que se estabelece na relação entre esses discursos. Isso diz respeito à constituição do *ethos*, que está diretamente ligada à formação discursiva, isto é, o sujeito ao projetar seu *ethos* não o faz totalmente consciente, ele não é responsável pelo seu dizer, já que a imagem que se constroi a partir do discurso está filiada a uma dada formação discursiva que, por sua vez, está sob o domínio de uma (ou mais de uma) formação ideológica, tendo em vista que toda e qualquer produção discursiva recupera enunciados ditos antes, noutra lugar, mas vem se manifestar, por via do interdiscurso, na enunciação.

Dessa forma, compreende-se a formação discursiva como o lugar de constituição do sentido, por isso os sentidos das palavras, proposições, expressões, enunciados verbais e/ou imagéticos (estejam em movimento ou estabilizados), não existem em si mesmos, mas são determinados pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, proposições, expressões são produzidos³⁵ pelos sujeitos aptos a enunciá-los. Logo, tais expressões podem mudar de sentido segundo as posições mantidas pelos sujeitos que as empregam. Então, mesmo que, em alguns momentos, os discursos se materializem em palavras e enunciados próximos, o sentido empregado nunca será o mesmo, posto que suas formações ideológicas são distintas assim como o é seu contexto sócio-histórico.

Aquilo que é construído discursivamente não é totalmente consciente, porque a AD preconiza um sujeito social que, apesar de ter a ilusão de ser fonte e origem de seu dizer, é, na ótica discursiva, interpelado pela ideologia e pelo inconsciente. Assim, o sujeito não é totalmente responsável pelo seu dizer. A imagem que ele constroi no

³⁵ PÉCHEUX, M. **La Vérité de la police**. Paris, Maspero, 1975. (apud ORLANDI, 1988).

discurso não está ligada ao indivíduo empírico (mas ao seu fiador) mas à sua posição-sujeito – a de político – à sua formação discursiva e à sua filiação ideológica.

Observou-se que FHC e Lula, embora ambos sejam políticos “presidentes” e a arquitetura do discurso de posse seja a mesma, cada discurso de posse constitui um *ethos* próprio, mesmo sabendo que os seus discursos apresentem o “já-dito”, isto é, uma memória discursiva marcada pela repetição, o sentido e a ideologia são construídos historicamente, assim, os sentidos de uma palavra ou de um enunciado serão diferentes quando colocados em contextos sociais distintos. Portanto, o *ethos* como imagem de si no discurso reflete questões socio-histórico-ideológicas.

Ademais, pode-se notar que os estereótipos ligados às representações sociais que circulam coletivamente ajudam a construir certa imagem do enunciador. Desse modo, o estereótipo socialmente partilhado de FHC é de um intelectual, homem sério, experiente, e de Lula, de homem do povo, operário, militante etc. Assim, de acordo com o esquema apresentado por Dominique Maingueneau (2008a), o *ethos* pré-discursivo poderá ser ou não confirmado no *ethos* discursivo. No caso das eleições de 1994 e 2002, acredita-se que, além dos demais elementos e eventos contextuais e históricos que contruíram para a aprovação dos candidatos como presidentes, os estereótipos fortalecidos e circulados com o apoio das mídias também podem ter influenciado os resultados das eleições. Provavelmente, por esta razão, Lula foi derrotado três vezes, consecutivamente, e teve a necessidade de mudar sua postura enquanto partido de oposição, muitas vezes era visto como radical, intransigente, transforma-se e adequa-se a um *ethos* discursivo conciliador, diplomático etc. Enquanto FHC, fortalecido pelo sucesso do Plano Real, vestiu-se de uma imagem de político experiente, comprometido e intelectual, e fez disso sua oportunidade para tornar-se presidente.

Verificou-se também que, no caso específico do discurso político, o enunciador emprega o *logos*, o *ethos* e o *pathos* na construção discursiva, como forma de mobilizar os co-enunciadores e tornar-se sedutor, legítimo, para conquistar uma imagem honesta, justa, ética, comprometida, convidando os eleitores a fazerem parte do mundo ético ali apresentado. Assim, notou-se a influência recíproca que estas noções discursivas (*ethos*, *logos* e *pathos*) exercem umas sobre as outras na construção do sentido no discurso.

Com efeito, o estudo do *ethos*, em Maingueneau (2008) e em Charaudeau (2008), permitiu uma ampliação para além da análise puramente argumentativa dos discursos. Por ser uma categoria discursiva, o *ethos* não pode, portanto, ser isolado de

outros parâmetros do discurso (interdiscurso, formação discursiva, formação ideológica etc), justamente porque contribui de maneira decisiva para sua legitimação.

Como os estudos do discurso têm atualmente alcançado destaque no âmbito dos estudos linguísticos nas últimas décadas, vêm ocupando um papel importante e avançando nesse campo. Estudar, portanto, os discursos políticos de posse representa além do resgate parcial da memória da política brasileira, uma importante fonte de investigação sobre a origem do discurso político e sua metamorfose sofrida ao longo do tempo.

Nesse sentido, Piovezani (2009) conclui uma reflexão bastante pertinente sobre o discurso político como uma totalidade sincrética. Segundo o linguista, “não há política sem palavras, como não há nem tampouco deve haver, conforme nos ensinou o poeta, palavras desamparadas das bocas, dos corpos, e das vozes que instauram falas e silêncios [...]” (PIOVEZANI, 2009, p. 358).

Outrossim, a partir das leituras em Courtine (2009), foi possível perceber as mudanças que ocorreram nas análises do discurso político:

A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos capazes de lê-las e saber como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise linguística (COURTINE, [1987] 2006, p. 85).

Vale ressaltar que não é pretensão nossa esgotar as análises do *ethos*, no discurso político, nem as reflexões sobre o discurso político contemporâneo, visto que ainda há muito a ser discutido e analisado. Assim, com este trabalho, esperou-se contribuir para as reflexões da linguagem no campo da Análise do Discurso, no que concerne à análise das novas formas do discurso político contemporâneo e no tratamento da constituição do *ethos* nesse *corpus*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **Lula, Serra e a disputa pelo discurso da "Mudança" em 2002**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 12., 2003, Recife-PE. **Anais...** Recife-PE: GT de Comunicação e Política, 2003.
- AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior et al. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1998.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do Discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.
- BARONAS, R. L. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade**. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA, P. M. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 732-737..
- BARROS, L. G.; BELLUZZO, L. G.; ABRANCHES, S. **O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso**. Debate mediado por José Arthur Gianotti. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 44, mar.1996.
- BARROS, R. A. O discurso político de posse: estudo de caso. In: SILVA, L. R.; KO FREITAG, R. M. (Orgs.). **Linguagem e representação discursiva**. Ed. Universitária da UFPB, 2008.
- BELIEIRO JR., J.C.M. **Inflação e Política: a inflação na redemocratização brasileira**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreiras da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.249-252.
- COULUMB-GULLY, M.; RENNES, J. Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010). **Mots**. Les langages du politique. ENS Éditions. n. 94, p.175-182, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CREMONESE, D. **Teoria Política**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2008. (Coleção Educação a distância. Série Livro-texto).

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**. Conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

FIORIN, J. L. Tendências da Análise do Discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: UNICAMP – IEL, jul/dez., p.174, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOMES, W. Propaganda política, ética e democracia. In: MATOS, H. **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

GREGOLIN, M. R. Tempos Brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da História do Brasil. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

HEINE, L. M. B. Aspectos da Perspectiva Funcionalista da Análise Linguística. In: HEINE, P.; HEINE, L. M. B. (Org.) **Entre o texto e o discurso**. Simões Filho: Kalango, 2011. p. 13-60.

HEINE, P. V. B. **O ethos e a intimidade regulada**: especificidades da construção do ethos no processo de revelação da intimidade nos blogs pessoais. 2006. 130 f Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA, 2006.

HEINE, P. A construção do ethos da garota adolescente na revista Capricho. In: HEINE, P.; HEINE, L. M. B. (Org.). **Entre o texto e o discurso**. Simões Filho: Kalango, 2011. p. 141-164.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOGAWA, J. M. M. **Por uma arqueologia da análise do discurso no Brasil**. 2012. 209 f Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras – FCL-Ar/UNESP. Araraquara-SP, 2012.

LOUZADA, M. S. O. Discurso político, mídias e cenografia: o “jogo de máscaras” nas capas de VEJA. In: CARMELINO, A.C.; PERNAMBUCO, J. E FERREIRA, L.A. (Org.) **Nos caminhos do texto**: atos de leitura. Franca, SP: Editora da UNIFRAN, 2007. p. 169-192. (Coleção Mestrado em Linguística 2)

_____. O. Ethos, Cena midiática e Discurso Político. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO: EMOÇÕES, ETHOS E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2008. Belo Horizonte. **Anais...** 2008. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 1997.

_____. **Cenas da Enunciação**. Trad. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. *Ethos*, cenografia e incorporação. In.: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008c.

_____. A noção de *ethos* discursivo. In.: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008d.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MESTI, P. C. Os efeitos de sentido e os ethé de identificação produzidos na propaganda eleitoral de 2008 em Maringá –PR. ENCONTRO DO CELSUL, 9., 2010. Palhoça-SC. **Anais...** Palhoça-SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**.v. 2 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. (1999) "Do sujeito na história e no simbólico". Escritos nº 4. **Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso**. Campinas: LABEURB/UNICAMP. p. 17-27.

ORLANDI, E. P. (2001). Do sujeito na história e no simbólico. In: **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas/SP: Pontes, 99-108.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1993. p.61-163. (Col. Repertórios)

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: HAK, Tony; GADET, Françoise (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1997. p.61-163.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da Memória**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, H. B. C.; ATIK, M. L.G. (Org.). **Língua, Literatura e Cultura em Diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz: Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PIOVEZANI, C.; PACHI FILHO, F. “As ideias fora do lugar” : *une histoire des enjeux du développement de l’analyse du discours (française) au Brésil*. **SEMEN 29**. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010. p. 53-66.

PIOVEZANI FILHO, C. P. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Paulo: Claraluz, 2003, p. 49-64.

PIRIS, E. L. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e d’*O Globo* sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Org.). **Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP**. São Paulo: Paulistana Editora, 2009.

POSSENTI, S. Dez observações sobre a questão do sujeito. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 3, número especial. UNISUL: 2003.

SANTOS, J. R.; SARGENTINI, V. M. O. Estudo de linguagem sincrética em exames nacionais de avaliação brasileira (ENEM e ENADE): por uma semiologia histórica do discurso. In: CASTEL, V. M.; SEVERINO, L. C. (Editores). **La renovación de la palabra en el bicentenario de la Argentina**. Los colores de la mirada lingüística. Mendoza: Editorial FFyL, UNCuyo, 2010.

SANTOS, J. R. Acontecimento discursivo e enunciado: dispositivo de análise do texto sincrético no ensino. **Todas as Letras**. São Paulo: Ed. Mackenzie, v. 13 (R), n. 2, p. 84-86, 2011.

SARGENTINI, V. M. O. A construção da Análise do Discurso: percurso histórico. **Revista Brasileira de Letra**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 39-44, jul. 1999.

_____. Objetos da AD: novas formas, novas sensibilidades. In. SARGENTINI, V. M. O.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 103-113.

SILVEIRA, V. F. P. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 13/14, Unicamp, 2004, p. 65-74.

WEBER, M. H. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

UBIALI, J. **Discurso Político, Ethos e Cena Enunciativa em Campanha Eleitoral do TSE de 2008**. Franca, Editora da UNIFRAN, 2008. p. 271-286.

SITES CONSULTADOS

<http://www.ifhc.org.br>

<http://www.presidencia.gov.br>

<http://www.pt.org.br/index.php?/especiais>

<https://www2.psd.org.br/>

http://www.psd.org.br/wpcontent/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf

http://www.achegas.net/numero/seis/nilson_m_02.htm

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-espetacularizacao-da-noticia-no-governo-fhc>

http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml

<http://mepr.org.br/jep/11-jep-3/40-lula-o-sucessor-de-fhc.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia.shtml>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Social_Democracia_Brasileira

http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/platao_politica.htm

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica>

www.pt.org.br/arquivos/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL.pdf

<http://veja.abril.com.br/especiais/anos-fhc/viagem-ideias-lider-pesquisas-64155.shtml> VEJA (24 de agosto de 1994)

http://www.istoe.com.br/reportagens/108279_DUAS+ERAS+EM+CONFRONTO+PARTE+1 (ISTO É, figura do confronto das FDs)

http://mendoza-conicet.gob.ar/institutos/incihusa/ul/cs12/Ribeiro_158_CSAL12.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

ANEXOS

ANEXO A: DISCURSO DE POSSE DE FHC – 1º de janeiro de 1995.

ANEXO B: DISCURSO DE POSSE DE LULA – 1º de janeiro de 2003.

DISCURSO DE POSSE NO CONGRESSO NACIONAL
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
BRASÍLIA, DF, 1º DE JANEIRO DE 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados; Altas Autoridades da República; Senhoras e Senhores;

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha “O petróleo é nosso”, como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os “anos dourados” de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra.

Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos – pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo –, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas

da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda. Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que não um longo período de crescimento. As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes – as pessoas e as empresas que produzem riqueza – resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação. Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação. Devemos isso não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o Governo, cercado da estima que fez por merecer, agradeço, em nome da Nação, a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente,

contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século. Será esse o objetivo número um do meu Governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um “mandato da raça negra” – mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos, mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentirem no coração o horror da escravidão e por entenderem que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossem brasileiros –, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social. Veio também, e em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes, que pagavam a conta da inflação sem terem como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos – a eles eu devo em grande parte minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do Governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil

e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que hão de continuar

se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-*apartheid*. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os

países bem-sucedidos do planeta, no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos – das desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais. Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente. À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea e em que, ao mesmo tempo, os públicos se fragmentam e se especializam, a identidade cultural torna-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania, pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio – que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos – de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto à existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada – e assim vai ser no meu Governo – principalmente como a prevenção da doença, e não só como a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor – e a recuperação do seu

salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer “modernos”, se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para ter um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo.

Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do Governo. A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do Governo, principalmente na área social.

As CPIs do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo Governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta. Sei que terei o apoio da maioria da Nação, inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Essa

verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.

O Governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis – algumas das quais aponte em meu discurso de despedida do Senado – e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor, mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia, direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias – aos negros, principalmente –, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa

diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania, em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar, cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso, ao qual pertenci até hoje e que, nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado.

DISCURSO DE POSSE NO CONGRESSO NACIONAL
PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
BRASÍLIA, DF, 1º DE JANEIRO DE 2003

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o

significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo

em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos

Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. Ser

honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.

Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento.

Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.

Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais

do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!